



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
DO TRÓPICO ÚMIDO  
MESTRADO EM PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO**

**VINICIUS CORREIA SANTOS**

**ECONOMIA SOLIDÁRIA:** principais conceitos e a  
materialidade na realidade brasileira

Belém  
2010

**VINICIUS CORREIA SANTOS**

**ECONOMIA SOLIDÁRIA: principais conceitos e a materialidade na realidade brasileira**

Dissertação apresentada ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Planejamento do Desenvolvimento

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Adriana de Azevedo Mathis.

Belém  
2010

Dados Internacionais de Catalogação de Publicação (CIP)  
(Biblioteca do NAEA/UFPa)

---

Santos, Vinicius Correia

Economia solidária: principais conceitos e a materialidade na realidade brasileira;  
Orientadora, Adriana de Azevedo Mathis. – 2010.

110 f.: il. ; 29 cm

Inclui bibliografias

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos  
Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do  
Trópico Úmido, Belém, 2010.

1. Economia social - Brasil. 2. Exclusão social – Brasil. 3. Desemprego – Brasil.  
4. Capitalismo – Brasil. I. Mathis, Adriana de Azevedo, orientadora. II. Título.

---

CDD 21. ed. 331.10981

---

**VINICIUS CORREIA SANTOS**

**ECONOMIA SOLIDÁRIA: principais conceitos e a materialidade na realidade brasileira**

Dissertação apresentada ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Planejamento do Desenvolvimento.

**Aprovado em** \_\_\_\_\_

**Banca Examinadora:**

\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Adriana de Azevedo Mathis  
Orientadora – NAEA/UFPA

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Armin Mathis  
Examinador – NAEA/UFPA

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Paul Cooney  
Examinador – PPGE/UFPA

**Conceito:** \_\_\_\_\_

## RESUMO

Com o avanço do desemprego da força de trabalho e do processo de exclusão que vive a maioria dos trabalhadores atualmente nas economias capitalistas, e particularmente no Brasil. Observa-se a proliferação de iniciativas associativistas e cooperativas classificadas de “Economia Solidária”. Essas iniciativas trazem, segundo seus principais autores, elementos que possibilitam classificar esse fenômeno como “outro modo de produção” e/ou “outra forma” de fazer economia. Segundo esses pensadores, essas iniciativas são possuidoras de “novos valores” em relação ao trabalho, que poderiam proporcionar aos trabalhadores excluídos o “escape da pauperização”. Sendo assim, a Economia Solidária é colocada como uma das alternativas e soluções apresentadas para o desemprego e a exclusão social. A partir desse enfoque a pesquisa realiza um estudo direcionado para os Empreendimentos de Economia Solidária (EES) apresentados como um “outro modo de produção” ou uma “outra forma” de fazer economia. Com esse objetivo a pesquisa evidencia as posições dos principais formuladores dos conceitos e da Economia Solidária e analisa as suas diferentes concepções. Desse modo, o objetivo central, do estudo, direciona-se para uma análise das diferentes concepções de Economia Solidária e a aplicabilidade efetiva do conceito na realidade brasileira. Na mesma linha de raciocínio, apresenta-se como um dos objetivos específicos da pesquisa a raiz histórica do fenômeno, partindo de uma análise crítica do sistema capitalista que engloba os processos históricos e dinâmicos desde o século XIX até os dias atuais. Recorre-se a perspectiva crítica de Marx para interpretar tal dinâmica, e fundamentada na análise nas condições materiais de existência de vida dos trabalhadores envolvidos na Economia Solidária, a partir dos dados obtidos no *Atlas de Economia Solidária 2007*, publicado em 2008 pelo Ministério do Trabalho e Emprego no Brasil, mostra-se as contradições observadas na realidade. Na seqüência, chega-se a conclusão que os principais formuladores dos conceitos de Economia Solidária estão muito distantes da prática da Economia Solidária efetuada no Brasil. Portanto, conclui-se que a Economia Solidária está longe de ser uma solução para o processo de exclusão e desemprego-estrutural e cada vez mais formas de trabalho precarizado tais como: remunerações extremamente baixa, faturamentos mensais irrisórios, elevado grau de informalidade.

**Palavras-chave:** Desemprego. Exclusão Social. Economia Solidária. Precarização. Capitalismo.

## ABSTRACT

With rising unemployment in the workforce and the process of exclusion that lives most of the workers currently in capitalist economies, and particularly in Brazil. One notes the proliferation of associative and cooperative initiatives rated "Solidarity Economy". These initiatives bring, according its principal authors, elements that allow to classify this phenomenon as "another form of production" and "other form" of economics. According to these thinkers, these initiatives are holders of "new values" in relation to work, which could provide workers excluded from the "escape from impoverishment." Thus, the Solidarity Economy is rated as one of the alternatives and proposed solutions to unemployment and social exclusion. From this focus on research directed to perform a study of the Solidarity Economy Enterprises presented as "another mode of production" or "another way" of doing economics. With this objective the research shows the positions of the main formulators of the concepts and the Solidarity Economy and analyzes their different conceptions. Thus, the central objective of the study is directed to an analysis of different conceptions of Solidarity Economy and the effective applicability of the concept in the Brazilian reality. In the same line of reasoning, is presented as one of the specific objectives of the research the historical root of the phenomenon, starting from a critical analysis of the capitalist system that encompasses the historical processes and dynamic since the nineteenth century to the present day. And resorted to the critical perspective of Marx to interpret such a dynamic and based on the analysis in the material conditions of existence of life of workers in the Solidarity Economy, from data obtained in the Atlas Solidarity Economy 2007, published in 2008 by the Ministry of Labour and Employment in Brazil, shows up the contradictions observed in reality. Afterwards, you come to the conclusion that the main formulators of the concept of Solidarity Economy are far away from the practice of Solidarity Economy held in Brazil. Therefore, we conclude that the solidarity economy is far from a solution to the process of exclusion and structural unemployment, and increasingly precarious forms of employment such as wages extremely low, paltry monthly billings, high degree of informality.

**Keywords:** Unemployment. Social exclusion. Solidarity Economy. Precarious. Capitalism.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Esquema 1 – Representação ideal da Economia Solidária .....</b>	<b>56</b>
<b>Gráfico 1 – Os empreendimentos econômicos solidários por regiões em 2007 (em %) .....</b>	<b>79</b>
<b>Gráfico 2 – Participantes dos EES no Brasil em 2007 por gênero (em %) .....</b>	<b>82</b>
<b>Gráfico 3 – Motivo para criação dos EES no Brasil em 2007 (em %).....</b>	<b>83</b>
<b>Gráfico 4 – Formas de organização dos EES em 2007 (em %) .....</b>	<b>84</b>
<b>Gráfico 5 – Atuação em segmentos econômicos dos EES em 2007 (em %) .....</b>	<b>84</b>
<b>Gráfico 6 – Remuneração dos participantes dos EES em 2007 (em %).....</b>	<b>86</b>
<b>Gráfico 7 – Faturamento mensal dos EES em 2007 (em %) .....</b>	<b>87</b>
<b>Gráfico 8 – Dificuldades enfrentadas pelos EES em 2007 (em %) .....</b>	<b>88</b>
<b>Gráfico 9 – Abrangências das trocas de produtos e serviços dos EES em 2007 (em %) .....</b>	<b>89</b>
<b>Gráfico 10 – Fornecedores de apoio, assessoria técnica aos EES em 2007 (em %).....</b>	<b>90</b>

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1 – Brasil — Distribuição de EES per capita e por região em 2007.....</b>	<b>80</b>
<b>Tabela 2 – Brasil — Distribuição Regional da Área Geográfica do PIB e da População, 1970 - 1990.....</b>	<b>81</b>

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>09</b>
<b>2 CONCEPÇÕES HISTÓRICAS DO CONCEITO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA .....</b>	<b>21</b>
2.1 O “SONHO” DE SAINT-SIMON .....	26
2.2 OS FALANSTÉRIOS DE FOURIER .....	30
2.3 AS ALDEIAS COOPERATIVAS DE OWEN .....	34
2.4 PROUDHON .....	40
<b>3 ECONOMIA SOLIDÁRIA: DIFERENTES ABORDAGENS CONCEITUAIS .....</b>	<b>47</b>
3.1 A “OUTRA” MANEIRA DE FAZER ECONOMIA SEGUNDO LAVILLE.....	50
3.2 A REVOLUÇÃO “SOCIALISTA” SEGUNDO SINGER .....	58
3.3 A ECONOMIA POPULAR .....	67
<b>4 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL EM DADOS .....</b>	<b>71</b>
4.1 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL E NO PLANO INTERNACIONAL .....	72
4.2 DADOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL .....	78
4.3 ANÁLISE ENTRE O CONCEITO E OS DADOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL.....	90
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>101</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>106</b>

## 1 INTRODUÇÃO

No período que vai de 1945 (após a II Guerra Mundial) até o início da década de 1970, o capitalismo se expandiu com altas taxas de crescimento. A base desse crescimento foi o fordismo<sup>1</sup> (na organização do trabalho) e o keynesianismo<sup>2</sup> (como forma de regulação econômica).

Essa é a base da fase do Estado de Bem-Estar-Social – o *Welfare State*<sup>3</sup>, período conhecido como a “Era de Ouro” do capitalismo. Nessa época, a classe trabalhadora conquistou importantes direitos históricos como, por exemplo: seguridade social, redução do tempo de trabalho, saúde, educação, cultura, direitos previdenciários, entre outros direitos e necessidades fundamentais. Tais direitos esses, nunca foram conquistados em outras fases do capitalismo. Trata-se de um “mix” de pleno emprego e necessidades básicas garantidas.

Com a crise do *Welfare State*, em meados de 1970, registra-se um processo de reestruturação produtiva do capitalismo que provocou uma inflexão sobre as conquistas históricas dos trabalhadores. Substituiu-se o fordismo-keynesianismo base para a regulação econômica dos Estados de Bem-Estar por um modelo de acumulação flexível<sup>4</sup> base econômica para o neoliberalismo<sup>5</sup>. Esse processo resultou no aumento das taxas de desemprego da força de trabalho e no aumento da exclusão social na maioria dos países desenvolvidos, com sérias implicações para os países da periferia (POCHMANN, 1998).

---

<sup>1</sup> O fordismo se apóia em cinco pilares, são eles: 1) produção e consumo em massa, 2) parcelamento das tarefas, 3) linha de montagem no chão das fábricas, 4) padronização das peças, 5) automatização das fabricas (GOUNET, 1999).

<sup>2</sup> Modalidade de intervenção do Estado na vida econômica.

<sup>3</sup> “Sistema econômico baseado na livre-empresa, mas com acentuada participação do Estado na promoção de benefícios sociais. Seu objetivo é proporcionar ao conjunto dos cidadãos padrões de vida mínimos, desenvolver a produção de bens e serviços sociais, controlar o ciclo econômico e ajustar o total da produção, considerando os custos e as rendas sociais. Não se trata de uma economia estatizada; enquanto as empresas particulares ficam responsáveis pelo incremento e realização da produção, cabe ao Estado a aplicação de uma progressiva política fiscal [gastos do governo], de modo a possibilitar a execução de programas de moradia, saúde, educação, previdência social, seguro-desemprego e, acima de tudo, garantir uma política de pleno emprego. O Estado do bem-estar corresponde fundamentalmente às diretrizes estatais aplicadas nos países desenvolvidos por governos social-democratas” (SANDRONI, 1999, p.220).

<sup>4</sup> A acumulação flexível é o termo criado por Harvey (1992, p.140) para marcar a transformação da rigidez fordista para a flexibilidade dos processos de trabalhos, dos mercados de trabalho, dos produtos, dos padrões de consumo, da descontração industrial, da revisão do papel do Estado, da financeirização da economia, da heterogeneização e fragmentação da classe trabalhadora, da intensificação do trabalho, da precarização do trabalho, enfim, se fosse necessário simplificar essa nova fase de acumulação, a palavra seria “flexibilização”.

<sup>5</sup> “Atualmente, o termo vem sendo aplicado àqueles que defendem a livre atuação das forças de mercado, o término do intervencionismo do Estado, a privatização das empresas estatais e até mesmo de alguns serviços públicos essenciais, a abertura da economia e sua integração mais intensa no mercado mundial” (SANDRONI, 1999, p.421).

Ao analisar a teoria do desenvolvimento regional, dentro do contexto histórico anterior ao processo de reestruturação produtiva na década de 1970. Observou-se que na época do Estado de Bem-Estar o desenvolvimento regional é pensado como produto das teorias de planejamento central<sup>6</sup>, surgidas entre as décadas de 1950 e 1960. Como diz Amaral Filho (2001, p.262):

Durante a década de 1950 desenvolveram-se conceitos e estratégias de desenvolvimento regional aparentemente mais atraentes [do que a teoria de equilíbrio neoclássica], os quais chamaram a atenção dos sistemas de planejamento nos anos 1960. Destacam-se aí três conceitos-chaves. O primeiro, o conceito de “pólo de crescimento” [Perroux, 1955]; o segundo, o conceito de “causação circular cumulativa” [Myrdal, 1957]; e, o terceiro, o conceito de “efeitos para trás e para frente” [Hirschman, 1958].

Segundo Furtado (1983) a concepção teórica de “polos de crescimento” de François Perroux tem três elementos chaves: a indústria-chave, a organização imperfeita do mercado e as economias externas espaciais. Ou seja, a indústria-chave puxa o crescimento econômico de determinada região dentro de um mercado imperfeito e provoca economias externas (externalidades positivas<sup>7</sup>), levando a uma dinâmica de desenvolvimento econômico.

De acordo com Myrdal (1957 apud AMARAL FILHO, 2001), certos países (principalmente os sub-desenvolvidos) tem pobreza e atraso por causa que esses problemas se encadeiam em “círculos viciosos” (causação circular), assim esses países não tem condições de resolver esses problemas se não identificarem os pontos desse círculo. E para sair dessa condição de “causação circular acumulativa” de pobreza, precisam planejar reformas econômicas através do Estado, ou seja, de “cima-para-baixo” e eliminar esses pontos que causam o atraso e a pobreza.

Já para Hirschmann (1958 apud AMARAL FILHO, 2001) os polos de crescimento trariam efeitos não só como externalidades positivas, mas mudaria toda a estrutura da sociedade, ou seja, “efeitos para trás e para frente”.

Portanto, o desenvolvimento regional era compreendido a partir do paradigma “de cima para baixo”, determinado principalmente pela industrialização. Como escreve Boisier (1989, p.597):

---

<sup>6</sup> Antes das teorias centrais de planejamento, o desenvolvimento regional era pensado de acordo com a teoria do equilíbrio econômico (teoria neoclássica) e eram muito limitadas. Isso se deve porque “[...] essas teorias são muito estáticas por se limitarem a quantificar os custos e os lucros a fim de assim definirem a localização ótima da firma numa determinada região” (AMARAL FILHO, 2001, p.262). Destacam-se dentro dessas teorias autores como Von Thünen, Weber, Preddöl, Crisaller, Lösche e Isard.

<sup>7</sup> Benefícios obtidos por empresas e demais agentes econômicos, que se formam em decorrência da implantação de uma indústria maior, proporcionando vantagens antes inexistentes.

[...] estão associadas ao conceito da industrialização como processo-motor do crescimento econômico [e da modernização] à idéia [concomitante] da urbanização e, finalmente, ao caráter marcante centralizador que, do ponto de vista da tomada de decisões, assumem as propostas desenvolvimento regional.

Essas idéias vão constituir a base teórica da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) para incentivar os países da América Latina a se industrializar através do PSI (Processo de Substituição de Importações). Para realizar transformações de pauta “era preciso incrementar a participação do Estado na economia por meio do planejamento global, de modo a facilitar o advento da industrialização nacional” (MANTEGA, 1995, p.23).

No Brasil, as idéias da CEPAL tiveram grande repercussão tanto no setor econômico como no quadro político, dando origem ao pacto social (ou contrato social) de modernização da economia e da sociedade brasileira. Esse pacto ficou conhecido como “Nacional Desenvolvimentismo”, ou seja, um pacto entre as classes sociais que culminou em um projeto nacional de desenvolvimento (BRESSER-PEREIRA, 2003). Por conta desse pacto, Bresser-Pereira afirma que na década de oitenta o Brasil já era totalmente moderno (no sentido capitalista), então esse autor escreve:

Nos anos 1980, ficou claro que o Brasil já se tornara plenamente capitalista e que a nova classe média assalariada e profissional era cada vez mais estratégica, mas que o país permanecia ainda dual e, portanto, subdesenvolvido: a industrialização não tornara a acumulação de capital endógena, tanto assim que a crise do estado que então se define levara o país a quase-estagnação (BRESSER-PEREIRA, 2003, p.14).

Desse modo, o pacto nacional de desenvolvimento mudou a sociedade brasileira, provocando grandes disparidades regionais, principalmente porque a industrialização aconteceu mais acentuadamente no Sudeste do Brasil aumentando ainda mais as disparidades econômicas e sociais em relação aos estados do Norte e o Nordeste.

No Brasil, o paradigma Nacional Desenvolvimentista, esgota-se na década de 1980 por conta da crise do “modelo fordista”, que gera inúmeras conseqüências tais como: o declínio de muitas regiões tradicionalmente industriais e a instauração em vários países, principalmente na América Latina de sistemas políticos autoritários e sistemas econômicos neoliberais, deixando pouco espaço para a temática do desenvolvimento e do planejamento regional (BOISIER, 1989); e principalmente a “crise” fiscal-financeira do Estado.

Dessa forma, a crise do modelo keynesiano-fordista reduziu e redirecionou os instrumentos e as estratégias de desenvolvimento regional (AMARAL FILHO, 2001). Pois a

conjunção desses fatos mostrou a vulnerabilidade dos modelos tradicionais, em função da dependência dos fatores exógenos (recursos estatais) e a fragilidade em termos de formalização dos conceitos para o desenvolvimento local, já que este só era pensado dentro do planejamento central.

Uma vez que o planejamento central entra em “crise”, diante da incapacidade do Estado em financiar os investimentos necessários, como consequência, o desenvolvimento regional ganha novos contornos tanto na teoria (mundo das idéias) como na prática dos agentes sociais e econômicos.

Com a “crise” fiscal do Estado e o processo de reestruturação produtiva do capitalismo, iniciada na década de 1970, o modelo de “cima para baixo” entra em desuso, e nesse sentido “a organização territorial deixa de ter um papel passivo para exercer um papel ativo” (AMARAL FILHO, 2001, p.262). Como assevera Zapata (2006, p.15):

O paradigma do desenvolvimento centrado no estado-nação, dominante no período de substituição de exportações na América Latina, se esgota no final do século XX, ao mesmo tempo em que começa a se operacionalizar a concepção do desenvolvimento endógeno local, com um crescente número de experiências de desenvolvimento territorial, baseadas no novo paradigma através da implantação de planos e projetos estratégicos consensuados, com o objetivo claro de contribuir, efetivamente, para a redução da pobreza e das desigualdades.

Portanto, a concepção do desenvolvimento regional/local endógeno se apóia na “idéia de que as localidades e territórios dispõem de recursos econômicos, humanos, institucionais, ambientais e culturais, além de economias de escala não exploradas, que constituem seu potencial de desenvolvimento” (ZAPATA, 2006, p.19).

Como também, o principal elemento dentro do desenvolvimento local refere-se ao capital humano (FRANCO, 2002), pois agora “a definição do modelo de desenvolvimento passa a ser estruturada a partir dos próprios atores locais, e não mais por meio do planejamento centralizado ou das forças puras do mercado” (AMARAL FILHO, 2001, p.267).

Logo, nesse processo a característica marcante é “a ampliação da base de decisões autônomas por parte dos atores locais; ampliação que coloca nas mãos desses o destino da economia local ou regional” (AMARAL FILHO, 2001, p. 267).

E, segundo Buarque (2006, p.29) cada região ou município deve procurar os vários setores, produtos/serviços, áreas mercadológicas e os espaços de competitividade de acordo “com suas condições e potencialidades, especialmente no seu entorno imediato e nos setores

de maior capacidade e vantagem locacional, concentrando esforços naquelas áreas em que podem vir a ser mais competitivos” (BUARQUE, 2006, p.29).

É justamente nesse processo em que os agentes locais são apresentados como os responsáveis pelo desenvolvimento<sup>8</sup> e nesse sentido, ganha força o “empreendedorismo”. Como observa Franco (2002, p. 63-64):

[...] é a capacidade das pessoas de fazer coisas novas, exercitando a sua imaginação criadora – o seu desejo, sonho e visão – e se mobilizando para desenvolver as atitudes e adquirir os conhecimentos necessários capazes de permitir a materialização do desejo, a realização do sonho e a viabilização da visão. [...] chama-se ‘empreendedorismo’. [...] Perceber isso é muito importante para uma estratégia de desenvolvimento social, [...] Se não liberarmos a capacidade das pessoas de sonhar e de correr atrás dos próprios sonhos, se não criarmos ambientes favoráveis à inovação, não há como induzir o desenvolvimento.

A partir dessa lógica, de desenvolvimento regional endógeno, desdobra-se o ideário de “desenvolvimento sustentável<sup>9</sup>”, que conforme Sachs (1993) possui cinco dimensões de desenvolvimento, são elas: 1) sustentabilidade social<sup>10</sup>, 2) sustentabilidade econômica<sup>11</sup>; 3) sustentabilidade ecológica; 4) sustentabilidade espacial<sup>12</sup> e; 5) sustentabilidade cultural. Como admite Sachs (1993, p.30-34):

[...] projetar e implementar estratégias ambientalmente adequadas para promover um desenvolvimento sócio-econômico equitativo. [...] os países precisam reconhecer que apenas com a modificação do comportamento econômico danoso ao meio ambiente e à sociedade será possível oferecer uma condição de vida decente para todos no planeta.

Portanto, o desenvolvimento de “cima para baixo” não é mais aplicado como quadro analítico e teórico do desenvolvimento regional, surgem novas interpretações que colocam o

---

<sup>8</sup> O conceito de “desenvolvimento”, utilizado nessa pesquisa tem consonância com a definição esboçada por Bresser-Pereira (2003, p.31), pois “o desenvolvimento é um processo de transformação econômica, política e social, através do qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo. Trata-se de um processo social global, em que as estruturas econômicas, políticas e sociais de um país sofrem contínuas e profundas transformações”. Isso é necessário, porque crescimento econômico não significa desenvolvimento econômico, porque o desenvolvimento envolve outros elementos que formam a sociedade como transformações políticas e sociais.

<sup>9</sup> “O adjetivo sustentável se refere à condicionalidade ambiental, enquanto que sustentado se refere à permanência do processo de desenvolvimento. O desenvolvimento sustentado não é o mesmo que o crescimento material” (SACHS, 2004, p.70).

<sup>10</sup> “A meta é construir uma civilização com maior equidade na distribuição de renda e de bens, de modo a reduzir o abismo entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres” (SACHS, 1993, p.37).

<sup>11</sup> “[...] que deve ser tornada possível através da alocação e do gerenciamento mais eficientes dos recursos e de um fluxo constante de investimentos públicos e privados” (SACHS, 1993, p.37).

<sup>12</sup> “[...] obtenção de uma configuração rural-urbana mais equilibrada e uma melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e das atividades econômicas [...]” (SACHS, 1993, p.38).

indivíduo e suas representações organizacionais (locais/regionais) os elementos centrais do desenvolvimento regional, assim o desenvolvimento passa a ser de “baixo para cima”.

Percebe-se que o desenvolvimento regional deixou de ser um “projeto nacional de desenvolvimento<sup>13</sup>” para se tornar uma construção individual, onde os agentes se mobilizam para poder transformar a sociedade e promover o desenvolvimento regional/local endógeno e sustentável.

Com essa transformação, segundo Brandão (2006) houve um rebaixamento em termos teóricos relacionado à questão regional, pois agora existem vários pontos fragmentados de economias locais, que ele classifica de “verticalidades”, que atualmente estão sem ter um “horizonte” para a transformação da sociedade, sendo assim:

esse mosaico de economias locais e regionais fragmentadas foi sendo cristalizado em processos de longa duração associados ao nascimento, auge e declínio dos diversos movimentos cíclicos regionalizados, com a marca distintiva da fronteira móvel e da apropriação territorial itinerante. A esses implantes e impulsões pontuais em todo território (muitas vezes com pouca ou nenhuma inter-relação entre si ou com seu *hinterland*, e com fortes determinações de sua dinâmica, dadas exogenamente) podemos chamar de verticalidades. [...] Os circuitos econômicos tiveram força suficiente para enlaçar os inúmeros “pontos sem seqüência” no território, mas não para construir horizontalidades densas (BRANDÃO, 2006, p.37).

Com isso, segundo o autor, “tudo passa a ser uma questão de empreendedorismo e vontades individuais e coletivas. Aos trabalhadores restaria ou se tornarem patrões, ‘donos de seu próprio negócio’, ou buscarem qualificação para melhorar sua empregabilidade” (BRANDÃO, 2006, p.40). Portanto, as contradições do capitalismo não são mais problemas da sociedade e sim do indivíduo, ou melhor, do agente local/regional.

Neste momento, surge a pergunta: os excluídos do sistema capitalista têm ou teriam condições de serem empreendedores, gerarem inovação, aglutinar forças para fazer o desenvolvimento regional, como querem os autores defensores do desenvolvimento regional endógeno e sustentável? Ai surge outra questão, o problema da exclusão no capitalismo é por falta de empreendedorismo, inovação e capital humano?

Ao responder tais questionamentos, é preciso levar em consideração que:

[...] os homens, ao desenvolverem sua produção material e relações materiais, transformam, a partir da sua realidade, também o pensar e os

---

<sup>13</sup> Mesmo com todas as críticas ao modelo da CEPAL, ele foi um modelo nacional de desenvolvimento (BRESSER-PEREIRA, 2003).

produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida é que determina a consciência (MARX; ENGELS, 2007, p.52).

Então, de acordo com o pensamento de Marx e Engels (2007) não bastam à intenção (a subjetividade) determinar à objetividade (mundo material), pois apenas o desejo de que os atores sociais locais se juntem, formem redes, façam inovação não vão necessariamente determinar e mudar a realidade. Portanto, não é uma questão de empreendedorismo e inovação, é uma questão sobre contradições materiais no capitalismo.

E se os excluídos do capitalismo não têm nem condições de se reproduzir materialmente, ou seja, terem suas necessidades básicas de existência realizadas, logo, eles não possuem condições de se juntarem, formarem redes e serem empreendedores e promoverem o desenvolvimento regional.

Mesmo que uma comunidade ou região consiga fazer o desenvolvimento local/regional, endógeno e sustentável nos termos de Franco (2002), Zapata (2006) e Buarque (2006), isso não resolverá o problema da sociedade e sim, resolverá um problema individual, ou de uma determinada região, e não o do resto da sociedade.

E isso, não é uma questão de cair no “imobilismo”, como diriam alguns “românticos” mais exaltados, e sim, de mostrar as coisas como “realmente” são. Isso quer dizer, sem mistificar a realidade, pois essa “mistificação” está criando uma ilusão de que é possível resolver os problemas da sociedade por esse tipo de desenvolvimento local, “cada um por si e Deus para todos” (BRANDÃO, 2006). Repetindo Brandão (2006, p.39-43):

Por vezes, o individualismo metodológico tem avançado neste terreno, deslocando para o plano individual a questão das lutas, a fim de prevenir e minimizar os riscos, inseguranças e vulnerabilidades. Quase ninguém coloca as questões maiores da justiça distributiva [...]. Ocorreu um rebaixamento teórico, em que se diagnóstica: o fim da política do conflito e a busca do consenso (pré-estabelecido) e da identidade de resultados (os espaços urbanos e regionais aptos a saltarem escalas – do local diretamente ao mundo –, inserindo-se e articulando-se nas redes e nos fluxos globalizados). Prevalece a lógica da urgência da crise e o não respeito à alteração e ao *timing* dos sujeitos políticos e sociais. Há um gosto pelo “*small is beautiful*”, pela “auto-ajuda” da região e da cidade pelo endogenismo do tipo “encontre suas melhores forças para o faça você mesmo”. [...] Abandonando qualquer perspectiva de existência de luta de classes sociais [...] A necessidade da ‘territorialização’ das intervenções públicas é tomada como panacéia para todos os problemas do desenvolvimento. Assevera-se, de forma velada ou explícita, que todos os atores sociais, econômicos e políticos estão cada vez mais plasmados ou ‘diluídos’ (subsumidos) em um determinado recorte territorial. Na verdade, parece existir uma opção de substituir o Estado (‘que se foi’) por uma nova condensação de forças sociais e políticas (abstrata) que passa a ser chamada de território.

E, dentro desse quadro teórico sobre o desenvolvimento regional, surge o “novo cooperativismo” (SINGER, 2002) que é a Economia Solidária, sendo esse fenômeno social uma forma de desenvolvimento local, isso por que:

o desenvolvimento local é entendido como um ambicioso processo que envolve tempo, recursos humanos e econômicos, e, sobretudo, capacidade de construção e criação, o qual implica ir construindo, em cada etapa, estas condições ao nível do território e sua articulação com o global [...]. Esta preocupação com uma forma de valorização do modo de agir em desenvolvimento local, voltado para uma perspectiva de equilíbrio das várias dimensões compoendo a vida num território parece muito próxima das preocupações que são comuns aos princípios, conceitos e práticas de Economia Solidária (FRANÇA FILHO; SANTANA JUNIOR, 2007, p.05).

Então, o desenvolvimento da Economia Solidária é uma forma de promover o desenvolvimento regional/local a partir do momento que trabalhadores desempregados formam associações e cooperativas populares para ir contra o desemprego e a exclusão social.

Conseqüentemente, o desenvolvimento dos empreendimentos de Economia Solidária é um processo de empreendedorismo social para o desenvolvimento endógeno, local e sustentável, portanto é:

afirmar a importância de se pensar a sustentabilidade do desenvolvimento local de maneira ampliada, considerando além dos condicionantes econômicos, as dimensões sócio-política, sócio-cultural e sócio-ambiental. E daí sua proximidade com um jeito de pensar a economia a partir do equilíbrio de várias lógicas, pensá-la de maneira plural, ou seja, pensá-la a partir da Economia Solidária, aliando os saberes tradicionais com elementos da modernidade (FRANÇA FILHO; SANTANA JUNIOR, 2007, p.15-16).

Sendo assim, a prática da Economia Solidária incorpora os conceitos do desenvolvimento local endógeno e sustentável que é a característica do desenvolvimento regional após a década de 1970.

Inclusive alguns teóricos apresentam a Economia Solidária como à alternativa para a exclusão e o desemprego, pois, eles afirmam que os empreendimentos solidários são outro “modo de produção” (SINGER, 2002), como também é outra “forma de economia” (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

Na seqüência, a Economia Solidária é apresentada como uma forma de desenvolvimento regional e, levando em conta a ampla difusão dos empreendimentos de

Economia Solidária tanto por fomento do governo brasileiro<sup>14</sup> quanto em quantidade de estudos acadêmicos em torno deles. Nesse sentido, surge o interesse em realizar um trabalho científico direcionado para verificar se esses empreendimentos são um “outro modo de produção” ou uma “outra forma” de fazer economia, ou se essa “outra forma” de fazer economia não reforça a precarização do trabalho e objetivamente não representa uma solução para o desemprego-estrutural e para a exclusão social na atualidade.

Ao longo da pesquisa, vai se evidenciar as posições dos principais teóricos que escrevem sobre o tema da Economia Solidária que poderia levar a efetivação do pós-capitalismo. Dito de outra forma, o movimento social em torno da Economia Solidária teria condições de superar o capitalismo como modo de produção dominante (SINGER, 2002).

Sendo assim, o problema apresentado no estudo, direciona-se para uma análise das diferentes concepções dos principais teóricos de Economia Solidária e a aplicabilidade efetiva do conceito na realidade brasileira. Porque no Brasil, esse movimento social apresenta-se como potencialidade de organização política, social e ideológica de desenvolvimento regional.

Com esse problema em mente, parte-se para o objetivo central do trabalho que diz respeito à realização de um estudo sobre as diferenças entre a os conceitos teóricos e a aplicabilidade pratica da Economia Solidária.

Diante disso, os objetivos específicos vão no sentido de apontar a raiz histórica do fenômeno da Economia Solidária, seus principais teóricos, os fundamentos e as diferenças subjacentes em cada estudo específico. Posteriormente, pretende-se apontar a Economia Solidária no Brasil em termos de dados, obtidos no *Atlas de Economia Solidária 2007*, publicado em 2008 pelo Ministério do Trabalho e Emprego no Brasil.

Considera-se, como hipótese, a existência de discrepâncias entre as idéias dos principais teóricos da Economia Solidária e os dados disponíveis na realidade concreta. Na opinião do autor, a Economia Solidária está longe de ser a solução para o desemprego-estrutural e exclusão social. Dentro deste contexto, defende-se a tese de que os empreendimentos de Economia Solidária apresentam altas taxas de exploração da força de

---

<sup>14</sup> “Em junho de 2003, o Congresso Nacional aprovou projeto de lei do presidente Lula, criando no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes). Reconheceu dessa forma o Estado brasileiro um processo de transformação social em curso, provocado pela ampla crise do trabalho que vem assolando o país desde os anos 1980. A desindustrialização, suscitando a perda de milhões de postos de trabalho, a abertura do mercado acirrando a competição global e o desassalariamento em massa, o desemprego maciço e de longa duração causando a precarização das relações de trabalho — tudo isso vem afetando grande número de países” (SINGER, 2004a, p.03).

trabalho, portanto representam trabalho precário, segundo a definição de Alves (2009, p.189-190. grifo nosso):

*A base objetiva da precarização do trabalho se caracteriza pela intensificação (e a ampliação) da exploração (e a espoliação) da força de trabalho, pelo desmonte de coletivos de trabalho e de resistência sindical-corporativa; e pela fragmentação social nas cidades em virtude do crescimento exacerbado do desemprego em massa. [...] A experiência da precarização do trabalho decorre da síndrome objetiva da insegurança de classe (insegurança de emprego, de representação, de contrato etc) que emerge numa textura histórica específica – a temporalidade neoliberal.*

Para convalidar ou não tal hipótese, parte-se da análise crítica e descritiva do sistema capitalista, englobando processos históricos e dinâmicos deste o século XIX até os dias atuais. Sendo assim, recorre-se a perspectiva crítica de Marx para interpretar tal dinâmica. Nessa ótica, é somente através da análise das condições materiais de existência de vida dos trabalhadores envolvidos na Economia Solidária que pode-se conhecer a “realidade”.

Essa perspectiva histórica e crítica se define pela natureza da realidade a ser investigada, a realidade social, que não é um aglomerado de partes isoladas, mas forma a totalidade histórico-social, contraditória e dialética. E, o problema central da análise está na relação entre abstrato e concreto, o todo e a parte, a relação social de produção e o indivíduo. Sendo assim:

O fato é, portanto, o seguinte: indivíduos determinados [em determinadas relações de produção], que são ativos na produção de determinada maneira, contraem entre si estas relações sociais e políticas determinadas, a observação empírica [que se atem simplesmente aos fatos reais] tem que provar, em cada caso particular, empiricamente e sem nenhum tipo de mistificação ou especulação, a conexão entre a estrutural social e política e a produção. A estrutura social e o Estado provêm constantemente do processo de vida de indivíduos determinados, mas desses indivíduos não como podem aparecer na imaginação própria ou alheia, mas sim tal como *realmente* são, quer dizer, tal como atuam, como produzem materialmente e, portanto, tal como desenvolvem suas atividades sob determinados limites, pressupostos e condições materiais, independentes de seu arbítrio. A produção de idéias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real (MARX; ENGELS, 2007, p.93, grifo dos autores).

Destarte, o objetivo é buscar as conexões entre o todo e a parte que compõem a Economia Solidária na atualidade, pois a relação entre a totalidade e os empreendimentos de Economia Solidária tentará mostrar se as perspectivas conceituais (o abstrato) da Economia Solidária tem consonância na realidade, caso contrário, esse aglomerado de conceitos será

apenas uma mistificação/especulação da realidade. A partir da perspectiva crítica de Marx, busca-se na história a compreensão dos fenômenos sociais. Como escreve Marx e Engels (2007, p.43):

Essa concepção mostra que a histórica não termina por dissolver-se, como “espírito do espírito”, na “autoconsciência”, mas que em cada um dos seus estágios encontra-se um resultado material, uma soma de forças de produção, uma relação historicamente estabelecida com a natureza e que os indivíduos estabelecem uns com os outros; relação que cada geração recebe da geração passada, uma massa de forças produtivas, capitais e circunstâncias que, embora seja, por um lado, modificada pela nova geração, por outro lado prescreve a esta última suas próprias condições de vida e lhe confere um desenvolvimento determinado, um caráter especial – que, portanto, as circunstâncias fazem os homens, assim como os homens fazem as circunstâncias (MARX, ENGELS, 2007, p.43).

Na seqüência evidencia-se o conteúdo dos capítulos desenvolvidos no trabalho. No primeiro capítulo pretende-se fazer um resgate histórico dos principais teóricos que fundamentam a concepção atual da Economia Solidária. Nesse sentido, apresenta-se, primeiramente, as idéias dos Socialistas Utópicos, juntamente com a obra de Proudhon e no decorrer da exposição busca-se evidenciar a interlocução de Marx com esses autores no séc. XIX, na tentativa de mostrar que o mesmo raciocínio proposto por Marx pode ser utilizado na atualidade para compreender a Economia Solidária.

No segundo capítulo apresenta-se o conceito de Economia Solidária a partir de duas correntes conceituais distintas, tanto em termos de base de conceitos como no que diz respeito à aplicabilidade dessa base na realidade prática. A primeira corrente tem como referência a obra de Jean-Louis Laville, que utiliza como referência teórica a obra de Polanyi<sup>15</sup>. E, a segunda corrente conceitua a partir da obra de Paul Singer, fundamentadas na crítica da economia política de Marx<sup>16</sup>. Essas diferenciações conceituais em relação à apropriação do conceito de Economia Solidária serve também para evitar qualquer confusão entre Economia Popular e Economia Solidária.

No terceiro capítulo, inicia-se com uma diferenciação entre a Economia Solidária no plano internacional e no Brasil e posteriormente, realiza-se à descrição dos empreendimentos de Economia Solidária no Brasil, através dos dados secundários do Ministério do Trabalho e Emprego. E finalmente, apresenta-se a relação entre as diferenças entre a realidade concreta (os dados) e os conceitos apontados no segundo capítulo.

---

<sup>15</sup> Karl Polanyi (1886-1964) - filósofo e economista conhecido por sua oposição ao pensamento econômico tradicional. Tem como principal publicação o livro *A Grande Transformação*, publicada originalmente em 1944.

<sup>16</sup> Karl Marx (1818-1883). Filósofo e economista alemão, o mais eminente teórico do comunismo.

Por fim, analisa-se as informações obtidas através do levantamento bibliográfico, e dos dados secundários e enfatiza-se o papel da Economia Solidária na fase atual do capitalismo, levando-se em conta as considerações discutidas nos três capítulos.

## 2 CONCEPÇÕES HISTÓRICAS DO CONCEITO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Pretende-se resgatar o debate entre Marx e os “Socialistas Utópicos”, travado no século XIX para mostrar que o conceito de Economia Solidária na atualidade não apresenta concepções “novas”, pois os autores solidários se apropriam da sistematização dos “Socialistas Utópicos” para validar na contemporaneidade a Economia Solidária. Diante disso, a Economia Solidária atualmente se coloca como uma denúncia e superação das contradições capitalista, como também foi o Socialismo Utópico.

Desse modo, o objetivo desse capítulo é fazer esse histórico para compreender o que conhecemos atualmente como Economia Solidária. Para isso, foi feito um estudo histórico nas idéias sociais e políticas da modernidade para encontrar no século XIX a chave para entender esse fenômeno na contemporaneidade. Pois, nesse século surgiram teóricas sociais que apresentam fundamentos semelhantes a categorias utilizadas no conceito de Economia Solidária na atualidade. Como também, os principais autores<sup>17</sup> da Economia Solidária se valem dessas teorias para validar a manifestação desse conceito na realidade. Como escreve Singer (2002, p.38):

Owen e Fourier foram, ao lado de Saint-Simon, os clássicos do Socialismo Utópico. O primeiro foi, além disso, grande protagonista dos movimentos sociais e políticos na Grã-Bretanha nas décadas iniciais do século XIX. O cooperativismo recebeu deles inspiração fundamental, a partir da qual os praticantes da economia solidária foram abrindo seus próprios caminhos.

Mas, o que os autores da Economia Solidária na contemporaneidade não introduziram nos seus resgates históricos é a análise feita por Marx às pretensões teóricas (denunciar e propor soluções para as mazelas capitalistas) dos chamados “Socialistas Utópicos”, pois esse teórico fez severas críticas a tal corrente teórica.

Diante desse fato, a obra<sup>18</sup> e a crítica que Marx fez desses teóricos é de fundamental importância para entender o Socialismo Utópico, como também o idealismo alemão (Hegel<sup>19</sup>)

---

<sup>17</sup> Como veremos com mais detalhe no próximo capítulo, os principais teóricos do conceito de Economia Solidária, são: Paul Singer (professor de economia da Universidade de São Paulo – USP e atual secretário Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil) referência nacional e Jean-Louis Laille (sociólogo francês, coordenador do CRIDA – *Centre de Recherche e d’information sur la Démocratie et L’Autonomie*- professor de Ciência Política do *Conservatoire National d’Arts et Métiers* – CNAM em Paris) referência internacional e um dos pioneiros na temática da Economia Solidária.

<sup>18</sup> “É preciso lembrar que não foi a conquista prévia de espaços acadêmicos que tornou possível a difusão mundial do marxismo e a ampliação da sua influência intelectual, cultural e política até pelo menos a década de 70 do século 20. Ao contrário, *foi a sua consistência teórica, a aderência da sua teoria à realidade econômica e*

e a economia clássica inglesa (Smith<sup>20</sup> e Ricardo<sup>21</sup>). Pois, a obra de Marx é síntese e superação (ruptura epistemológica) em relação a todos esses teóricos.

E, se valendo dessa crítica<sup>22</sup> pretende-se também compreender a manifestação da Economia Solidária na nossa realidade. Já que os autores solidários<sup>23</sup> se valem dos conceitos elaborados pelos socialistas utópicos e da obra de Marx<sup>24</sup> para justificar e contextualizar a Economia Solidária. Conseqüentemente, ao fazer tal regaste histórico, a intenção é apresentar a raiz histórica do ideal solidário trazendo e mostrando que alguns conceitos e posicionamentos da Economia Solidária não são “novos”.

Então, o resgate dos autores do século XIX é necessário, pois irá mostrar como tal teoria influencia a Economia Solidária ao se estruturar como conceito contemporâneo. Mesmo compreendendo que o Socialismo Utópico está inserido em outro contexto histórico, o que não impedirá a Economia Solidária receber críticas tal qual recebeu o Socialismo Utópico por parte de Marx.

Portanto, nesse capítulo a intenção é apresentar as teorias e propostas de Henri de Saint-Simon<sup>25</sup>, François Fourier<sup>26</sup> e Robert Owen<sup>27</sup> e suas ligações com a Economia Solidária,

*social, superior às das teorias concorrentes, que lhe permitiram expandir-se nos meios intelectuais em geral, e nos acadêmicos em particular”* (GERMER, 2007, p.02, grifo nosso).

<sup>19</sup> Georg Hegel (1770-1831) - O mais importante filósofo alemão da primeira metade do século XIX. “Segundo Hegel, a filosofia atinge as coisas, a natureza e a história em sua verdade, ou seja, é vista como momentos de realização de um espírito que, por meio deles, toma consciência de si. Esse processo leva à transformação dos dados dos sentidos em pensamento, conduz da individualidade à universalidade. E sua realização é marcada pelo ritmo ternário da dialética: a realidade é posta em si (tese), em seguida manifesta-se fora de si (antítese) para, finalmente, retornar a si (síntese)” (SANDORNI, 1999, p.279-280).

<sup>20</sup> Adam Smith (1723-1790). Economista escocês, um dos mais eminentes teóricos da economia clássica. Publica em “1776, sua obra mais célebre, *A Riqueza das Nações: Investigação sobre sua Natureza e suas Causas*. A publicação do livro coincidiu com a Revolução Industrial e satisfazia aos interesses econômicos da burguesia inglesa. Nele, Smith exalta o individualismo, considerando que os interesses individuais livremente desenvolvidos seriam harmonizados por uma ‘mão invisível’ e resultariam no bem-estar coletivo; essa ‘mão invisível’ entraria também em jogo no mercado dos fatores de produção, enquanto imperasse a livre-concorrência” (SANDRONI, 1999, p.565).

<sup>21</sup> David Ricardo (1772-1823). Economista inglês, considerado o mais legítimo sucessor de Adam Smith; suas idéias dominaram a ciência econômica por mais de meio século. “Ricardo deu uma enorme contribuição à teoria do valor e da distribuição. Em sua análise dos problemas econômicos, construiu um modelo teórico fundamentado numa economia predominantemente agrícola, procurando determinar as leis que regulam a distribuição do produto entre as diferentes classes da sociedade e localizando no trabalho o valor de troca das mercadorias” (SANDRONI, 1999, p. 532).

<sup>22</sup> Mas isso não significa que a crítica feita por Marx no século XIX será a mesma e, sim, utilizar suas categorias de análise para entender a Economia Solidária.

<sup>23</sup> Nesse caso Paul Singer, já que Laville rejeita a concepção marxista (mais detalhes na página 54, no próximo capítulo).

<sup>24</sup> “No Brasil, a teorização sobre a economia solidária apresenta uma clara *inspiração marxista*. De minha parte, tenho procurado mostrar que o capitalismo é o modo de produção dominante mas que está longe de abranger a totalidade das economias contemporâneas” (SINGER, 2004, p.05, grifo nosso).

<sup>25</sup> Pensador francês, representante do socialismo utópico, numa linha tecnocrática.

mas antes de detalhar esses autores cabe uma pergunta à escrita de Singer (2002), como também a obra de Laville<sup>28</sup>: será que só Owen, Fourier e Saint-Simon inspiraram à conceituação da Economia Solidária? Não existe mais nenhum autor que serviu de base conceitual? Tentando buscar essa resposta encontramos na história do pensamento social do séc. XIX a obra de Proudhon<sup>29</sup>, que está diretamente ligada a Economia Solidária e é pouco discutida dentro dos pensadores solidários da contemporaneidade<sup>30</sup>. Desse modo, pretende-se compatibilizar as obras de Saint-Simon, Fourier, Owen e do anarquista<sup>31</sup> Proudhon no que diz respeito à compreensão do conceito de Economia Solidária. Além de que, Marx foi contemporâneo de Proudhon, o qual teve contato intelectual e pessoal. Inclusive Marx escreveu seu livro *Miséria da Filosofia* em 1847 como resposta a *Filosofia da Miséria* de Proudhon, em relação a isso Engels (2001, p.09) escreve:

A presente obra foi escrita no inverno de 1846-1847, quando Marx tinha conseguido elaborar os princípios da sua nova concepção histórica e econômica. *O Sistema das contradições econômicas ou Filosofia da Miséria*, de Proudhon, que acabava de aparecer, proporcionou-lhe a ocasião de desenvolver os seus princípios opondo-os as idéias do homem que, a partir de então, ira tomar um lugar preponderante entre os socialistas franceses da época. Desde o momento em que ambos, em Paris, tinham discutido longamente questões econômicas muitas vezes durante noites inteiras, a sua direção afastara-se cada vez mais; a obra de Proudhon mostrava que havia um abismo intransponível entre eles; em silêncio não era possível; Marx constatou esta ruptura irreparável na resposta que lhe deu.

Mas antes de entrar em pormenores em relação a esses autores, é necessário responder a essa pergunta: porque o séc. XIX é o ponto de partida histórico para o surgimento de teorias sociais que oferecem os primeiros pilares do conceito de Economia Solidária?

A pista histórica que oferece a resposta é que nesse século observa-se os primeiros indícios do movimento de organização política dos trabalhadores em contraposição ao processo de pauperização e proletarização da classe trabalhadora. Pauperização essa,

---

<sup>26</sup> Pensador francês, um dos principais representantes do chamado socialismo utópico. Desenvolveu uma filosofia social de base naturalista — ligada à corrente de Rousseau e George Sand —, que considera o homem uma criatura fundamentalmente boa.

<sup>27</sup> Industrial e reformador inglês, um dos representantes do chamado socialismo utópico.

<sup>28</sup> Laville (2006) e França Filho e Laville (2004).

<sup>29</sup> Pierre Joseph Proudhon (1809-1865). Pensador francês, precursor do anarquismo, um dos mais influentes teóricos dos movimentos reformistas do século XIX. Combatia a religião e o Estado, rejeitando toda a autoridade.

<sup>30</sup> Poucos autores da Economia Solidária fazem referência à obra de Proudhon, mas existem autores que usam sua obra como influencia no pensamento solidário, por exemplo: Bocayuva (2007), Bertucci (2005) entre outros.

<sup>31</sup> “Prega a abolição do Estado como ponto de partida para a construção de uma sociedade alternativa, onde as relações entre os indivíduos sejam livres, igualitárias e desprovidas de qualquer coerção. Por isso, os partidários do anarquismo são também chamados de libertários. Nessa perspectiva, o anarquismo rejeita qualquer princípio de autoridade — seja do Estado, de instituições, de grupos sociais ou de indivíduos” (SANDORNI, 1999, p.26).

resultado do que Marx (2005) chamou de “acumulação primitiva do capital”. O conceito de acumulação primitiva do capital indica o processo histórico que resultou na separação dos trabalhadores dos meios de reprodução, ou seja, o trabalhador é separado dos meios de produção que mantêm sua sobrevivência.

Restou aos trabalhadores somente oferecer sua força de trabalho em troca de um salário para poderem se reproduzir enquanto seres humanos. Ironicamente usando as palavras de Marx (2005, p.827) “essa acumulação primitiva desempenha na economia política um papel análogo ao do pecado original na teologia. Adão mordeu a maçã e, por isso, o pecado contaminou a humanidade inteira”, logo, a acumulação primitiva do capital é o “pecado original” para pauperização da classe trabalhadora e, representa a ruptura com o modo de produção feudal e, é o ponto de partida para a consolidação do modo de produção capitalista. Nesse sentido Teixeira (2002, p.13) escreve:

Embora alguns dos fatos que inauguraram a era moderna tenham ocorrido em séculos anteriores, foi no século XIX que se deu a verdadeira transformação social que tornou o modo de produção capitalista dominante em escala planetária. Foi aí que se operou a verdadeira ruptura com a antiga ordem [feudal].

Desse modo, o século XIX é o ponto de partida para o surgimento de teorias sociais que tendem a explicitar as mazelas do capitalismo e buscar uma solução para as desigualdades sociais existentes. Dentre essas teorias pode-se dizer que o “Socialismo Utópico<sup>32</sup>” foi a mais representativa e os principais os expoentes são Saint-Simon, Fourier e Robert Owen. Mas, necessariamente o que foi esse pensamento social? Para Marx e Engels (2004, p.76-77) essa teoria representa a primeira tentativa de denunciar as contradições produzidas pelo capitalismo em um período de pouco desenvolvimento da luta entre proletário e burguesia. Por serem ainda embrionária, os representantes do Socialismo Utópico evidenciam as mazelas do capitalismo, mas “não encontram as condições materiais para a emancipação do proletariado, e põem-se à procura de uma ciência social, de leis sociais, para criar tais

---

<sup>32</sup> “Cada um dos termos [socialismo e utopia] tem, no entanto, sua própria história. A palavra *socialismo* surgiu quase simultaneamente na França e na Inglaterra na década de 30 do século XIX, com um significado pouco preciso, mas em geral usada em oposição a individualismo; posteriormente, passou a ser associada ao movimento de cooperativas, só mais tarde adquirindo seu conteúdo atual, para designar um sistema social contraposto ao capitalismo. Já *utopia* tem como referência o livro de Thomas Morus, publicado em 1516, com esse título. Morus fazia uma pesada crítica ao antigo modo de vida, em que o feudalismo em desagregação se mesclava ao mercantilismo em ascensão, imaginando uma ilha, por ele denominada de *Utopia*, onde se organizava uma nova sociedade, sem as mazelas da sociedade real existente. A partir daí, a palavra passou a designar projetos sociais, concebidos de forma quimérica, sem atenção aos aspectos políticos, práticos e concretos, de sua construção, sendo por isso não só irrealizáveis como incapazes de superar inteiramente as instituições e a ideologia da sociedade que recusam” (TEIXEIRA, 2002, p.27-28).

condições” (MARX; ENGELS, 2004, p.77). Então, o que seria o pensamento desses autores? Marx e Engels (2004, p.77, grifo nosso) escrevem:

No lugar da atividade social precisam colocar sua própria atividade pessoal inventiva; no lugar das condições históricas da emancipação, condições fantásticas; no lugar da organização gradual do proletariado em classe, uma organização da sociedade pré-fabricada por eles mesmos. A futura história do mundo, para eles, resolve-se na propaganda e na realização prática de seus planos de sociedade. [...] Em consequência, *rejeitam toda ação política, e especialmente toda ação revolucionária; querem atingir sua meta por meios pacíficos e procuram abrir caminho ao novo evangelho social pela força do exemplo*, através de pequenos experimentos que naturalmente sempre fracassam.

Portanto, são teorias sociais não baseadas na história das condições materiais existentes, tais teóricos não percebem que para o proletariado sair da condição de pobreza e miséria é necessário mudar a relação social de produção, ou seja, são análises superficiais do capitalismo. Sendo assim, cada autor do Socialismo Utópico propõem um modelo (um plano/sistema “fantástico”) que levaria a emancipação do proletário, que só tem sua força-de-trabalho para oferecer em troca de um salário para obter condições de reproduzir materialmente sua existência. Assim:

A designação de socialistas utópicos pode ser perfeitamente usada em relação a esses pensadores, pois foram, todos três [Saint-Simon, Fourier e Owen], reformadores sociais que conceberam fantásticos sistemas de organização da sociedade, sem a menor atenção aos aspectos políticos e aos interesses materiais envolvidos. Jamais se apresentaram como representantes da classe operária, ou de qualquer outra classe; sua pretensão era defender os interesses da humanidade como um todo, [mas] a razão e a justiça não governavam o mundo (TEIXEIRA, 2002, p.28).

E dentro dessa história, onde se encaixa Proudhon, o que difere ele dos Socialistas Utópicos? Bocayuva (2007, p.33) nos responde:

Pierre-Joseph Proudhon era contrário à construção de grandes sistemas [como é característica comum nos Socialistas Utópicos]. Identificar o caminho e desdobrar as estratégias de ação que dele derivassem era mais importante [...]. Em Proudhon, vemos a afirmação do federalismo e das comunidades autônomas contra o centralismo e o estatismo.

Sendo contra grandes sistemas utópicos, Proudhon acreditava na associação e comunidades de trabalhadores (como ação política e revolucionária) que reorganizaria o

trabalho produtivo e eliminaria assim o centralismo, logo o Estado. Portanto, Proudhon é o primeiro anarquista<sup>33</sup> da história das idéias sociais.

Dentro deste contexto, neste capítulo serão examinado às teorias desses autores, subtraindo o pensamento de Louis Blanc<sup>34</sup>, pois de acordo com Marx (1976 apud TEIXEIRA, 2002, p.42): “Louis Blanc representa o socialismo de estado, a revolução pelo poder, enquanto eu represento o socialismo democrático, a revolução pelo povo. Entre nós existe um abismo (...) Louis Blanc não passa da sombra amesquinhada de Robespierre”. Indo no mesmo pensamento de Marx, Teixeira (2002) considera Louis Blanc um teórico não original, pois suas concepções socialistas<sup>35</sup> nada mais eram do que um resumo das idéias de Saint-Simon, Fourier e Owen.

Então, a intenção desse capítulo é extrair desses autores suas relações teóricas com o conceito de Economia Solidária, começando por Saint-Simon e seu “sonho”, passando por Fourier, para logo depois apresentar Owen e finalizar com Proudhon.

## 2.1 O “sonho” de Saint-Simon

Henri de Saint-Simon (1760-1825) nasceu em Paris e era filho de pais aristocráticos. Ele é um dos expoentes do socialismo utópico, e exerceu grande influência no pensamento francês do século XIX, defendia a tecnocrática, pois via na ciência a solução para o progresso humano, propôs uma ordem social organizada racionalmente por cientistas e industriais que substituiriam, respectivamente, o clero e a nobreza do Antigo Regime, derrubado pela

---

<sup>33</sup> “No século XIX, o anarquismo foi uma das tendências mais expressivas no movimento operário europeu. Embora tenha vários precursores, foi o francês Pierre Joseph Proudhon o primeiro a considerar-se anarquista” (SANDRONI, 1999, p.27).

<sup>34</sup> Socialista francês que defendia uma reforma social baseada na criação de associações operárias de produção, mas sob a égide do Estado. Segundo ele, a riqueza produzida deveria ser repartida da seguinte forma: 25% para um fundo de amortização do capital, 25% para um fundo de seguro social, 25% para um fundo de reserva, 25% para repartir entre os trabalhadores (TEIXEIRA, 2002).

<sup>35</sup> “Por socialistas, em 1847, entendia-se de um lado, os adeptos dos vários sistemas utópicos: os owenistas na Inglaterra e os fourieristas na França [...]. Em ambos os casos, eram homens que estavam fora do movimento operário, buscando o apoio das classes ‘cultas’. Todo o setor da classe operária que se convencera da insuficiência das revoluções meramente políticas e tinham proclamado a necessidade de uma completa mudança social denominava-se então comunista [...]. Assim em 1847, o socialismo era um movimento burguês, o comunismo, um movimento operário. Ao menos no continente, o socialismo era ‘respeitável’, o comunismo, exatamente o oposto. E como nossa concepção [Engels e Marx], era a ‘emancipação da classe operária de ser obra da própria classe operária’, não houve dúvida sobre qual dos dois nomes adotar. E mais: desde então, nunca pensamos em repudia-lo [ou seja, eles se denominavam comunistas e não socialistas]” (ENGELS, 2004, p.33).

Revolução Francesa. Entre seus discípulos destacam-se: o filósofo Auguste Comte e o historiador Auguste Thierry.

O pensamento de Saint-Simon tem como característica fundamental uma fé inabalável na ciência e no progresso humano, acreditava ele que a sociedade deveria ser guiada pelos homens “iluminados”, pois pensava que para ser um ser humano “iluminado” ou conhecedor da razão, era necessário conhecer as ciências, especialmente astronomia e a fisiologia. Dentro desse contexto, ele considerava Newton o ser humano que mais fez progredir a ciência, ou seja, o ser humano mais “iluminado”. Isso porque Newton fundamentou e criou a concepção do universo exclusivamente sobre um processo de entendimento racional (baseado na matemática, física, astronomia e fisiologia) conhecido como a “lei experimental da gravitação”, assim Newton conseguiu explicar de forma racional as leis de funcionamento da natureza.

Por isso que Saint-Simon considerava Newton o mais respeitável dos homens, colocando-o no centro de seu novo culto, de tal modo que o estudo do filósofo inglês foi à base da nova construção social. A base dessa nova construção é uma reforma social a partir de um conselho superior formado pelos “iluminados” (conhecedores da razão). Desse modo ele escreve:

A prosperidade da França não pode ocorrer a não ser como o resultado do progresso das ciências, das artes e dos ofícios; ora, os príncipes, os oficiais superiores da Coroa, os bispos, os marechais, os prefeitos e os proprietários ociosos não contribuem diretamente para o progresso das ciências, das artes e dos ofícios; ao contrário, só fazem prejudicar, pois se esforçam por prolongar a preponderância exercida até hoje pelas teorias conjecturais [não fundadas pela ciência] sobre conhecimentos positivos; prejudicam necessariamente a prosperidade da nação, privando, como o fazem, os sábios, os artistas e os artesãos do mais alto grau de consideração que legitimamente lhes pertence; prejudicam, pois empregam seus meios pecuniários de uma mentira que não é diretamente útil às ciências, às belas artes e às artes e ofícios: prejudicam, pois retiram anualmente dos impostos pagos pela nação uma soma de trezentos a quatrocentos milhões a título de estipêndios, pensões, gratificações, indenizações etc., para pagamento de seus trabalhos, que são inúteis (SAINT-SIMON, 2002a, p. 60).

Nessa perspectiva, Saint-Simon ao apontar os príncipes, o clero, os latifundiários como improdutivos e culpá-los como os “inúteis” da sociedade, sua intenção era glorificar a sociedade burguesa, porque seu desejo era substituir de vez a sociedade feudal, principalmente na França que na época não se encontrava no mesmo nível de desenvolvimento industrial da Inglaterra (MARX, 2008, p.800).

Saint-Simon (2002) acreditava que a “razão” e os que a detêm deveriam guiar a sociedade, pois utilizando dela deveriam saber aplicar racionalmente a riqueza produzida socialmente. Portanto, o progresso da sociedade só vai acontecer se os iluminados estiverem na vanguarda da condução social, e como aconteceria isso?

Para alcançar esse feito, em seu texto intitulado “Um Sonho” ele escreve: “saibam que coloquei Newton a meu lado, que lhe confiei a direção da luz e o comando dos habitantes de todos os planetas” (SAINT-SIMON, 2002, p.53), assim o autor propõe a criação para o “bem” de todos o “Conselho de Newton”, que é um conselho formado pelas mais brilhantes mentes humanas que ditará o destino da sociedade. E como seria esse “Conselho de Newton”, ele responde:

A reunião dos vinte e um eleitos pela humanidade tomará o nome de Conselho de Newton; o Conselho de Newton representará-me-á sobre a Terra; ele repartirá a humanidade em quatro divisões, que se chamarão inglesa, francesa, alemã, italiana; cada uma dessas divisões terá um conselho composto da mesma maneira que o conselho superior. Todo homem, qualquer que seja a região do planeta onde habite, vincular-se-á a uma dessas divisões e inscreverá para o conselho superior e para o da sua divisão. [...] Os habitantes de qualquer parte do globo, qualquer que seja sua situação e sua dimensão, poderão, a qualquer momento, declarar-se seção de uma das divisões e eleger um conselho particular de Newton. (SAINT-SIMON, 2002, p.53).

Assim, o Conselho de Newton organizará a economia e a sociedade e melhorará o mais depressa possível a situação da classe mais pobre. Nesse ponto, Saint-Simon defendia uma mudança na propriedade privada, que deveria ser reorganizada sob o controle do Estado (composto pelos iluminados do Conselho de Newton).

Portanto, Saint-Simon (2002) propõe uma sociedade controlada pelo Estado que terá a frente pessoas possuidoras da “razão” (Conselho de Newton) e logo saberão o que fazer para resolver os problemas e mazelas que sofre a humanidade.

Fazendo um elo entre as idéias de Saint-Simon (2002; 2002a) e a concepção de Economia Solidária na atualidade, percebe-se que a idéia de “conselhos superiores” está presente nas empresas solidárias, só que na Economia Solidária esses conselhos não são formados por “superiores - possuidores da razão”, mas pelos próprios trabalhadores solidários que elegem diretores e conselheiros, Singer nos mostra como funciona:

A economia solidária se administra democraticamente, ou seja, pratica a autogestão. Quando ela é pequena, todas as decisões são tomadas em *assembléias*, que podem ocorrer em curtos intervalos, quando há

necessidade. Quando ela é grande, *assembléias-gerais* são mais raras porque é muito difícil organizar uma discussão significativa entre um grande número de pessoas. Então os sócios elegem delegados por seção ou departamento, que se reúnem para deliberar em nome de todos. Decisões de rotina são de responsabilidade de encarregados e gerentes, escolhidos pelos sócios ou por uma *diretoria eleita* pelos sócios (SINGER, 2002, p.18, grifo nosso).

O princípio básico para Singer (2002), é que todos os sócios têm a mesma parcela de capital e mesmo direito de voto em todas as decisões, em suas palavras “[...] ninguém manda em ninguém [...]” (SINGER, 2002, p.09). E assim, a autogestão com seus conselhos é o meio mais democrático e racional para se administrar e produzir a riqueza social. Desse modo, o pensamento de Saint-Simon influencia a Economia Solidária justamente na questão dos “conselhos” e que eles são a forma mais “racional” de administrar e produzir a riqueza social.

E o que liga Saint-Simon aos outros socialistas utópicos além de não buscarem em suas análises os fatores históricos, políticos e materiais envolvidos, que propõem sistemas utópicos como solução? A ligação está no fato de “Saint-Simon e Fourier tinham uma visão idílica do agrarismo, enquanto Owen revelava maior conhecimento da realidade de uma sociedade industrial” (TEIXEIRA, 2002, p.28). Marx (2008) também reconhece esse fato, quando escreve:

Todas as suas obras [de Saint-Simon] na realidade glorificam a moderna sociedade burguesa contra a feudal, ou os industriais e banqueiros contra os marechais e juristas maquinadores de leis da era napoleônica. Como diferem das obras de Owen, da mesma época (MARX, 2008, p. 800-801).

Isso se deve segundo Marx (2008), ao fato que Saint-Simon e Fourier viverem na França, mais agrária do que industrial. E, se Owen via mais longe, é que vivia noutra meio, quer dizer, no centro da revolução industrial que era a Inglaterra do século XIX, onde o acirramento entre a burguesia e proletariado era mais intenso. Inclusive para Saint-Simon:

Um trabalhador precisa de ajudantes, de auxiliares, de *operários*; ele os quer inteligentes, hábeis, devotados; põe-nos em atividade, e os trabalhadores que realizam são produtivos (SAINT-SIMON, 1831, p.104 apud MARX, 2008, p. 800, grifo do autor).

Ou seja, para de Saint-Simon o trabalhador não é o trabalhador que gera valor, que recebe salário em troca de sua força-de-trabalho, mas os capitalistas industriais e comerciais sendo assim, Saint-Simon é um teórico conservador e não é um porta-voz da classe trabalhadora (MARX, 2008).

Diante do exposto, constata-se que o pensamento de Saint-Simon tem relação histórica com o conceito de Economia Solidária, e diante da proposta deste capítulo, no próximo tópico será exposto à teoria social de Fourier e seu sistema “fantástico” de “falanstérios”, como um sistema utópico de reforma social que tem relações também com o conceito de Economia Solidária.

## 2.2 Os “falanstérios” de Fourier

François Charles Fourier (1772-1837) é filho de uma família rica de comerciantes franceses, um dos principais representantes do socialismo utópico. O essencial da sua doutrina é a idéia de uma evolução natural do homem, na qual se poderiam distinguir quatro fases: a primitiva, a selvagem, a patriarcal e a civilizada. Esta última que Fourier considera há de seu tempo, estaria fadada a dar lugar a uma quinta: a fase da harmonia.

Fourier via nas desordens sociais provocadas pelo comércio e pelo afã de lucro dos empresários e detentores do poder econômico os sinais de decadência da civilização. Ao liberalismo econômico, causador dessa situação, contrapunha a “liberdade das paixões”, baseada na “atração social”. Para concretizar suas idéias, propôs a criação de comunidades cooperativas livres (os “falanstérios”), base de uma nova organização social, para alcançar a quinta fase da sua doutrina.

Sua análise do sistema capitalista começa com a crítica a fragmentação da agricultura<sup>36</sup> e que a idéia de mercado cria uma ilusão de igualdade social, assim ele escreve:

Os economistas sancionaram, portanto, como necessários, os dois vícios radicais que encontraram estabelecidos, a *fragmentação da agricultura* e a *falsidade* do comércio, deixando à concorrência individual, que cria falsidade e complicação, elevando vinte vezes o número dos agentes que o regime verdadeiro empregaria [os falanstérios]. Sobre esses dois vícios repousa a sociedade que chamamos *civilização* [a sociedade capitalista], que, longe de ser própria ao gênero humano, é, ao contrário, a mais vil das sociedades industriais que se pode formar: porque é a mais perversa, a tal ponto que desperta o desprezo até mesmo dos bárbaros (FOURIER, 2002, p.75, grifo do autor).

---

<sup>36</sup> Assim como Saint-Simon, Fourier viveu na França que era atrasada industrialmente em relação à Inglaterra, por isso que para ele o seu projeto utópico era “novo mundo industrial”, pois ele tinha uma “visão idílica do agrarismo” (TEIXEIRA, 2002) de sua sociedade.

Com a fragmentação e especialização da agricultura, segundo Fourier, elevaria o número de pessoas necessárias para produzir os alimentos necessários para a reprodução da sociedade, para demonstrar como seria o processo contra a fragmentação ele propõe uma associação de trabalhadores especializados para produzir a riqueza social, ele cita como exemplo: o uso de fogões. Ele subscreve:

Uma grande reunião empregaria nas diversas funções apenas a centésima parte dos agentes e das máquinas exigidas pela complicação de nossas pequenas rotinas domésticas. No lugar de trezentos fogões empregados, seriam necessários apenas quatro ou cinco grandes equipamentos, que executariam serviços de diversos tipos, destinados a quatro ou cinco classes de riquezas, pois o estado societário não admite igualdade. Bastaria uma dezena de pessoas especializadas para substituir as trezentas mulheres empregadas no regime civilizado, que é desprovido dos numerosos mecanismos que seriam utilizados em uma cozinha destinada a mil e oitocentas pessoas. [...] O povo, nesse caso, gastaria muito menos para se alimentar bem do que hoje gasta para viver miseravelmente. A economia de combustível seria imensa e garantiria a restauração das florestas e a preservação do meio ambiente (FOURIER, 2002, p.72).

A idéia é que no regime associativista/cooperativista as pessoas que tivessem a especialidade em determinada técnica fizesse somente isso na produção de bens e, junto com outros especialistas produziram a riqueza para todos, ou seja, um processo de racionalização do trabalho que levaria ao uso de menos pessoas e um aumento da produção. Desse modo ele completa a crítica ao capitalismo:

No entanto, cada um percebe que o mundo social não atingiu sua finalidade, e que o progresso da indústria não é senão uma ilusão para a multidão. Na Inglaterra tão aclamada, metade da população é obrigada a trabalhar dezesseis horas por dia, uma parte em oficinas infectas, para ganhar sete soldos franceses em um país onde a subsistência é mais cara que na França. Como a natureza é sábia ao inspirar aos selvagens um profundo desdém por essa indústria civilizada, fatal para os que a exercem e lucrativa apenas para os ociosos e para alguns poderosos! Se a indústria estivesse destinada apenas a produzir esses escandalosos resultados, Deus não a teria criado, ou melhor, não teria dado aos homens esta sede de riqueza que a indústria civilizada e bárbara não pode satisfazer, porque ela lança na miséria toda a multidão industriosa para enriquecer alguns favoritos, que ainda se consideram pobres, se acreditarmos neles (FOURIER, 2002, p.77).

Então o que fazer para tirar da miséria toda essa multidão? Fourier (2002, p.76) nos oferece duas alternativas que a sociedade deve seguir para resolver tal problema, são eles: 1) Criar a grande indústria, as ciências superiores e as belas-artes; desenvolvimentos necessários ao estabelecimento do regime societário que é incompatível com a pobreza e a ignorância; 2)

Inventar este mecanismo societário, este “novo mundo industrial” em oposição à fragmentação.

Desse modo, Fourier (2002) propõe a formação de pequenos núcleos de associação (as falanges industriais), ou “falanstérios”, cada qual com cerca de mil e oitocentas pessoas, que reuniriam as sete funções industriais, são elas: atividades domésticas, agrícolas, manufatureiras, comerciais, de ensino, estudo e artes. Logo, permitia a eficiência do trabalho e ia de encontro à fragmentação da agricultura e a idéia falsa de igualdade do comércio e:

nessa sociedade o trabalho seria atraente e haveria uma ampla gama de atividades, não haveria incentivo ao ócio, e a implantação desse sistema não comprometeria os interesses de nenhuma classe. Todos sairiam ganhando, sem a necessidade de um Estado coercitivo autoritário (o que o leva a ser visto algumas vezes como um precursor do movimento anarquista). Ressalve-se que Fourier não defendia a supressão da propriedade privada nem acreditava na igualdade plena entre os homens (BERTUCCI, 2005, p.04).

Conseqüentemente os “falanstérios” iriam se propagar pela sociedade acabando com a miséria e a pobreza da multidão de excluídos e, segundo Fourier (2002, p.72) o sistema societário (as falanges) iria proporcionar a sociedade um produto social quadruplicado, ou seja, a riqueza aumenta em quatro vezes, então ele escreve:

Observemos bem esta propriedade inerente ao mecanismo societário, *contentar todas as classes*, todas as partes; é por esta razão que o sucesso será tão fácil e que uma pequena demonstração com setecentas pessoas levará imediatamente à metamorfose geral, porque ver-se-ão realizadas todas benfeitorias que a filosofia se limita a sonhar, liberdade real, unidade de ação, reino da verdade e da justiça tornados meios de enriquecimento (FOURIER, 2002, p.80, grifo do autor).

Na atualidade, Singer (2002) ao resgatar a obra de Fourier vai afirmar que esse pensador não era um homem de ação e nunca quis que seu projeto de “falanstério” fosse realizado por discípulos, por isso ele escreve:

Seu sonho era que algum capitalista se interessasse pelo seu sistema e se dispusesse a experimentá-lo. [...] Nele se preservam a propriedade privada e a liberdade individual de mudar o trabalho. Os meios de produção seriam de todos os membros, mas sob a forma de propriedade acionária. [...] O sistema de Fourier é uma variedade de socialismo de mercado, centrado na liberdade individual, na livre escolha dos trabalhadores, organizados em equipe e na propriedade por ações dos meios de produção (SINGER, 2002, p.35-37).

Desse modo, Singer (2002) ressalta como característica importante no trabalho de Fourier (2002) o fato desse autor não ser contra propriedade privada, nem a organização

social que propõe é um sistema comunista. Ao contrário, respeita o direito a herança e considera a pobreza e riqueza “fatos” naturais. Sendo um anti-igualitário e antidemocrata, mas é profundamente anti-autoritário, porque ele achava que o Estado deve ser uma federação de associações livres. Em outro momento histórico, diferentemente de Singer (2002), eis como Proudhon se refere a Fourier:

A quem se quer reformar a indústria e a agricultura, se a propriedade é mantida, se o trabalho não pode jamais cobrir a despesa? Sem a abolição da propriedade, a organização do trabalho é apenas mais uma decepção. [...] A parcela de charlatanismo é muito grande nesse homem e a de boa fé, muito pequena (PROUDHON, 2002, p. 274).

Resumindo, Fourier propõe a instalação de falanges industriais como forma de organização da sociedade que acabará com a pobreza e miséria, suas idéias estão muito presente atualmente em um dos pilares da Economia Solidária que se trata do conceito de associação, pois uma das características de um empreendimento de Economia Solidária, seja ele, por exemplo uma cooperativa, refere-se ao fato do empreendimento ser uma associação de trabalhadores que realizam um “[...] conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – *organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária*” (MTE, 2006, p.11, grifo nosso). Desse modo, a associação de trabalhadores para produzir e organizar a sociedade de modo mais racional, como mostra Fourier (2002) é retomada também na Economia Solidária.

Importa sinalizar que as “falanges industriais” (falanstérios) de Fourier apresenta certa semelhança com as comunidades fundadas por Owen (2002), outro teórico do Socialismo Utópico tratado nesse capítulo, resguardadas as diferenças, como assegurava Fourier (2002, p.70-71):

Uma seita dirigida pelo Sr. Owen pretende ter criado o estado societário; mas é exatamente o contrário: ela contribui para desacreditar a idéia de associação, pela falsidade de seu método, contrário em todos os sentidos à natureza ou à atração [...]. Ele lança descrédito a palavra [associação]; ele a torna objeto de especulação, fantasiando-a com formas filantrópicas; e desperta a apatia das corporações de sábios a respeito desse grande problema.

Isso se deve porque Owen como Proudhon, outro teórico a ser discutido no capítulo, rejeitavam categoricamente a propriedade (como será mostrado posteriormente nos próximos tópicos), Fourier a defendia. E se Fourier imaginava uma sociedade plenamente anti-

autoritária, com certa descentralização de poder, e Proudhon se declarava adepto ao anarquismo filosófico, para Saint-Simon a autogestão<sup>37</sup> da sociedade certamente seria impossível – já que o poder deveria ser exercido pelos técnicos do “Conselho de Newton” (os possuidores da razão), e não por cidadãos comuns.

### 2.3 As aldeias cooperativas de Owen

O inglês Robert Owen (1771-1858) era um importante industrial que acumulou grande fortuna, ele propôs uma reforma social a partir de uma comunidade exemplar, para ele a reforma não depende da ação política nem da tomada de poder e sim de organização da sociedade de forma racional para acabar com a pobreza e miséria. Defendia a tese de que bons salários e boas condições de trabalho não eram incompatíveis com os lucros e a prosperidade dos negócios em geral (para a época significava uma visão revolucionária de administração). Como diz Marx (2005, p.343):

Robert Owen não só defendeu, no plano teórico, a necessidade de uma limitação do dia de trabalho, mas também introduziu realmente o dia de 10 horas em sua fábrica [...], consideraram sua inovação, objeto de escárnio, utopia comunista. O mesmo ocorreu com sua idéia de ‘união do trabalho produtivo com a educação da infância’ e com as cooperativas dos trabalhadores que fundou.

Owen procurou demonstrar suas convicções fundando uma unidade industrial modelo em *New Lanark*<sup>38</sup>, na Escócia. Em 1832 ele fundou em *Hampshire*, Inglaterra, uma de suas famosas comunidades de cooperação, onde eram desenvolvidas atividades industriais e agrícolas, os excedentes de cada área sendo trocados em condições mutuamente vantajosas.

Para Owen (2002) o capitalismo é uma forma de organização social que provoca desordem e confusão, logo, gera miséria e pobreza. Então ele escreve:

Até aqui a sociedade tem sido um cenário de desordem e de confusão, sem união entre as partes, sem ordem, harmonia ou previdência em seus procedimentos. Não havendo objeto geral definido, não há fins inteligíveis.

---

<sup>37</sup> A autogestão é definida como a prática de tomadas de decisão coletivas, onde todos os sócios têm o direito de decidir às estratégias, a gestão do trabalho, a direção e coordenação das ações dos empreendimentos de Economia Solidária.

<sup>38</sup> “Owen fundou uma grande fábrica têxtil (New Lanark) com cerca de 500 trabalhadores, que cresceu e se tornou muito lucrativa. A diferença era que ele não explorava os trabalhadores conforme os padrões vigentes no início do capitalismo industrial. Limitava a jornada de trabalho e ao invés de empregar crianças, construía escolas. Foi considerado um filantropo de renome” (BERTUCCI, 2005, p.03-04).

O homem permaneceu isolado, não tendo outro guia para seus pensamentos e suas ações além das idéias restritas de seu suposto interesse ou o de sua família, ou pequeno círculo local onde ocupa o centro. Está possuído por um desejo insaciável de acumular o que chamamos riquezas, persuadido de que esta palavra é sinônimo de felicidade, que deve vir necessariamente em seguida. Este período de egoísmo cego e ignorante aproxima-se de seu fim (OWEN, 2002, p.128-129).

Assim, o avanço do capitalismo e sua idéia de “felicidade” estão afastando a união e cooperação entre os homens logo, gerando miséria. Isso provocará a ruptura com esse modo de produção, pois ele é irracional, já que existem pessoas excluídas vivendo na miséria e pobreza.

Para Owen (2002) o ser humano é fruto de sua relação social de produção, que nesse caso é o capitalismo, pois o homem recebe sua educação e forma sua identidade de forma impositiva. Sendo assim, o homem é egoísta porque o capitalismo o torna assim, segundo ele “as leis humanas são de molde a tornar o homem insociável, a criar interesses divididos e opostos e a estimular a concorrência, a luta e a discórdia. Com tais leis, é impossível que ele se torne racional, caridoso ou capaz de amar o próximo” (OWEN, 2002, p.124).

Em conseqüência disso, para transformar esse “homem capitalista egoísta” é necessária outra forma de organização social que tornará o homem em um ser mais bondoso e caridoso. Pois ele afirma:

Torna-se cada dia mais evidente que é muito mais fácil produzir e distribuir riquezas abundantes e bem educar e governar a população pela união dos homens, habituados a cooperar e a ajudar-se mutuamente em um único interesse definido e bem compreendido que pela divisão e oposição de interesses (OWEN, 2002, p.129).

Logo, para alcançar essa outra forma de organização social, seria desejável que “o governo estabelecesse vários núcleos ou associações-modelo, contendo de 500 a 2.000 habitantes, em prédios convenientes, para produzir e conservar uma variedades de produtos e ensinar a dar às crianças uma educação adequada” (OWEN, 2002, p.129). Essas “Aldeias” funcionariam da seguinte maneira:

[...] em cada uma viveriam cerca de 1.200 pessoas trabalhando na terra e em indústrias, produzindo assim a sua própria subsistência. Os excedentes de produção poderiam ser trocados entre as Aldeias. Com cálculos cuidadosos de quanto teria de ser investido em cada Aldeia, Owen tentava mostrar que haveria imensa economia de recursos, pois os pobres seriam reinseridos à produção em vez de permanecerem desocupados (SINGER, 2002, p.25-26).

Conseqüentemente, nas “Aldeias Cooperativas” o produto do trabalho seria repartido de forma equitativa de acordo com o tempo gasto na produção, a princípio um plano para acabar com a pobreza, que cada vez mais se mostrava como uma proposta de reformulação de toda a sociedade. Observa-se aqui, que em Owen (2002) a propriedade da riqueza social é coletiva, não privada como em Fourier<sup>39</sup>. Dentro desse contexto, Bocayuva (2007, p.21) analisando as idéias de Owen nos diz:

Owen também apostou nos “bazares operários de trabalho”. Estes bazares eram espaços onde se trocavam produtos por “bônus do trabalho”, que serviam como moeda de troca, um ‘papel-moeda’ cuja unidade é a hora de trabalho despendido.

Com essa idéia de papel-moeda-trabalho rendeu a Owen críticas por parte de Marx, que argumentava:

Observaria que a ainda que a “moeda-trabalho” de Owen não é mais dinheiro do que um bilhete de teatro. *Owen pressupõe trabalho diretamente oposta à produção de mercadorias*. O certificado do trabalho registra apenas a participação individual do produtor no trabalho comum e seu direito com referência à parte do produto comum, destinada a consumo. Mas não ocorre a Owen pressupor a produção de mercadorias e, apesar disso, querer contornar as condições necessárias dessa produção, por meio de remendos monetários (MARX, 2005, p.122, grifo nosso).

Então para Marx (2005) a idéia de “moeda-trabalho” em Owen, não passa de um utopismo superficial, pois se o trabalho produtivo é destinado à produção de mercadorias (produção de bens para o mercado capitalista) haverá, portanto mais-valia (trabalho não pago ao trabalhador) no processo de realização da mercadoria, não passando de utopia seu projeto “moeda-trabalho”.

Com tudo isso, em 1817, Owen apresentou seu “plano” ao governo britânico para que fossem unificados todos os fundos de sustento dos pobres disponíveis, que eram meramente distribuídos, para as construções das “Aldeias Cooperativas”. A idéia era que “em pouco tempo, a desnecessidade de continuar subsidiando os ex-pobres permitiria devolver aos cofres públicos os fundo desembolsados” (SINGER, 2002, p.26).

Segundo Cole (1944 apud SINGER, 1998a, p.71) Owen não estava propondo simplesmente um meio de baratear a subsistência dos pobres, mas uma mudança completa do sistema social e pedindo a abolição da empresa capitalista que só visa o lucro. Então:

---

<sup>39</sup> Ver tópico anterior.

em 1817, Owen apresentou seu “plano” de acabar com a pobreza mediante o emprego dos que não tinham proventos e eram sustentados pela beneficência das paróquias (de acordo com a Lei dos Pobres em vigor) em “Aldeias cooperativas”, onde poderiam viver em comunidade e produzir em comum, consumindo seus próprios produtos e trocando os excedentes com outras “Aldeias cooperativas”. Ele propunha que algumas aldeias fossem industriais e outras agrícolas etc. Assim, o Estado e as paróquias, em vez de desperdiçar dinheiro com a manutenção dos indigentes ociosos, deveriam fornecer capital para que eles estabelecessem em aldeias e pudessem prover o seu próprio sustento (SINGER, 1998a, p.71).

Além disso, Owen também atacou todas as religiões. Porque segundo ele os homens são responsáveis pela pobreza, para Owen o homem é produto do capitalismo, então é necessário transformar o capitalismo e não a reforma individual (pessoal) como faz a Igreja. Logo, “Owen terminou por denunciar todas as religiões como sustentáculos do ‘velho mundo imoral’” (SINGER, 1998a, p.71).

Ainda segundo Singer (1998a) com essa crítica a Igreja e sua adesão ao socialismo, Owen perdeu o apoio e simpatia que tinha nas classes dominantes. Com essa perda ele voltou seu “plano” para o movimento sindicalista e cooperativista, como também a fundação e direção de comunidades comunistas moldadas nas suas “Aldeias de Cooperação”.

Sem apoio da classe dominante e da Igreja, Owen e seus seguidores começaram a sofrer a ira do Estado, como descreve Singer (1998a, p.97-98) nesta passagem:

Estes planos revolucionários, se tinham o condão de entusiasmar sindicalistas e cooperadores, produziram efeitos opostos nos círculos burgueses. A ofensiva patronal contra os sindicatos foi retomada com mais força e foi apoiada por redobrada repressão política por parte do executivo e judiciário. Teve lugar então um vasto confronto de classe, tanto político como econômico. [...] Os mestres demitiam em massa os trabalhadores sindicalizados, que respondiam organizando cooperativas e procurando tomar o mercado dos patrões. [...] A ação conjunta de Estado e capital derrotou a coligação socialista de sindicatos e cooperativas. O governo resolveu dar uma demonstração de intolerância: prendeu 6 trabalhadores agrícolas de Dorsetshire [uma aldeia cooperativa] por tomar juramentos de companheiros que passaram a integrar uma loja [cooperativa]. Este simples fato, sem que houvesse sequer ameaça de greve, bastou para que fossem julgados e condenados a 7 anos de desterro, em 18 de março de 1834. Owen organizou petições e uma demonstração de massa em Londres, mas sem resultado. A sentença foi crucial para liquidar o movimento sindical e cooperativo.

Com a repressão por parte do Estado e da burguesia instalado nele, as idéias e os seguidores de Owen foram enfraquecidos. Mas, o importante é que o owenismo foi à primeira

afirmação positiva e real<sup>40</sup> da necessidade de substituir o sistema capitalista por um sistema alternativo.

Como escreve Singer (2002) a idéia de cooperativas autônomas, de crítica ao capitalismo feita por Owen será o pano de fundo da Economia Solidária, pois:

Esta é a origem histórica da Economia Solidária. Seria justo chamar esta fase inicial de sua história de “cooperativismo revolucionário”, o qual jamais se repetiu de forma tão nítida. Ela tornou evidente a ligação essencial da economia solidária com a crítica operária e socialista do capitalismo. A figura que sintetizou pensamento e ação nesta fase foi sem dúvida Owen (SINGER, 2002, p.35).

Resumindo, Owen (2002) e seu pensamento elaboraram seus projetos de comunidades sob nova organização social e política (as Aldeias Cooperativas). Para Owen a educação é de fundamental importância, já que até o seu tempo, a educação nos moldes capitalista só teria servido para deformar e não para formar. Nessas comunidades, a educação seria diversificada e estimularia o interesse pelo saber, a fim de formar o caráter e tornar a criança o “ser mais racional possível”.

O projeto social idealizado e praticado por Owen, assim como o de Saint-Simon e Fourier, teve o mérito de denunciar as mazelas produzidas pelo capitalismo, mas na prática observa-se apenas uma crítica superficial da sociedade capitalista. Pois ele era um reformador social e não propôs mudanças na infra-estrutura da relação de produção (as condições materiais). E essa não propensão à mudança na relação social de produção é a característica do socialismo utópico, que atenua a luta de classe em vez de superá-la, como escreve Marx e Engels (2004, p.78-79):

A importância do socialismo e do comunismo crítico-utópicos está na razão inversa do desenvolvimento histórico. À medida que a luta de classes se desenvolve e toma forma, esse fantástico afã de se elevar acima dela, esse fantástico ataque que lhe é feito perde todo o valor prático e toda justificação teórica. [...] Procuram portanto, e nisto são conseqüentes atenuar mais uma vez a luta de classes e conciliar os antagonismos. Continuam a sonhar a realização experimental de suas utopias sociais, com o estabelecimento de falatórios isolados, a criação de *home-colonies* [Aldeias-Cooperativas] em seus países, a fundação de uma pequena Içaria – edições *in-12* (sic.) da nova Jerusalém; e, para a construção de todos esses castelos no ar, são obrigados a apelar a filantropia dos corações e dos bolsos burgueses. Pouco a pouco caem na categoria de socialistas reacionários ou conservadores [...] Por isso, opõem-se encarniçadamente a todo movimento político operários, pois ele apenas poderia provir de uma cega falta de fé no novo evangelho.

---

<sup>40</sup> Ao contrário dos outros socialistas utópicos que ficaram no plano das idéias (como Saint-Simon e Fourier), Owen é a figura que sintetizou pensamento e ação (SINGER, 1998a).

Diante do exposto, a Economia Solidária atualmente, teria condições materiais<sup>41</sup> ou teóricas para superar os antagonismos de classe, ou seria uma “nova roupagem” do socialismo utópico? Já que o socialismo utópico não tinha a pretensão de superar o capitalismo, como afirma Marx e Engels (2004). Mas isso não seria uma contradição com o pensamento de Singer (2002) quando ele afirma a Economia Solidária é outro modo de produção antagônico ao capitalismo, sendo uma que alternativa socialista.

Apontada essa contradição, parece que a obra de Singer (2002) além de resgatar os fundamentos do Socialismo Utópico, apresenta semelhança com a obra de Proudhon (2002). Pois, Proudhon acreditava que a revolução social para a superação capitalista é um processo pacífico, como é apresentado por Singer (2002) que defende o desenvolvimento de empreendimentos de Economia Solidária como forma de superação capitalista.

Mas, então porque em sua obra Singer ao se referir ao histórico da Economia Solidária não apresenta o pensamento de Proudhon<sup>42</sup>? Parece indicar que Singer, que se declara marxista, teve receio de relacionar sua teoria da Economia Solidária com o anarquismo, já que ele escreve:

mesmo que toda atividade econômica fosse organizada em empreendimentos solidários, *sempre haveria necessidade de um poder público* com a missão de captar parte dos ganhos acima do considerado socialmente necessário para redistribuir essa receita entre os que ganham abaixo do mínimo considerado indispensável (SINGER, 2002, p.10-11, grifo nosso).

Por isso, é necessário observar a teoria e análise de Proudhon, que mesmo sem ser considerado um socialista utópico, apresenta correlação direta com o conceito de Economia Solidária e não apenas nesse ponto, mas também no processo de organização do crédito e formação de Bancos populares.

---

<sup>41</sup> As condições materiais da Economia Solidária serão expostas no tópico 4.2, página 71 dessa pesquisa.

<sup>42</sup> Singer (2000, p.13) escreve: “a economia solidária não é a criação de alguém, embora os grandes autores socialistas denominados ‘utópicos’ da primeira metade do século XIX (Owen, Fourier, Buchez, Proudhon etc.) tenham dado contribuições decisivas ao seu desenvolvimento”. Esse é a única passagem em que o nome de Proudhon é citado pelo autor, mesmo em publicação posterior, Singer (2002), em que ele teoriza sobre as origens históricas da Economia Solidária esse autor subtrai o pensamento de Proudhon e apresenta apenas as idéias de Saint-Simon, Fourier e Owen.

## 2.4 Proudhon

Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865) nasceu em Besançon, no interior da França. Era filho de um cervejeiro e de uma cozinheira. Teve grande influência no cenário político e revolucionário francês do séc. XIX. Em 1848 foi eleito representante na Assembléia Nacional francesa, onde desenvolveu intensa atividade, também foi o primeiro que se auto proclamou anarquista.

Proudhon ao longo de sua trajetória teórica e política também foi um “federalista” (BOCAYUVA, 2007). “Federalista” porque defendia a união de associações operárias para a produção da riqueza social, organizadas e controladas por ‘federações’ (conjunto de associações) e fiscalizadas pelo Estado, como escreve Bocayuva (2007, p.34, grifo nosso):

Ao lado de considerações que afirmam o papel da família e o direito à pequena propriedade, Proudhon insiste [em sua fase federalista] em que o crédito e a propriedade das minas, das estradas e ferro e canais deve ser da sociedade no seu conjunto. Essas propriedades deveriam ser entregues ‘as associações operárias’, organizadas democraticamente sob a fiscalização do Estado. [...] Uma vasta federação de associações desse tipo organizaria a agricultura, o comércio e a indústria, reunidos sob o manto unificador da ‘republica democrática e social’. *Esta idéia antecede seu posicionamento favorável à anarquia.*

Com o afastamento de Proudhon do ideal “federalista”, ele começou a defender a revolução das massas, assim como Marx e Engels (2004), mas indo contra a “ditadura do proletariado<sup>43</sup>”. Desse modo, Bocayuva (2007, p.35, grifo nosso) nos diz:

De fato, ele se aproxima de Marx quando afirma que “uma liquidação geral é o preâmbulo de toda revolução”. Para Proudhon, isso significaria uma ruptura semelhante aos movimentos radicais republicanos da Revolução Francesa. Entretanto, ele deixa claro que, em sua visão, a revolução é oriunda da autonomia das massas e depende da organização do trabalho, como fica claro quando diz que “a oficina fará desaparecer o governo”. Assim, o movimento de inovação social e organizativa é a própria revolução em marcha. É a forma de organização da emancipação do proletariado que define os contornos e a profundidade da Republica. Ou seja, *é a reorganização do trabalho e da propriedade que poderá aniquilar a centralização política do Estado.*

---

<sup>43</sup> “O proletário utilizará seu domínio político para arrancar pouco a pouco todo o capital à burguesia para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, ou seja, do proletariado organizado como classe dominante” (MARX; ENGELS, 2004, p.66, grifo nosso).

Para Proudhon a revolução é um processo pacífico<sup>44</sup>, mas o que tem a haver a reorganização do trabalho e da propriedade de Proudhon com a Economia Solidária? Para responder tal pergunta iremos detalhar o pensamento de Proudhon (2002) e depois correlacionar sua teoria com o conceito de Economia Solidária.

A economia política<sup>45</sup> de Proudhon (2002) apresenta a idéia de que o capital produtivo (do trabalhador: o que gera a riqueza) entrou em choque com o trabalho improdutivo (da burguesia), devido à forma da propriedade privada. Quer dizer, tem uma classe que produz a riqueza social e a outra que apropria, alimentando assim a divisão da sociedade em duas classes, então ele subscreve:

*A propriedade é o direito de albana, isto é, o poder de produzir sem trabalhar; ora, produzir sem trabalhar é fazer do nada alguma coisa [...]. A albana, conhecida pelos nomes de arrendamento, renda, juros, é paga todos os anos; os aluguéis vencem semanal, mensal, anualmente; os lucros têm lugar no momento da troca. De modo que a albana existe sempre em razão do tempo e em razão da coisa, o que leva a dizer que a usura cresce como câncer. [...] O proprietário não produz nem por si mesmo nem por seu instrumento, e recebendo produtos em troca de nada, é um parasita ou um ladrão (PROUDHON, 2002, p.238-249, grifo do autor).*

Para Proudhon (2002) o capitalismo é um sistema baseado na propriedade privada, um sistema, utilizando suas palavras, baseado na ‘usura’ (PROUDHON, 2002, p.239) que gera uma desigualdade na repartição da riqueza produzida socialmente, e isso é o gerador de pobreza, e a classe desfavorável nesse sistema são os proletários. Dentro deste contexto, para Proudhon (2002) a produtividade e o desenvolvimento do capital ao longo da história se encontram materializada no sistema da ‘usura’. Então o que fazer para acabar com esse sistema gerador de pobreza?

Desse modo, Proudhon (2002) vai propor que o único meio de destruir a ‘usura’ é “organizar o crédito” para o socialismo, rompendo com empréstimo a juros. Mas, como funcionaria isso? Proudhon defende a idéia que ‘tudo que tem valor de troca pode ser objeto de troca’, desse modo, ele propõe a formação de associações de trabalhadores que forneceria o crédito, logo os bens produzidos por eles seriam trocados pelo mesmo “valor<sup>46</sup>” com mercadorias de outras associações. Segundo Proudhon, o homem deveria abandonar a

<sup>44</sup> Semelhante ao pensamento de Singer (2000; 2002), pois a Economia Solidária é outro modo de produção diferente do capitalismo que nos levará ao socialismo, sendo um movimento pacífico.

<sup>45</sup> “Ciência que estuda as relações sociais de produção, circulação e distribuição de bens materiais, definindo as leis que regem tais relações. Procura também analisar o caráter das leis econômicas, sua especificidade, sua natureza e suas relações mútuas. Nesse sentido, é uma ciência fundamentalmente teórica, valendo-se dos dados fornecidos pela economia descritiva e pela história econômica” (SANDRONI, 1999, p.191).

<sup>46</sup> Quantidade de trabalho incorporado na mercadoria.

condição econômica e moral baseada na sujeição a outros homens - que levaria à desarmonia social. A nova sociedade deveria apoiar-se no mutualismo, uma forma de cooperação baseada em associações, sem o poder coercitivo do Estado.

Então, em Proudhon com a possibilidade de redefinir o crédito, que se tornará solidário e mutualista. Com esse “novo” sentido dado ao crédito, Proudhon (2002) mostra que existe a possibilidade dos trabalhadores darem crédito a si mesmo. Com essa interação entre trabalhadores, haverá uma modificação no eixo da acumulação, pois ela não será mais ditada pela ordem da ‘usura’ do capital e sim subordinada ao interesses do trabalho, logo do trabalhador.

Aqui, neste momento da evolução do pensamento de Proudhon (2002) entra a resposta para ligação desse pensador com o atual conceito de Economia Solidária, pois Proudhon propõe uma reorganização do trabalho e da propriedade através da concessão de crédito, como também essa idéia é utilizada na Economia Solidária, quando:

Essa temática das relações horizontais que unificam produção e consumo por meio de um sistema de crédito fundado no trabalho reaparece nos experimentos atuais das chamadas “redes de colaboração social” e na emergência de “moedas sociais” e bônus, usados para animar a interação horizontal de empreendimentos cooperativos, autogestionários e associativos. Uma vez unificado, o trabalho se metamorfoseia e se converte em capital. Cria uma potencialidade de transformação e emancipação das categorias econômicas. O trabalho produziria crédito e geraria capital de forma autônoma e mutualista, criando condições de atração sobre o conjunto do processo econômico. Como numa operação física social, seu poder de competição com as outras formas de organização geraria uma atração capaz de produzir a adesão dos produtores e a extinção das propriedades sem saquear os proprietários (BOCAYUVA, 2007, p.34).

É interessante notar como as idéias de Proudhon estão intimamente ligadas a da Economia Solidária, pois Singer (2002) chega a afirmar que a Economia Solidária é outro modo de produção, antagônico ao capitalismo, e seu desenvolvimento levará a uma sociedade pós-capitalista, como também acreditava Proudhon (2002) ao propor uma mudança no sistema de crédito, logo haverá uma mudança na reorganização do trabalho e da propriedade que aniquilará o sistema da ‘usura’. Observamos como o pensamento de Proudhon aparece nos teóricos da Economia Solidária, Gaiger (2004<sup>a</sup>, p.387-396, grifo do autor) escreve:

[...] ao que podemos considerar, à luz da teoria marxista, *uma nova forma social de produção*: modificam-se os princípios e os fins da organização econômica, alteram-se ao mesmo tempo as relações que os indivíduos contraem entre si, no que tange aos meios de produção, ao processo de trabalho e a seus resultados. Uma nova racionalidade passa a presidir o

agenciamento dos fatores produtivos [...] Do ponto de vista primordial do desenvolvimento humano, as empresas de economia solidária superam suas concorrentes capitalistas, não porque representam invariavelmente a sua antítese e ameaçam sua supremacia, mas porque oferecem outras condições históricas aos trabalhadores, de conteúdo inegavelmente emancipatório. Esse conteúdo provém da experiência concreta da *autonomia no trabalho e pelo trabalho*[...] ruptura das relações ancestrais de mando e subserviência, escape da pauperização material, emocional e intelectual dos trabalhadores, formação de comunidades de trabalho, desrecalque e reconstituição da subjetividade autêntica, recuperação de solidariedades primárias, espaço de expressão, recomposição do sujeito fragmentado, instauração de produtores livremente associados, nova cultura do trabalho e assim por diante [...] Tais empreendimentos funcionam alternativamente como comunidades-projeto, nas quais vem ancorar-se a reflexividade crítica dos indivíduos, propiciando-lhes um distanciamento do sistema num processo de subjetivação auto-referenciada, no qual ganham sentidos e corpo outras identidades e outros horizontes éticos [...] elas [as empresas solidárias] carregam o princípio de reversão daquele processo decisivo ocorrido nos primórdios do capitalismo, de separação entre o trabalhador, os meios de trabalho e o seu produto, separação na qual repousa a submissão ideológica do proletariado [...].

Então, de acordo com Singer (2000, 2002) e Gaiger (2004a), na Economia Solidária haverá uma “nova” organização do trabalho e da propriedade que nos levará a outra sociabilidade pós-capitalista, uma ruptura pacífica como se refere Proudhon (2002). Em relação a isso, Gaiger (2004a) afirma que esse processo de superação capitalista é paulatino, não é uma superação em uma só tacada contra o capitalismo, ele utiliza uma passagem de Boaventura Santos para justificar essa superação, assim ele escreve: “têm em comum o fato de que, ainda que não pretendam substituir o capitalismo de um só golpe, procurarem (com resultados díspares) tornar mais incômoda a sua reprodução e a sua hegemonia” (BOAVENTURA SANTOS, 2002, p.29 apud GAIGER, 2004a, p.397).

Em relação, a nova organização do crédito que levaria ao pós-capitalismo segundo Proudhon, Marx vai responder com o livro *Miséria da Filosofia*<sup>47</sup>, que aponta uma ruptura teórica e pessoal com Proudhon. Vejamos como Marx (2001) elabora sua crítica a perspectiva de Proudhon.

Primeiramente Marx (2001) vai nos dizer que a crítica que Proudhon faz da propriedade privada se restringe ao campo jurídico, não a infra-estrutura, ou seja, no processo de distribuição da riqueza, Marx escreve:

Para Proudhon tratava-se, de fato, de analisar a propriedade burguesa atual. A questão de saber o que era esta propriedade, não se podia responder senão

---

<sup>47</sup> MARX, Karl. **Miséria da filosofia**: resposta à filosofia da miséria do senhor Proudhon. São Paulo: Centauro, 2001.

com uma análise crítica da *economia política*, que abrangesse o conjunto dessas *relações de propriedade*, não sua expressão *jurídica* ou de *relações de vontade*, mas na sua forma real, quer dizer de relações de produção. Como Proudhon integra o conjunto dessas relações econômicas na noção jurídica da propriedade não podia ir além [...]. Daqui se conclui, no melhor dos casos, que as noções jurídicas dos burgueses sobre o roubo se aplicam também ao seu “*honesto lucro*”. Por outro lado, como o *roubo*, enquanto violação da propriedade, *pressupõe a propriedade*, Proudhon meteu-se em toda uma série de divagações confusas sobre a *verdadeira propriedade burguesa* (MARX, 2001, p.189, grifo do autor).

Diante do fato que Proudhon restringe a relação jurídica da propriedade privada, Marx (2001) diz que ele se limita a uma crítica superficial do problema da desigualdade no capitalismo, e para ter uma análise “séria” do capitalismo é necessário:

*Em vez de considerar as categorias econômicas como expressões teóricas de relações históricas de produção que correspondem a um grau determinado de desenvolvimento da produção, a sua imaginação transforma-as em idéias eternas, preexistentes a toda a realidade e, deste modo, por um desvio, ele regressa ao seu ponto de partida, o ponto de vista da economia burguesa [...]. Cada relação econômica tem um lado bom e um lado mau; é o único ponto em que o sr. Proudhon se não desdiz. O lado bom vê-o exposto pelos economistas; o lado mau vê-o denunciado pelos socialistas. Aos economistas vai buscar a necessidade das relações eternas; aos socialistas, a ilusão de não ver na miséria senão a miséria (em vez de ver aí o aspecto revolucionário, subversivo, que derrubará a antiga ordem). Está de acordo com uns e com outros, ao querer, nesse aspecto, referir-se à autoridade da ciência. A ciência, para ele, reduz-se às diminutas proporções de uma fórmula científica; ele é o homem a procura de formulas. Por isso o sr. Proudhon se gaba de ter feito a crítica da economia política e do comunismo; ele está abaixo tanto de uma como do outro. Abaixo dos economistas, porque como filósofo que tem na manga uma fórmula mágica acreditou poder dispensar-se de entrar em pormenores puramente econômicos; abaixo dos socialistas, porque não possui nem coragem nem luzes bastantes para se elevar, sequer especulativamente, acima do horizonte burguês (MARX, 2001, p.190-191, grifo do autor).*

Por isso que Marx (2001) irá classificar o pensamento como “pequeno burguês” e, porque ao propor a reorganização do crédito Proudhon não está mais do que formando pequenos burgueses. Desse modo, ele subscreve esse “projeto” socialista de Proudhon:

Numa sociedade dominada pela produção capitalista, mesmo o produtor não capitalista está sob o domínio das idéias capitalistas [...] Proudhon, com a habitual charlantaria e pretensões científicas, trombeteou a sua nova descoberta, o segredo do socialismo: a idéia vazia, segundo a qual o preço de custo constitui o verdadeiro valor da mercadoria, decorrendo a mais-valia da venda da mercadoria acima do valor; as mercadorias são assim vendidas pelo respectivo valor, quando o preço de venda é igual ao preço de custo, isto é, igual ao preço dos meios de produção consumidos mais salários. O Banco popular de Proudhon se baseava nessa redução do valor da mercadoria ao

preço de custo. [...] É absolutamente falso supor que tanto faz vender todas as mercadorias ao preço de custo quanto vendê-las acima do preço de custo, mas pelo valor. *Mesmo que se igualassem, em todos os casos, o valor da força de trabalho, a duração da jornada de trabalho e o grau de exploração do trabalho, as quantidades de mais-valia contidas nos valores das diferentes mercadorias seriam absolutamente desiguais*, de acordo com a diversa composição orgânica dos capitais adiantados para produzi-las (MARX, 2008, p.54-55, grifo nosso).

Então de acordo com o pensamento de Marx (2008) a idéia de Banco do povo de Proudhon não considera as composições orgânicas do capital no processo de produção, logo no processo de realização da mercadoria (na troca) haveria mais-valia (valor não pago ao trabalhador). Conseqüentemente, dentro desse contexto os processos de reorganização do crédito como vemos em Proudhon (2002) não romperá com a relação social de produção capitalista, pois existe trabalho não pago ao trabalhador, ou seja, exploração do homem pelo homem.

Percebe-se também, que através da análise de Marx (2008), mesmo considerando em um contexto em que a produção não seja nos molde capitalista, como por exemplo: não existir uma relação assalariada (como é o caso das cooperativas e associações de trabalhadores), o processo da troca (no caso o mercado capitalista) domina a produção, portanto, essas associações e cooperativas são subordinadas a determinações capitalistas.

E, se usarmos esse mesmo raciocínio de Marx (2008), descrito acima, parece indicar que o atual projeto de Economia Solidária não é mais do que um projeto pequeno-burguês, pois a Economia Solidária como quer Singer (2000, 2002) nos levará ao pós-capitalismo através da criação de cooperativas, banco do povo, associações o que efetivamente dentro da análise de Marx (2008) não é mais do que transformar trabalhadores em pequenos proprietários.

Mas essa crítica a partir da análise de Marx (2008) será transferida para os próximos capítulos dessa dissertação, pois haverá confronto do conceito de Economia Solidária com os dados<sup>48</sup> para indicar que a análise marxista não é anacrônica no sentido de compreender o movimento dos empreendimentos solidários.

Antes de passar para o próximo capítulo, a título de comparação, as idéias de Proudhon (2002), assim como as de Owen (2002), eram opostas ao liberalismo, pois denunciam a organização econômica, governamental e educacional, propondo a criação de

---

<sup>48</sup> Conforme o *Atlas da Economia Solidária no Brasil* do Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil, publicação MTE (2008).

sociedades cooperativas de produção. Já Saint-Simon (2002), difere de Owen (2002) e Proudhon (2002) por defender a industrialização e o desenvolvimento do Estado, já que assim como Fourier ele vivia na França que era atrasada industrialmente em relação à Inglaterra. Portanto, o pensamento de Proudhon (2002), assim como o de Fourier (2002) e Saint-Simon (2002), era voltado para uma reorganização da sociedade, tendo como princípio a justiça. Essa justiça seria a base da harmonia social, mas também do pensamento humano e até mesmo das relações físicas. E, todas essas teorias elaboradas no séc. XIX significaram um avanço teórico na compreensão do capitalismo, pois foram à primeira vez na história da modernidade que foram apresentadas críticas às ideais de liberdade, igualdade e justiça do capitalismo, como também, a primeira vez que foi proposto soluções.

E como foi mostrado, o conceito de Economia Solidária atualmente se apropria da teoria dos Socialistas Utópicos para tentar convalidar esse conceito na contemporaneidade.

### 3 ECONOMIA SOLIDÁRIA: DIFERENTES ABORDAGENS CONCEITUAIS

A intenção deste capítulo é apresentar o conceito de Economia Solidária. Desse modo, faz-se necessário apontar os principais autores com suas diferenças e similaridades. Para alcançar tal feito, foi realizada uma revisão bibliográfica que aponta duas abordagens conceituais distintas, particularmente, no que diz respeito à definição do conceito de Economia Solidária.

De um lado identifica-se uma abordagem a partir das obras de Paul Singer, fundamentadas na crítica da economia política de Marx<sup>49</sup> e, de outro lado, registra-se os trabalhos de Jean-Louis Laville<sup>50</sup>, que se utiliza como referência a obra de Polanyi<sup>51</sup>, principalmente o conceito de economia plural<sup>52</sup> desse autor.

Pretende-se assim, apresentar o conceito de Economia Solidária desses dois autores, mostrando as especificidades e diferenças em cada teórico, ao abstrair esse fenômeno na atualidade. Na seqüência, busca-se apresentar a relação e distinção entre o conceito de Economia Popular e Economia Solidária para evitar qualquer tipo de confusão conceitual e teórica.

Laville é apontado como o pioneiro na discussão da temática. Em 1994 na França ele vai “tentar dar conta da emergência do fenômeno sobretudo naquele país, introduz uma abordagem antropológica econômica, sugerindo um olhar daquelas práticas como desenhado ou outro modo de instituir o ato econômico” (LAVILLE et al., 2006, p.11). Ao observar sobre essa “nova” maneira de fazer economia esse autor passa a ser o principal teórico e a referência internacional quando se trata da Economia Solidária. Da mesma maneira, Singer é considerado pioneiro na discussão da temática, e principal referência no Brasil<sup>53</sup>, pois sua

---

<sup>49</sup> MARX, K. **O capital**: Crítica da Economia Política: livro I. 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

<sup>50</sup> Esse autor, como será apresentado no próximo tópico, rejeita a análise da luta de classes da teoria marxista para explicar o surgimento dos empreendimentos de Economia Solidária.

<sup>51</sup> POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

<sup>52</sup> Polanyi (1980) aponta outras formas de regulação e produção social além do mercado, como por exemplo: a domesticidade, a reciprocidade e a redistribuição. Mas detalhe na páginas 52 e 53 deste capítulo.

<sup>53</sup> Singer também se torna em 2003 o Secretário Nacional de Economia Solidária (SENAES) após a eleição do presidente Luis Inácio Lula da Silva, órgão ligado ao Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil. “A Senaes entende que sua missão é difundir e fomentar a economia solidária em todo o Brasil, dando apoio político e material às iniciativas do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Esse fórum inclui as principais agências de fomento da economia solidária, a rede de gestores municipais e estaduais de economia solidária, a Associação Brasileira de Gestores de Entidades de Micro-Crédito (Abcred) e as principais associações e redes de empreendimentos solidários de todo o país” (SINGER, 2004a, p.04).

abordagem é original e fundadora do conceito. Reconhecendo a importância desse teórico Laville et al. (2006, p.11) escrevem:

No Brasil, merece registro os escritos pioneiros do Prof. Paul Singer, em fins dos anos 1990, aparecendo portanto de maneira quase concomitante ao trabalho fundador de Laville. Logo após Singer, surgem uma série de outros trabalhos e estudos que darão visibilidade ao tema.

Desse modo, Laville e Singer são apresentados como os principais autores que discutem o conceito de Economia Solidária na atualidade, no plano nacional e internacional.

Mas antes de “esmiuçar” o pensamento de Singer e Laville e apresentar o conceito de Economia Popular, cabe explicitar o surgimento dos empreendimentos de Economia Solidária na contemporaneidade. Destarte, faz-se necessário voltar à década de 1970 quando o “mundo do trabalho” presenciou mudanças profundas, tanto subjetivamente (no mundo das idéias) quanto objetivamente (mundo material).

Na década de 1970, a reestruturação produtiva do capitalismo<sup>54</sup> intensificou o avanço do capital sobre o trabalho, a luta sindical e política foram sendo enfraquecidas, os direitos e conquistas históricas dos trabalhadores foram sendo destruídos e eliminados. Para Harvey (1992) e Pochmann (1998), o resultado de todas essas transformações ocorridas é a “nova onda desemprego estrutural” da força de trabalho e a crescente precarização das condições de trabalho, como também, forte tendência para a flexibilização das leis e do mercado em relação ao trabalho, sobre a “nova onda de desemprego estrutural” Pochmann (1998, p.129, grifo nosso) nos diz:

Por uma nova onda de desemprego estrutural, que tende a se aprofundar neste final do século [20] principalmente nas economias centrais, entende-se a geração de *um novo estoque de força de trabalho excedente a partir do desenvolvimento da Terceira Revolução Industrial e Tecnológica*, com três características principais. A primeira diz respeito ao *desemprego recorrente*, que atinge principalmente a inserção do jovem e atua sobre a instabilidade dos postos de trabalho ocupados, em grande medida, pela mulher. Em geral, é o segmento da população ativa que se encontra freqüentemente na situação de desemprego, pois está a ocupar postos de trabalho temporários e parciais, com elevada instabilidade e descontinuidade de renda e emprego. A segunda característica está associada ao *desemprego de reestruturação*, que, geralmente, envolve os trabalhadores adultos nos setores econômicos que passam por processos de reestruturação produtiva ou de desintegração de parte das cadeias produtivas (substituídas por produtos importados). Em síntese, o desemprego recorrente refere-se tradicionalmente aos trabalhadores chefe de família e que possuem experiência ocupacional anterior. Por fim, a terceira característica refere-se ao *desemprego de*

---

<sup>54</sup> Mais detalhes sobre processo de reestruturação produtiva do capitalismo ver Harvey (1992).

*exclusão*, que tende a se concentrar sobre a parcela da população ativa com faixa etária mais elevada. Geralmente, o desemprego de exclusão atinge os trabalhadores com mais de 50 anos, que passam a ser substituídos por empregados com menor faixa etária e escolarizados.

Os dados do desemprego depois da reestruturação do capitalismo mostram a dimensão dessa transformação, pois em 1996 da População Economicamente Ativa (PEA), ou seja, cerca de 2,5 bilhões de pessoas no mundo inteiro, 35% encontrava-se em situação de subutilização do trabalho, significando desemprego ou subemprego<sup>55</sup>. E nos países pertencentes à OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) são 34 milhões de desempregados e a OCDE não espera taxas de desemprego em menos de 10% da PEA em vários países que compõem a organização internacional (OCDE, 1996 apud POCHMANN, 2002, p.39). E no Brasil, Pinto (2006) nos apresenta o panorama do desemprego no trecho abaixo:

No Brasil, as formas de trabalho sem cobertura social, o subemprego, já superam as que a possuem e continuam a predominar quando a criação de novas ocupações. Segundo dados do IBGE, de cada dez ocupações geradas nos anos 1990, apenas uma era com carteira assinada, enquanto no período de 1940 a 1980 eram sete. Conforme a PNAD 2002, apenas 38% da População Economicamente Ativa (PEA) possui alguma cobertura social. Os que se encontram sem ocupação no país alcançam os 10% da PEA (2006, p.24-25).

Pochmann (2008, p.27) ainda nos diz:

Como consequência da desestruturação do mercado de trabalho no Brasil, ocorreu uma queda significativa do rendimento do trabalho na renda nacional. Dos 50% da renda nacional absorvida pelo trabalho no fim da década de 1970, passou-se 36% em 2003. Além disso, houve uma modificação importante na composição da renda do trabalho. No período de 1975 a 1989, quase 80% do rendimento do trabalho era formado pelo salário empregado (quase dois terços oriundos do emprego formal) e 14,3% do trabalho autônomo. Já no período posterior (1990 a 2003), a ocupação autônoma absorveu 21% da renda total do trabalho, enquanto a ocupação assalariada ficou com menos de 70% dessa renda (somente 52% provenientes do emprego formal).

Dentro desse contexto, após a reestruturação do processo de acumulação do capitalismo, observou-se “[...] a proliferação de formas de trabalho cooperativo ou associado, em meio à crise do emprego assalariado estável” (PINTO, 2006, p.15), tanto no Brasil como também nos países centrais como, por exemplo, a França. Parafraseando Singer:

---

<sup>55</sup> Trabalho precário.

Como resultado, ressurgiu com força cada vez maior a economia solidária. Na realidade, ela foi reinventada [o movimento cooperativista surge no século XIX como mostrado no primeiro capítulo]. Há indícios da criação em número cada vez maior de novas cooperativas e formas análogas de produção associada em muitos países (2002, p. 110-111).

Portanto, os empreendimentos econômicos classificados de Economia Solidária são reinventados no início da década de 1970 em consequência direta do desemprego-estrutural das economias capitalistas, França Filho e Laville (2004) escrevem:

Enquanto fenômeno, a emergência de uma economia solidária encontra-se, [...], intimamente ligada à problemática de uma exclusão social crescente, que se define cada vez enquanto questão urbana, num contexto atual, que remonta já há mais de vinte anos, de crise do Estado-providência [de Bem-Estar] (2004, p.110).

Conseqüentemente, para França Filho e Laville (2004) surgem dentro deste contexto histórico, um “outro” olhar sobre a economia, ou seja, um “olhar” a partir da economia plural (não só o mercado como regulação social), uma “nova” maneira de fazer economia que é a Economia Solidária. Sendo, portanto o objeto de estudo do próximo tópico.

### **3.1 A “outra” maneira de fazer economia segundo Laville**

Jean-Louis Laville, sociólogo francês, é o primeiro a observar e escrever sobre as “novas” formas cooperativas e associativas que surgem na Europa causada pelo processo de exclusão social que vive aquela sociedade, justamente por conta da crise do Estado de Bem-Estar e ascensão do neoliberalismo. Sobre isso, França Filho e Laville (2004, p.109) escrevem:

Enquanto conceito, o termo Economia Solidária elabora-se, portanto, no início dos anos 90 na França, fruto sobretudo das pesquisas desenvolvidas no *Crida* em Paris (*Centre de Recherche et d'Information sur la démocratie et l'Autonomie*), sob a coordenação de Jean Louis Laville, visando exatamente dar conta da emergência e do desenvolvimento do fenômeno de proliferação de iniciativas e práticas socioeconômicas diversas, as chamadas iniciativas locais na Europa. Elas assumem, na maioria dos casos, a forma associativa e buscam responder a certas problemáticas locais específicas [...]. Esta expressão, Economia Solidária, vem assim, num primeiro momento, indicar, por um lado, a associação de duas noções historicamente dissociadas, isto é, iniciativa e solidariedade; por outro, sugerir a inscrição da solidariedade no centro mesmo da elaboração coletiva de atividades econômicas.

Portanto, Laville vai identificar em empreendimentos associativos de trabalhadores desempregados as noções de iniciativa e solidariedade. Mas o que o estudo de Laville apresenta como novidade é a “nova” noção de solidariedade que esses empreendimentos passam a apresentar, porque segundo esse autor existem duas noções de solidariedade: a filantrópica e a democrática. Repetindo Laville (2006, p.23, grifo nosso):

*A solidariedade filantrópica, a ação para com outrem se insere numa versão da cidadania responsável que integra deveres exercidos numa base voluntária, os mais aquinhoados intervindo para aliviar os mais desprovidos e melhorar sua situação [...], só permitindo como retorno uma gratidão sem limites e criando uma dívida que não pode jamais ser honrada pelos beneficiários. Os laços de dependência pessoal que ela favorece correm o risco de aprisionar os donatários na sua situação de inferioridade. Em outras palavras, ela é portadora de um dispositivo de hierarquização social e de manutenção das desigualdades suportado nas redes sociais de proximidade.*

Então, a solidariedade filantrópica é apenas uma forma dos que possuem condições materiais oferecerem ajuda aos excluídos, mantendo o processo de dominação. Já a solidariedade democrática assume outra noção, como observa Laville (2006, p.24, grifo nosso):

*A esta versão “benevolente” [a solidariedade filantrópica], opõe-se uma versão da solidariedade como princípio de democratização da sociedade. Esta segunda versão supõe uma igualdade de direito entre as pessoas que nela se engajam. A solidariedade democrática reivindica uma reciprocidade voluntária estabelecida entre cidadãos livres. Nestas, a auto-organização é a expressão das relações de igualdade. Historicamente, ela assumiu as formas de ações mais centradas na resposta a demandas não satisfeitas pelos grupos sociais envolvidos, [...]. Ela também adotou a forma de movimento social, buscando mudar as condições de vida pela reivindicação política, [...]. Finalmente, a solidariedade democrática não se condensa no movimento social, ela se amplia para a ajuda mútua e para a reunião de múltiplas partes envolvidas [...]. A solidariedade democrática pode ser definida pela articulação de uma reciprocidade voluntária respeitando a igualdade, de um lado; e através de um reconhecimento jurídico que assegura direitos e elabora as regras de redistribuição pública, por outro lado. A solidariedade democrática que emana da ajuda mútua e da reivindicação coletiva só pode emergir a partir da existência de direitos civis de alcance universal, manifestando a realidade do respeito para com os outros.*

Sendo assim, a solidariedade democrática, segundo Laville (2006), é a “nova” noção de solidariedade que é identificada nos empreendimentos de auto-organização associativos e cooperativos de trabalhadores na Europa. Segundo o autor, os indivíduos envolvidos em tais

empreendimentos partem da concepção de que a economia de mercado<sup>56</sup> é excludente e existem “outras formas de fazer economia”, pautada, particularmente, na noção de economia plural do Polanyi (1980). Como argumentam França Filho e Laville (2004, p.17):

No lugar, de resumirmos a economia ao mercado, parece-nos preferível pensá-la enquanto economia plural, ou seja, admitirmos que, em relação ao conjunto de práticas que conformam a dinâmica econômica mais ampla, existem diferentes princípios em interação (para além do princípio mercantil), como é o caso da redistribuição e da reciprocidade. É exatamente este olhar ampliado da dinâmica econômica mais geral, que nos permitirá entender mais adequadamente o processo singular da Economia Solidária, que tende reunir diferentes lógicas em interação.

Destarte, para explicar melhor a definição de “diferentes lógicas em interação”, faz-se necessário buscar na obra do Polanyi (1980) outros conceitos do comportamento econômico. Segundo Laville os indivíduos envolvidos nos empreendimentos questionam “[...] a principal mensagem ideológica do neoliberalismo, a saber, que só a economia de mercado é criadora de riquezas e empregos” (LAVILLE, 2006, p.36). Desse modo, a economia solidária é apresentada como:

[...] uma tentativa de problematização destas novas práticas organizativas a partir de um quadro de referências bem preciso: ou seja, aquele de uma reflexão sobre as relações entre democracia e economia, que se inspira amplamente nos trabalhos de Karl Polanyi, e em especial, na sua principal obra *A grande transformação* [...]. Polanyi sustenta que a grande transformação que conhecem as economias ocidentais nos anos 30 reside na reimbricação da economia com o social, pela via da regulação da produção e da circulação de riquezas operadas pelo Estado-providência, hoje em crise. A “grande transformação” [na visão de Laville] introduzida pela modernidade reside muito mais no processo de autonomização do mercado em relação aos demais princípios do comportamento econômico, como a “domesticidade”, a “redistribuição” e a “reciprocidade”. Esta ruptura produzida pela modernidade é acompanhada de um “desencantamento do mundo”, de uma objetificação das relações sociais, ou, ainda, de uma despersonalização das relações econômicas, que o fenômeno da Economia Solidária visa justamente a tornar mais humanas (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 109-110).

Desse modo, a “grande transformação” para Polanyi (1980) está relacionada com o surgimento do Estado keynesiano<sup>57</sup>, que surge como contraposição ao processo de regulação

<sup>56</sup> “a defesa de uma economia plural na modernidade, que possa se originar de diversos princípios econômicos e não unicamente o mercado” (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p.55).

<sup>57</sup> “Modalidade de intervenção do Estado na vida econômica, com a qual não se atinge totalmente a autonomia da empresa privada [mercado], e que prega a adoção, no todo ou em parte, das políticas sugeridas na principal obra de Keynes, *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, 1936. Tais políticas propunham solucionar o problema do desemprego pela intervenção estatal, desencorajando o entesouramento em proveito das despesas

econômica somente pelo mercado (a imbricação da economia de mercado com o social). Pois, a economia de mercado é excludente e geradora de miséria, sendo assim, precisa da intervenção do Estado para evitar flutuações e crises sociais. Mas, o que interessa para Laville (2006) não é esse aspecto da obra do Polanyi (1980) e sim sua análise histórica da formação da economia de mercado, que segundo o autor, o mercado sobressaiu e excluiu as demais. Logo, França Filho e Laville (2004) buscam em Polanyi (1980) o conceito de outras formas de economia, pautado na noção de economia plural, que compreende: domesticidade; reciprocidade e; distribuição. Como observaram França Filho e Laville (2004, p.32):

O princípio da *domesticidade*. Ele consiste em produzir para seu próprio usufruto, ou seja, a prover as necessidades do seu grupo. Quaisquer que sejam as entidades muito diferentes que formam a unidade de base, o princípio é o de produzir e de armazenar para a satisfação dos membros desta unidade.

O princípio da *reciprocidade* corresponde:

[...] à relação estabelecida entre várias pessoas, por meio da seqüência durável de dádivas. A reciprocidade é, por conseqüência, fundada sobre a dádiva como fato social elementar – a existência de dádiva estando ligada a uma contradádiva. O aspecto essencial da reciprocidade é que as transferências são indissociáveis das relações humanas. Embora sua grande variedade de motivações possíveis, as dádivas têm como ponto comum o fato de não constituírem trocas despersonalizadas, pois não podem ser isoladas da realização das prestações sociais (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p.32).

O princípio da *redistribuição* compreende:

[..] a produção fica a cargo de uma autoridade que tem a responsabilidade de distribuí-la, o que supõe um momento de armazenamento entre aqueles da recepção e da repartição. Evidentemente que é o modelo institucional da centralidade que permite a redistribuição. Ele supõe uma autoridade e uma divisão do trabalho entre os representantes desta autoridade e ou outros membros do grupo humano. Como as relações do grupo dirigente com os dirigidos distinguem-se segundo fundamentos do poder político, a redistribuição implica modelos, indo da divisão livremente consentida até o medo da punição (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p.33).

Isso implica em dizer, que a Economia Solidária atualmente apresenta diferentes lógicas em interação, fundamentadas em “outras” formas de fazer economia, que incorpora e

---

produtivas, por meio da redução da taxa de juros e do incremento dos investimentos públicos” (SANDRONI, 1999, p.324).

imbrica os outros conceitos do comportamento econômico como a reciprocidade e a domesticidade. Como escrevem os autores:

A realidade de uma economia solidária e sua problemática vêm, assim, posicionar-se num contexto de falência dos mecanismos de regulação econômico-políticos da sociedade. Estes foram fundados historicamente em torno de duas esferas principais de organização das relações político-econômico-sociais – o Estado e o mercado, encontrando no trabalho, no sentido moderno do termo, ou seja, na relação assalariada, sua estruturação fundamental. Nesse sentido, torna-se coerente propor a leitura do contexto atual de uma Economia Solidária em termos de crise do trabalho, ou melhor, em termos dos limites da chamada sociedade salarial [...]. Assistimos, assim, *ao nascimento de iniciativas locais portadoras de um caráter novo*, relativo ao mesmo tempo, ao seu modo de funcionamento e a sua finalidade (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p.111-112, grifo nosso).

Dentro desse contexto, para chegarem a essas conclusões (a falência dos mecanismos de regulação econômica atuais da sociedade) e que a Economia Solidária traz “novas” interações, Laville nos diz que o olhar sobre a sociedade através da luta de classe<sup>58</sup> é anacrônico, no sentido de explicar o surgimento das “novas” iniciativas. E, que esse “novo” jeito de fazer economia não tem relação com a luta de classes, assim subscreve o autor:

A esse respeito, não nos parece desnecessário lembrar que, classicamente, a sociologia definiu a questão social, na modernidade, sobretudo, em termos de exploração que ocorre no local de trabalho, fruto de um processo de dominação de uma classe social sobre a outra. Tal representação parece sofrer algumas mudanças no cenário do novo capitalismo parece definir-se menos em termos de exploração no interior do trabalho e mais em termos de exclusão dos espaços de trabalho. *Isto conduz a uma nova representação do conflito social fundamental, que passa a ser definido menos em termos de dominação (de uma classe sobre a outra) no local de trabalho e mais em termos de segregação ou de discriminação nos espaços da cidade*, o que tem levado sociólogos [inclusive o próprio Laville] mais recentemente a representá-lo não mais em termos de luta de classes, mas em termos de luta por lugares dos indivíduos na sociedade [...]. Portanto, de uma questão de dominação, os termos fundamentais do conflito social básico parecem desloca-se para uma questão de discriminação ou de segregação, que conduz a uma relação social de indiferença com o outro (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p.110-111, grifo nosso).

Renegando a análise da luta de classes, a Economia Solidária (na visão de Laville) vai posicionar-se como outra forma de fazer economia e apontar os mecanismos de falência da sociedade atual (o mercado e o Estado). Desse modo, a Economia Solidária vai buscar e apresentar novas formas de regulação da sociedade, tanto econômicas como políticas, para

---

<sup>58</sup> Uma abordagem a partir da obra de Marx.

incorporar socialmente os indivíduos excluídos do espaço de trabalho. Como afirmam os autores:

Segundo nossa interpretação, as experiências de economia solidária supõem uma articulação específica entre esferas econômica, social e política – em razão dos diferentes registros de ação ou das diferentes lógicas que atravessam essas experiências. Trata-se, portanto, de uma forma de economia que ao invés de se constituir como um setor a parte (terceiro setor), tem muito mais vocação, segundo nossa hipótese, para interagir com as formas dominantes (Estado e mercado), numa perspectiva de elaboração de arranjos particulares de princípios econômicos diversos, *a fim de subordinar a lógica mercantil a outros imperativos da ação organizacional ou coletiva* - por exemplo, uma dinâmica recíproca ou num projeto associativo (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p.114, grifo nosso).

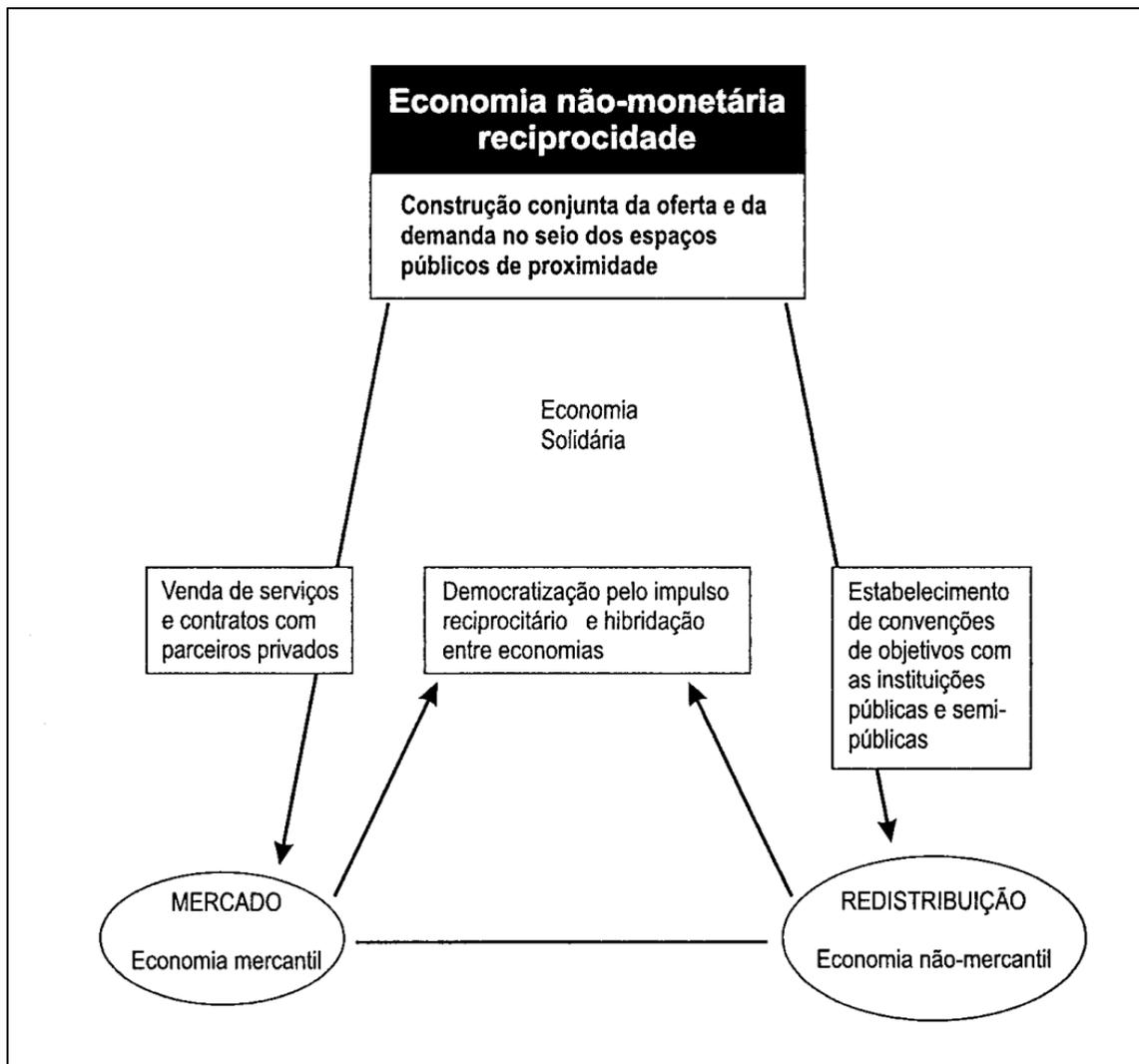
Resumindo, a Economia Solidária é apresentada como uma “outra” forma de fazer economia, além do mercado, que se relaciona com as outras formas dominantes. De acordo com essa concepção, esses empreendimentos têm relações mercantis, não-mercantis com o Estado e relação não-monetária com eles mesmos. Nas palavras dos autores a Economia Solidária faz uma hibridação (junção) de economias, de acordo com os princípios econômicos apontados por Polanyi (1980).

Nesse sentido, a intenção dos autores, seria mostrar que a regulação social pelo mercado não é dominante e nem única. Segundo essa ótica, existem outras formas de incluir socialmente os indivíduos. Como argumentam os autores:

Dois traços característicos maiores, resumem a especificidade dos serviços de proximidade (ou solidários) e posicionam a hipótese da Economia Solidária enquanto forma de regulação baseada na auto-organização social: a) hibridação de economia ou de recursos – a fim de permitir a perenidade dos projetos criados, pois articulam-se aqui fontes de recursos. Estas são de natureza: - *não-mercantil*: através de subvenções ou outros financiamentos à atividade oriundos do poder público (qualquer que seja a instância de governo) ou outras instituições públicas não governamentais – recurso ao Estado ou a instituições públicas da sociedade civil; - *mercantil*: através de venda ou prestação de serviços a particulares (pessoa física ou jurídica) – recurso ao mercado; - *não monetária*: através da participação voluntária de certos membros, ou seja, doação sob a forma material ou humana (doação de tempo etc.) – recurso a uma lógica recíproca ou a uma lógica de dádiva; b) construção conjunta da oferta e da demanda – isto é, os serviços são concebidos e propostos em função de necessidades sociais reais expressadas localmente (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p.112-113).

Portanto, o conceito de Economia Solidária de Laville diz respeito aos empreendimentos solidários que se relacionam com o mercado e o Estado, formados por trabalhadores autônomos, representantes da solidariedade democrática e seus produtos e

serviços apresentam outra forma de fazer economia, baseadas nos princípios da reciprocidade, da domesticidade. Trata-se portanto de uma hibridação de economias. Diferentemente do processo de discriminação/segregação que conduz a uma relação social de indiferença, característica da sociedade regulada pelo mercado, essa forma de fazer economia característica da Economia Solidária proporciona aos participantes um espaço social democrático. O Esquema 1 vai ilustrar através do diagrama como agem dentro da sociedade os empreendimentos de Economia Solidária.



**Esquema 1 – Representação ideal da Economia Solidária**

Fonte: FRANÇA FILHO; LAVILLE (2004, p.108).

Como defendem França Filho e Laville (2004, p.187):

Pensamos, dessa forma, que a economia solidária constitui muito mais uma tentativa de articulação inédita entre economia mercantil, não-mercantil e

não-monetária, ao invés de uma nova forma de economia que viria a acrescentar às formas dominantes de economia, no sentido de uma eventual substituição. Este conceito de Economia Solidária nos aparece, então, como uma projeção ao nível micro ou mesossocial, que constituem formas híbridas das economias mercantis, não-mercantil e não-monetária, e que não se deixam apreender sob a figura única do “puro” mercado, conhecido apenas pelos economistas ortodoxos. Nestas experiências, portanto, os recursos são plurais: mercantil, pela venda de produtos ou prestação de serviços; não-mercantil, através dos subsídios ou acordos e contratos junto a instituições públicas governamentais ou não-governamentais; e não-monetária, através de contribuições voluntárias de dádivas, principalmente sob a forma do benevolato (dádiva de si mesmo e do seu tempo). Por outro lado, a Economia Solidária refere-se ainda a experiências em que o emprego não representa um fim em si mesmo. Ele parece representar muito mais um meio para a descoberta de sentido na elaboração em comum de projetos econômicos: é inserido num *démache* mais global de reencastamento em estruturas carregadas de sentido, nas quais o sujeito se inscreve em coletivos concretos (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p.187).

Para os autores o desafio da Economia Solidária seria acumular vantagens na economia monetária capitalista, e tirar os empreendimentos do anonimato, assim como, mostrar para o resto da sociedade que existe outra forma de fazer economia, que é menos excludente. Ademais, para os autores, a Economia Solidária não é uma nova forma de economia que passa a substituir o capitalismo e sim uma tentativa de articulação inédita entre a economia mercantil, não-mercantil e não-monetária.

Com base nesse raciocínio, França Filho e Laville (2004) vão ainda afirmar que o trabalho que produzirá a riqueza social na Economia Solidária não irá substituir o trabalho assalariado (do capitalismo), ele pode, ao contrário “[...] multiplicar as oportunidades de emprego reduzindo o preço de venda dos serviços [solidários], facilitando a manutenção de um vínculo estreito e durável com os usuários e os demais parceiros” (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p.107). Então:

Uma tal perspectiva representa tarefa difícil nas condições da realidade atual, marcada pela hegemonia do mercado e da racionalidade que o acompanha. Nossa tomada de posição, aqui, se pretende longe de uma interpretação idealizada destas experiências, razão pela qual elas (as iniciativas de Economia Solidária) são definidas numa busca de equilíbrio, que é necessariamente frágil e muito difícil, entre as lógicas distintas que a atravessam. É exatamente esta tensão, poderíamos ainda chamar esta disputa, que constitui intrinsecamente esse fenômeno, segundo nossa leitura. Tensão que poderíamos resumir entre três economias (mercantil, não-mercantil e não-monetária), ou entre duas lógicas (instrumental e solidária ou substantiva), ou ainda, entre diferentes racionalidades da dinâmica organizacional (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p.115).

Nessa perspectiva conceitual, os autores afirmam que a Economia Solidária não tem pretensão de superar o capitalismo, ela apenas é outra maneira de fazer economia mais democrática, pois a economia de mercado é excludente ontologicamente. Assim sendo:

a economia solidária não constitui todavia, uma nova forma de economia que viria acrescentar-se às formas dominantes de economia, mercantil e não-mercantil. Pela sua existência, ela constitui muito mais uma tentativa inédita entre economia, mercantil, não-mercantil e não monetária numa conjuntura que se presta a tal, haja vista o papel conferido aos serviços pela terceirização das atividades econômicas. O desafio é acumular as vantagens da economia monetária, fonte de liberdade individual pelo mercado e fator de igualdade pela redistribuição, com aquelas da economia não-monetária que contextualiza as trocas, retirando-as do anonimato (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p.107).

Desse modo, essa nova maneira de fazer economia é só uma articulação com as formas dominantes de regulação social existentes na sociedade. A pretensão dos autores é mostrar essa “nova” maneira de fazer economia e apresentá-la ao restante da sociedade. Todavia, a Economia Solidária não é uma “nova” economia que superará o capitalismo (como afirma Singer – como será mostrado no próximo tópico). Ela convive pacificamente com o capitalismo, mesmo sendo seus empreendimentos de caráter não-capitalista, que praticam a reciprocidade e domesticidade, como argumentam os autores.

Comparando essa perspectiva conceitual, com o socialismo pequeno burguês, como Marx e Engels (2004) classificam o Socialismo Utópico, na atualidade, aplica-se perfeitamente a obra de Laville. O conceito de Economia Solidária, definido pelo autor, representa mais uma tentativa de amenizar a exclusão social produzida pelo capitalismo, ao invés de tentar sua superação, ou seja, inserir trabalhadores excluídos no espaço de trabalho social, o que os tornam “pequenos proprietários” em seus empreendimentos solidários.

Após apresentar os pontos centrais do conceito apontado por Laville, vamos nos deter em outra perspectiva conceitual da Economia Solidária que é a obra do Paul Singer, tema do próximo tópico.

### **3.2 A revolução “socialista” segundo Singer**

Paul Singer é economista e professor da Universidade de São Paulo (USP) e, é considerado a maior referência em Economia Solidária no Brasil. Atualmente ocupa o cargo

de secretário nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil. Segundo Laville et al. (2006) Singer também foi um dos primeiros que tentou conceituar a “Economia Solidária”, contribuindo diretamente para interpretação desse fenômeno social.

Nesse tópico, pretende-se analisar, apesar da reconhecida importância de Paul Singer<sup>59</sup>, tanto no meio intelectual como político, as suas reflexões sobre a Economia Solidária e como essa elaboração oferece “corpo” ao movimento de base na formação de empreendimentos solidários, como também, na atuação do governo brasileiro ao fomentar tais iniciativas.

Desse modo, Singer em sua obra sobre a Economia Solidária faz um resgate histórico do movimento político desde o séc. XIX até o início do sec. XXI, para chegar à conclusão que o movimento operário foi se distanciando do ideal de uma sociedade socialista (pós-capitalista) por culpa da era keynesiana-fordista<sup>60</sup>, e que na atualidade o projeto de Economia Solidária “[...] é a mais importante alternativa ao capitalismo neste momento histórico, por oferecer uma solução prática e factível à exclusão social, que o capitalismo em sua nova fase liberal exacerba” (SINGER, 1998, p.10). Segundo o autor na era keynesiana-fordista:

o movimento operário foi conquistando direitos para os assalariados, a situação destes foi melhorando: menos horas de trabalho, salários reais mais elevados, seguridade social mais abrangente e de acesso universal, ou quase, tornaram-se realidade nos países desenvolvidos. Mesmo em países semi-industrializados, como o Brasil, os direitos obtidos pelos sindicatos deram a muitos assalariados formais um padrão de vida de classe média (SINGER, 2002, p.109).

---

<sup>59</sup> “A trajetória acadêmica e militância política de Paul Singer: de sua liderança, como sindicalista, na greve que paralisou a indústria paulista por mais de um mês, em 1953, agregando diferentes categorias de trabalhadores (metalúrgicos – Singer era filiado ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo -, têxteis, marceneiros, vidreiros e gráficos); o seu trabalho incansável na grande frente de resistência democrática à ditadura militar quando nos oferece um expressivo exemplo de como é fundamental a ação política articulada à atividade intelectual (as suas aulas de economia política no Teatro Arena de São Paulo em 1968, mais tarde publicadas pela Editora Forense sob o título Curso de Introdução à Economia Política); a sua inovadora tese de doutoramento, em 1968, orientada por Florestan Fernandes (Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana. São Paulo: Nacional, 1968) que, junto com a coletânea de ensaios Economia Política da Urbanização (1973), estabelecia uma nova visão para abordar a urbanização brasileira; sua atuação como filiado e militante do Partido Socialista Brasileiro, desde de 1954 e a posterior e relevante colaboração na fundação do Partido dos Trabalhadores (1980); ou ainda, sua atuação à frente da Secretaria de Planejamento na gestão de Luiza Erundina na capital paulista (1989-1992); muito menos de sua vasta e consistente obra, responsável, sob muitos aspectos, pela formação de gerações de economistas” (MENEZES, 2007, p.24).

<sup>60</sup> “Ao longo desse período [final da II Guerra até a década de 1970], o capitalismo nos países capitalistas avançados alcançou taxas fortes, mas relativamente estáveis de crescimento econômico. Os padrões de vida se elevaram, as tendências de crise foram contidas, a democracia em massa, preservada e a ameaça de guerra inter-capitalista, tornada remota. O fordismo se aliou firmemente ao keynesianismo, e o capitalismo se dedicou a um surto de expansões internacionalistas de alcance mundial que atraiu para a sua rede inúmeras nações descolonizadas” (HARVEY, 1992, p.125).

Dessa maneira, com o avanço da perspectiva keynesiana-fordista base do Estado de Bem-Estar-Social, de acordo com Singer (2002), debilitou a crítica a essa sociedade que tem por característica o assalariamento (sociedade salarial capitalista). Como escreve o autor: “em vez de lutar contra o assalariamento e procurar uma alternativa emancipatória [...], o movimento operário passou a defender os direitos conquistados e sua ampliação” (SINGER, 2002, p.109). Diante disso, Singer (2004) chega à conclusão que o desenvolvimento capitalista sempre é desigual, mesmo em época de prosperidade social como a era keynesiana-fordista, pois esse modo de produção é excludente ontologicamente, como diz o autor:

Uma característica essencial do desenvolvimento capitalista é que ele não é para todos. Os consumidores, de modo geral, se beneficiam dele à medida que enseja a produção de novos bens e serviços que satisfazem suas necessidades (reais ou fictícias), além de baratear a maioria dos bens e serviços preexistentes, graças ao aumento da produtividade do trabalho. Mas o desenvolvimento capitalista é seletivo, tanto social como geograficamente. Parte dos trabalhadores perde suas qualificações e seus empregos e muitos deles são lançados à miséria. Além disso, o desenvolvimento se dá em certos países e não em outros, e dentro dos países, em certas áreas e não em outras. Os moradores das áreas que se desenvolvem são beneficiados, os que moram nas demais são prejudicados (SINGER, 2004b, p.11)

Dentro dessa lógica, Singer (2000; 2002 e 2004b) aponta que a exclusão social se agrava mais a partir da década de 1970, quando a “nova onda de desemprego-estrutural” passa a ser a “face” da acumulação flexível, causada, sobretudo pelo avanço da Terceira Revolução Industrial, a tecnológica (POCHMANN, 1998). E isso é a principal causa do surgimento da Economia Solidária (SINGER, 1998; 2000 e 2002). Como escreve Singer (2002, p.110):

Tudo isso [a sociedade do Bem-Estar] mudou radicalmente a partir da segunda metade dos anos 70, quando o desemprego em massa começou o seu retorno. Nas décadas seguintes, grande parte da produção industrial mundial foi transferida para países em que as conquistas do movimento operário nunca se realizaram. O que provocou a desindustrialização dos países centrais e mesmo em países semi-desenvolvidos como o Brasil, eliminando muitos milhões de postos de trabalho formal. Ter um emprego em que seja possível gozar os direitos legais e fazer carreira passou a ser privilégio de uma minoria [...]. Na realidade, pela pressão do desemprego em massa, a situação dos trabalhadores que continuaram empregados também piorou: muitos foram obrigados a aceitar a “flexibilização” de seus direitos e a redução de salários diretos e indiretos. Sobretudo a instabilidade no emprego se agravou, e a competição entre os trabalhadores dentro das empresas para escapar da demissão deve ter intensificado.

Com esse diagnóstico sobre o capitalismo, Singer vai chegar à conclusão que a Economia Solidária é reinventada na década de 1970, já que o movimento cooperativista

surge no século XIX<sup>61</sup>, e de acordo com ele o que distingue “este ‘novo cooperativismo’ é a volta aos princípios [solidários], o grande valor atribuído à democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos, a insistência na autogestão e o repúdio ao assalariamento” (SINGER, 2002, p.111),

Singer repudia o assalariamento porque, segundo ele, isso seria a causa da miséria da classe trabalhadora. Para chegar a essa afirmação, ele recorre ao conceito de acumulação primitiva do capital de Marx (2005) para dizer que no capitalismo o trabalhador foi separado dos meios de reprodução de sua subsistência, só restando a ele oferecer sua força-de-trabalho em troca de um salário. Desse modo, Singer (2002) se mostra contrário ao assalariamento, chegando a afirmar que na Economia Solidária existe a propriedade coletiva dos meios de subsistência do trabalhador, a propriedade não é privada, então não há necessidade de assalariamento da força de trabalho.

E a grande diferença entre as empresas de Economia Solidária e as capitalistas está na forma como são administradas. Isso porque na empresa capitalista é aplicada a heterogestão (administração hierárquica), significando níveis sucessivos de poder e autoridade (SINGER, 2002, p.16), enquanto que nos empreendimentos de Economia Solidária se aplica à autogestão. Singer (2002) se refere à autogestão como a prática de tomada de decisão coletiva, onde todos os sócios têm o direito de decidir às estratégias, a gestão do trabalho, a direção e coordenação das ações da empresa solidária.

Isso significa dizer que a autogestão é um sistema “democrático”, pois as decisões são tomadas pelos sócios pertencentes à unidade de Economia Solidária. Como diz Singer sobre o funcionamento da autogestão:

A Economia Solidária se administra democraticamente, ou seja, pratica a autogestão. Quando ela é pequena, todas as decisões são tomadas em assembleias, que podem ocorrer em curtos intervalos, quando há necessidade. Quando ela é grande, assembleias-gerais são mais raras porque é muito difícil organizar uma discussão significativa entre um grande número de pessoas. Então os sócios elegem delegados por seção ou departamento, que se reúnem para deliberar em nome de todos. Decisões de rotina são de responsabilidade de encarregados e gerentes, escolhidos pelos sócios ou por uma diretoria eleita pelos sócios (SINGER, 2002, p.18)

Segundo Singer (2002, p.09), todos os sócios têm a mesma parcela de capital e mesmo direito de voto em todas as decisões, “ninguém manda em ninguém” (SINGER,

---

<sup>61</sup> Conforme apresentado no capítulo anterior.

2002). Portanto, a autogestão é o meio mais democrático para se administrar o empreendimento econômico. Gaiger aprofunda ainda mais a discussão quando escreve:

Em primeiro lugar, a *prática da gestão partilhada*, ou da autogestão, exerce três efeitos importantes: ela inibe as tentações de reintroduzir a divisão social do trabalho e de adotar práticas não igualitárias, a começar pelo simples fato de que todos participam das decisões, inclusive os eventuais prejudicados, que nelas passam a incorporar o seu ponto de vista; ela eleva o grau de comprometimento dos indivíduos, reforça os laços mútuos e favorece a criação de um ambiente de *confiança mútua*, na qual o comportamento e a abnegação de cada um em favor do interesse comum apóiam-se na expectativa de que assim se conduzirão os demais, o que resulta em benefícios maiores no imediato e sela um modelo consensualmente definido para futuras colaborações; com terceiro efeito, a partilha da gestão predispõe ao zelo, à maior atenção e cuidados para evitar desperdícios e otimizar o processo produtivo, o que reduz sua porosidade e incrementa ganhos de eficiência. Em segundo lugar, a prática do *trabalho partilhado*, muito embora em absoluto esteja infensa aos limites impostos pela organização do processo produtivo imperante e pela necessidade de intenso aprendizado por conta dos trabalhadores, age precisamente no sentido de converter a divisão técnica do trabalho em assunto de gestão, de avaliações e de decisões conscientes, desmistificando a sua condição natural e inelutável e propiciando que a criatividade dos trabalhadores experimente novos arranjos, potencialize competências adormecidas e confira ao trabalho um sentido positivo e estimulante (GAIGER, 2004a, p.389-390, grifo do autor).

Por conta dos “novos e positivos sentidos do trabalho<sup>62</sup>” da autogestão, proporcionará segundo Singer (2002) a superação capitalista. E também por causa da autogestão, Singer (2000, p.13) nos diz que na Economia Solidária existe a “propriedade coletiva” dos meios de produção e, na mesma linha de pensamento, Gaiger (2004a) vai dizer que “[...] os empreendimentos econômicos solidários caracterizam-se por processos de socialização dos meios de produção e de democratização na gestão do capital e do processo de trabalho” (GAIGER, 2004a, p.386). Logo:

O programa de Economia Solidária se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante (SINGER, 2002, p.112).

Nesse ponto da análise, Singer apresenta a sua principal mensagem conceitual e política. Ele afirma que a “economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual”

---

<sup>62</sup> “A resposta está exatamente na nova qualidade que o trabalho tende a assumir dentro do ambiente acima descrito. As mudanças na relação do trabalhador com o próprio trabalho e com o outro trabalhador levá-lo-ia a sentir-se responsável pelo empreendimento, participar das decisões, estar empenhado no desenvolvimento de suas atividades, exercitar a liberdade de trabalho e ser cooperativo” (PINTO, 2006, p.39).

(SINGER, 2002, p.10). E que esse movimento nos levará a uma sociedade socialista. O autor ainda nos conta que:

A Economia Solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. A Economia Solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) como o princípio da socialização destes meios (SINGER, 2000, p.13).

Portanto, a Economia Solidária com sua auto-gestão, propriedade coletiva é outro modo de produção. Mas o qual o conceito de modo de produção para Singer? Ele nos responde: “um modo de produção é uma forma específica de organizar a atividade produtiva e de repartir o resultado entre os participantes” (SINGER, 1998a, p.137). Conclui-se que a Economia Solidária é outro modo de produção porque é outra forma de economia que organiza a produção social e, a riqueza produzida é repartida igualmente entre os trabalhadores solidários. Singer completa seu pensamento escrevendo que “o modo solidário de produção e distribuição parece à primeira vista um híbrido entre capitalismo e pequena produção de mercadorias. Mas na realidade, ele constitui uma síntese que supera ambos” (SINGER, 2000, p.13).

Supera ambos, porque é a maneira mais democrática de organização social que segundo ele não gera exclusão social. Então, como seria esse processo de superação capitalista? Ele escreve:

a revolução social socialista começa com a implantação de instituições anticapitalistas resultantes das lutas do movimento operário contra certas tendências iminentes do capitalismo, como a concentração de renda e da propriedade, a exclusão social (que toma a forma predominante do desemprego) e a “destruição criadora” de empresas e postos de trabalho (SINGER, 1998a, p.19).

Ao escrever isso, Singer (1998a) reconhece a crise que passa o movimento de superação capitalista, ou seja, denuncia o fracasso do “socialismo realmente existente” (da economia planificada da URSS) e propõe um deslocamento que deve seguir o movimento emancipatório, pois o objetivo não é mais a tomada de poder do Estado e sim o fortalecimento do movimento dos trabalhadores solidários. De acordo com Pinto (2006) esse aspecto na obra de Singer:

implica em reconhecer que o modo de produção socialista deve se desenvolver por dentro da própria formação capitalista. Tal perspectiva se

distancia muito daquela muito comum entre os setores de esquerda que priorizava a “revolução política”, a conquista do controle do Estado como forma de alcançar o socialismo. Nesses termos a revolução social estaria em curso, no sentido de que mudanças políticas, jurídicas e ideológicas estão sendo levadas a efeito contra tendências destrutivas e concentradoras do capitalismo (PINTO, 2006, p.42).

Evidentemente, a revolução social se dará com o desenvolvimento de empresas solidárias. Pinto (2006, p.42) ao analisar o conceito de revolução social em Singer, vai afirmar que esse autor resgata a idéia da ‘revolução social’ em Marx, como forma de repensar as possibilidades do socialismo, a partir de práticas de Economia Solidária. Nesse sentido, o modo de produção solidária será concorrente do modo de produção capitalista e estará de modo “*intersticial*, inserido no capitalismo em função dos vácuos deixados pelo mesmo, numa forma *geral* de organizar a economia e a sociedade” (SINGER, 2002, p.116, grifo do autor).

Singer ainda afirma que “os modos de produção funcionam lado a lado, intercambiando produtos e competindo entre si” (SINGER, 1998a, p.138). Repetindo o autor:

o modo capitalista de produção compete e transaciona com os outros modos de produção de mercadorias, o simples e o cooperativo. *A competição se dá nos mercados, entre firmas pertencentes a estes diversos modos de produção.* O intercâmbio ocorre na mesma medida, pois firmas capitalistas, de produtores autônomos e cooperativas, compram e vendem umas às outras (SINGER, 1998a, p.138, grifo nosso).

Portanto, a Economia Solidária é outro modo de produção que está inserido dentro do capitalismo, atua principalmente nos mercados onde não existe interesse capitalista e compete com ele em outros mercados. E para superar o capitalismo, Singer escreve:

então a forma mais provável de crescimento da Economia Solidária será continuar integrando mercados em que compete tanto com empresas capitalistas como com outros modos de produção, do próprio país e de outros países [...]. Mas a Economia Solidária só se tornará uma alternativa superior ao capitalismo quando ela puder oferecer a parcelas crescentes de toda população oportunidades concretas de auto-sustento, *usufruindo o mesmo bem-estar médio que o emprego assalariado proporciona* (SINGER, 2002, p.120-121, grifo do autor).

Dentro desse pensamento, conclui-se que o autor conceitua a Economia Solidária como empreendimentos sociais formados por trabalhadores desempregados, que praticam a auto-gestão, existindo a propriedade coletiva dos meios de produção e distribuição sendo outro modo de produção antagônico ao capitalismo que nós levará ao socialismo.

Nesse contexto, a Economia Solidária propõe abolir o capitalismo e a divisão de classe. Então, de acordo com Singer (2000, 2002) a Economia Solidária nos levará a outra sociabilidade pós-capitalista (socialista), pois ela supera o capitalismo em vários itens, como por exemplo: a superação da acumulação primitiva, quando o trabalhador é separado dos meios de produção para a sua sobrevivência, resolvendo totalmente a luta entre capital e trabalho. Conseqüentemente, a Economia Solidária nos levará a um processo de emancipação total.

A partir das duas concepções apresentadas no decorrer da exposição pode-se afirmar que tanto a de Laville com a de Singer, caracterizam os empreendimentos econômicos auto-formados por trabalhadores desempregados como de Economia Solidária. Esses empreendimentos apresentam distintas características em relação às empresas capitalistas tradicionais. Para Laville a característica fundante desses empreendimentos é a iniciativa dos trabalhadores desempregados e a solidariedade democrática que é identificado por ele nas empresas solidárias. Também para Singer a principal característica refere-se à busca dos trabalhadores marginalizados do mercado de trabalho, que compartilham os meios de produção e distribuição, através da auto-gestão, sendo outro modo de produção.

Tanto Laville como Singer identificam o surgimento da Economia Solidária com fim da sociedade de Bem-Estar. Para Laville os empreendimentos solidários surgem mais como uma questão de segregação do espaço de trabalho, por conta da crise da sociedade salarial, sendo a Economia Solidária outra maneira de se fazer economia que vai inserir os trabalhadores excluídos de tal espaço. Como escrevem França Filho e Laville (2004, p.111): “torna-se coerente propor a leitura do contexto atual de uma economia solidária em termos de crise do trabalho, ou melhor, em termos dos limites da chamada sociedade salarial, para retomar o diagnóstico sociológico de R. Castel”.

Singer, por sua opção analítica marxista (segundo o próprio teórico), o surgimento da Economia Solidária se dá pelo desemprego em massa após a década de 1970, com a crise do trabalho por conta da nova configuração do capitalismo, a acumulação flexível, sendo que a Economia Solidária é resultado dessa crise e não de segregação do espaço de trabalho (como em Laville), mas também ela é outro modo de produção antagônico ao capitalismo trazendo elementos de sua superação e não outra maneira de fazer economia, a Economia Solidária é uma “nova” economia.

Diante de tais fatos, Singer (2004) ao analisar a obra de França Filho e Laville (2004) nos diz que os princípios de regulação da produção apontados por Polanyi (1980) e utilizados

pelos autores tem correspondência em sua análise marxista sobre a Economia Solidária, repetindo o autor:

Há evidentes analogias entre os modos de produção da tradição marxista e os princípios que governam distintas esferas da economia de Polanyi. As atividades governadas pela domesticidade coincidem com o modo doméstico de produção; as governadas pela distribuição correspondem *grosso modo* ao modo público de produção, ao passo que as governadas pelo princípio do mercado abrangem tanto o modo capitalista de produção quanto a produção simples de mercadorias. As atividades governadas pelo princípio da reciprocidade é que não estão reconhecidas como um modo distinto de produção, talvez porque este princípio é de primordial importância social entre os povos primitivos mas que aparentemente desapareceu nas sociedades capitalistas. (SINGER, 2004, p.06, grifo do autor).

Nesse contexto, Singer (2004) reconhece a diferença entre sua concepção de Economia Solidária e a de França Filho e Laville (2004) e escreve que os autores trazem outra compreensão do fenômeno, mas sua grande diferença entre eles é que a Economia Solidária não é reconhecida pelos teóricos como outro modo de produção, nas palavras de Singer (2004, p.07):

Seria de se imaginar que o modo solidário de produção seria o correspondente marxista da economia da dádiva de Polanyi. Mas, esta não é a posição de Laville e França Filho. A análise histórica do ressurgimento da economia solidária, leva-os a concluir que a Economia Solidária [...] é um híbrido formado por atividades recíprocas, desenvolvidas por voluntários, atividades de mercado desenvolvidas por profissionais e atividades financiadas por subsídios estatais. Segundos os autores, “a Economia Solidária não constitui uma nova economia”.

Com esse reconhecimento de diferença entre sua obra e a de França Filho e Laville (2004), Singer (2004) coloca seu conceito como diferente da de Laville, e ele continua ainda afirmando que a Economia Solidária é outro modo de produção que irá superar o capitalismo.

Sendo assim, foram apresentadas as duas concepções de Economia Solidária e suas respectivas diferenças. Mas, ainda para efeito de esclarecimento, cabe uma diferenciação de conceitos entre Economia Solidária e Economia Popular, para evitar qualquer tipo de confusão.

### 3.3 A Economia Popular

Para melhor compreender o fenômeno dos Empreendimentos de Economia Solidária é necessário fazer certa distinção de conceitos, pois existe uma confusão em assimilar como idênticos a Economia Popular, ou dos setores populares, com o conceito de Economia Solidária.

De acordo com Tiriba (2001, p. 134) a Economia Popular é um conceito que engloba a forma de organização dos trabalhadores, que não conseguiram vender sua força de trabalho e estão totalmente excluídos das riquezas produzidas socialmente. Portanto, para a autora os componentes da Economia Popular são os “[...] ‘marginais’, pertencentes às classes com baixo nível de renda que atualmente buscam formas alternativas de trabalho (lícitas ou ilícitas)” (TIRIBA, 2001, p.134). Esses pertencentes à Economia Popular são os excluídos do sistema capitalista que tentam de todas as formas sobreviver, que para Razeto (1993 apud TIRIBA, 2001, p.116) são compostos basicamente de cinco tipos de atividades e empreendimentos, são eles:

1) **soluções assistenciais**, como mendicância nas ruas, subsídios oficiais para indigentes, sistemas organizados de beneficência pública ou privada orientados a setores de extrema pobreza etc.; 2) **atividades ilegais** ou envolvendo pequenos delitos, como prostituição, pequenos roubos, pequenos pontos de venda de droga ou atividades consideradas ilícitas ou à margem das normas sociais e culturais; 3) **iniciativas individuais informais**, como comércio ambulante, serviços domésticos de pintura e limpeza, mensageiros com locomoção própria, guardadores de carros, coletores e vendedores de ferro-velho etc., muitas vezes vinculadas ao comércio formal; 4) **microempresas e pequenos escritórios e negócios de caráter familiar**, individual ou de dois ou três sócios, como pequenos comércios de bairro, oficinas de costura, bares etc. (geralmente dirigidos pelos próprios proprietários, com a colaboração da família); 5) **organizações econômicas populares**, como organização de pequenos grupos para buscar, associativa e solidariamente, a forma de encarar seus problemas econômicos, sociais e culturais mais imediatos (geralmente surgidos de paróquias, comunidades, sindicatos, partidos políticos e outras organizações populares) (RAZETO, 1993 apud TIRIBA, 2001, p.116, grifo nosso)

Logo, não é possível igualar os empreendimentos de Economia Popular como os de Economia Solidária. Porque falta, segundo Tiriba (2001), o fator “C” no setor popular, “[...] letra que em muitos idiomas, é a inicial das palavras como cooperação, companheirismo, colaboração, comunidade, coletividade, coordenação – símbolo de valores que caracterizam uma ação conjunta e solidária” (TIRIBA, 2001, p.117). Portanto, a Economia Popular é um

conceito mais amplo que engloba a Economia Solidária, pois ela está inserida dentro da Economia Popular, conforme a quinta atividade indicada por Razeto (1993 apud TIRIBA, 2001).

Cabe destacar que uma das características da Economia Popular, é que ela não tem um grau de articulação ou organização como os Empreendimentos de Economia Solidária. Em relação a isso França Filho e Laville (2004, p.164) escrevem:

Esta [a Economia Popular] compreende um leque amplo de iniciativas sócio-econômicas, mais ou menos autocentradas ou heterocentradas (voltadas para fora delas próprias enquanto organização), isto é, oscilando de simples formas de sobrevivência dos mais pobres (marcados por alto grau de precariedade institucional) até a idéia de modos de organização democráticos.

Se a Economia Popular não tem um grau de institucionalidade ou organização como setor econômico organizado, ela funciona apenas para uma “reprodução simples da vida [...]”. Limitam-se em sua grande maioria, a esse circuito popular da economia (onde as pessoas pobres vendem produtos ou prestam serviços para outros pobres)” (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p.164-165). Desse modo, a Economia Popular, em geral possui um nível precário de estrutura interna e externa de funcionamento e não possuem redes, tanto de cooperação ou informação, ou parcerias com o poder público. Salvo, quando existe Organizações não Governamentais (ONGs), Igreja ou qualquer entidade fomentando iniciativas populares (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p.165).

Outra diferença relevante consiste nos custos iniciais de um empreendimento popular em relação a um solidário. Pois um empreendimento de Economia Popular possui custos menores e os preços de seus produtos são mais baratos. Logo, o empreendimento popular tem maior chance de sucesso na garantia de uma renda mínima que é objetivo fundamental, ou seja, a sobrevivência dos trabalhadores (TIRIBA, 2001, p. 106-107). Como escreve Tiriba (2001) em relação aos custos iniciais dos empreendimentos populares:

Um aspecto importante a considerar é que a formalização de uma cooperativa ou de uma associação, por exemplo, choca-se não somente com a quantidade e lentidão dos trâmites burocráticos, mas também e, fundamentalmente, com os altos custos da legalidade [...]. Geralmente, os pequenos empreendedores não dispõem de um capital inicial, assim é preciso à contribuição prévia dos integrantes do grupo para a aquisição dos principais meios de produção e de subsistência, antes que o trabalho dê algum fruto. Para que os trabalhadores iniciem qualquer atividade, é necessário buscar um lugar para seu funcionamento, ter um estoque mínimo de matérias-primas, ferramentas... Para que consigam manter a si mesmo e

os dependentes, além de reservar um dinheiro para os imprevistos, é preciso contar com a ajuda da comunidade ou de uma instituição qualquer (TIRIBA, 2001, p. 106).

Como veremos no próximo capítulo, os empreendimentos de Economia Solidária são na maioria das vezes cooperativas e associações, sejam elas de: produção, prestação de serviços, de trabalho e etc. E assim, necessitam de alguma maneira de uma pequena contribuição (seja ela do Estado, de ONGs, da Igreja ou da sociedade civil) para iniciar sua atividade econômica. E por conta disso Singer (1998, p.123) escreve:

Seria importante que a cooperativa de Economia Solidária contasse desde o início com apoio e patrocínio do poder público municipal, dos sindicatos de trabalhadores, das entidades empresariais e dos movimentos populares. Este patrocínio conferirá à cooperativa o prestígio necessário para atrair a adesão de um número grande de desempregados, sem o qual o novo setor não terá vigor necessário para levantar vôo. Além disso, o apoio do poder público será crucial para erguer instituições de ajuda à cooperativa [...].

E com o avanço do desemprego-estrutural, o contingente de excluídos<sup>63</sup> tenta de todas as maneiras se engajar na Economia Popular para tentar satisfazer as suas necessidades básicas. Portanto, o objetivo desses excluídos é a reprodução da própria vida (TIRIBA, 2001, p. 109). Logo, a Economia Popular não pretende superar o sistema capitalista, pois ela é subordinada a dinâmica deste. Desse modo, os empreendimentos populares não possui condições para ultrapassar seus próprios círculos de atividade, pois não possuem estrutura interna e articulação política para conseguir tal feito.

E se a Economia Popular é subordinada a economia capitalista, o grande desafio desses empreendimentos econômicos é conseguir a “[...] melhoria das condições mais gerais que afetam o nível de vida das pessoas como as infra-estruturas espaciais, a conquista de direitos, a participação política etc” (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p.180).

Como a Economia Popular é subordinada a dinâmica capitalista, ela é funcional para o capitalismo, pois gera renda e condições para que seus participantes comprem bens (de consumo, insumos, mercadorias para revenda etc.) e serviços no mercado e, por conseguinte mantém o capitalismo, e sua produção de miseráveis, como modo de produção e regulação econômica dominante.

---

<sup>63</sup> “O Programa das Nações para o Desenvolvimento (PNUD) informa que cerca de 1,3 bilhão de pessoas vivem abaixo da linha de pobreza, das quais 70% são mulheres e crianças; 1,2 bilhão de pessoas carecem de água potável. Para completar, 507 milhões de pessoas morrerão antes dos quarentas anos de idade. A pobreza está mais generalizada na África, ao sul do Saara, e na Ásia Meridional, afetando em torno de 40% da população. Também nos países desenvolvidos, cem milhões de pessoas vivem abaixo da linha de pobreza” (PNUD, 1997 apud TIRIBA, 2001, p.47).

Isso não impede que a Economia Solidária também seja funcional para o capitalismo, já que ela também gera renda para os excluídos do sistema capitalista, mas antes de entrar nessa questão é necessário analisar os dados sobre empreendimentos de Economia Solidária do Brasil e confrontá-lo com o conceito defendido por Singer e Lavelle, tema a ser discutido no próximo capítulo.

#### 4 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL EM DADOS

Com o propósito de confrontar o conceito de Economia Solidária apresentado no capítulo anterior, e convalidar as hipóteses dessa pesquisa, faz-se necessário utilizar os dados sobre os empreendimentos de Economia Solidária no Brasil obtido no *Atlas da Economia Solidária* da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil.

A construção do *Atlas da Economia Solidária* no Brasil começou com a iniciativa do governo brasileiro, quando em 2003 foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária no governo de Lula. Na proposta à:

realização de um levantamento amplo de informações e a criação de um banco de dados nacional sobre a economia solidária estava colocada como uma demanda do movimento da ES [Economia Solidária]. Assim, a idealização do mapeamento começou a tomar forma concreta ao final 2003, quando foi constituído o Grupo de Trabalho de Estudos e Banco de Dados (MTE, 2006, p.09).

Com esse intuito, o primeiro passo desse grupo de trabalho foi à constituição de equipes de gestores estaduais que envolveram 230 entidades e 600 técnicos e entrevistadores (MTE, 2006). Segundo a publicação do MTE (2006), tal processo de mobilização permitiu maior reconhecimento e articulação da Economia Solidária em todo o território nacional, pois era necessário “garantir a qualidade e fidedignidade das informações relativas à economia solidária, toda a equipe técnica (coordenadores, supervisores, entrevistadores, digitadores) recebeu formação e capacitação sobre o conteúdo e a metodologia do mapeamento” (MTE, 2006, p.09).

Feita essa mobilização nacional, no segundo semestre de 2005 foram visitados 14.954 empreendimentos de Economia Solidária em todos os Estados no Brasil (MTE, 2006). Esses dados resultaram no primeiro *Atlas da Economia Solidária* no Brasil, que gerou a publicação MTE (2006).

No entanto, no ano de 2007, esse mesmo grupo de trabalho realizou a mesma pesquisa para constatar se houve ou não um aumento de números de empreendimentos de Economia Solidária e se houve alguma mudança significativa entre os anos 2005 e 2007. O que o grupo constatou foi um aumento do número de empreendimentos, passando de 14.954 em 2005 para 21.859 em 2007, como também identificou que esses mesmos

empreendimentos enfrentam as mesmas dificuldades do que há 02 anos atrás, pois como serão mostrados a seguir, eles enfrentam problemas de dificuldades de comercialização e atuam na maioria das vezes na informalidade e tem problemas para conseguirem crédito para financiar seus produtos e serviços como foi apontado na pesquisa de 2005.

Dentro dessa lógica, o Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil considerou nessa pesquisa um empreendimento de Economia Solidária como “o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária” (MTE, 2006, p.11). Nota-se que esse conceito para identificar um empreendimento de Economia Solidária utilizado pelo MTE (2006; 2008) não é diferente do usado por Singer e Laville. Importar registrar que de um lado Singer (2000, 2002) considera esses empreendimentos de Economia Solidária como aqueles empreendimentos que estão organizados solidariamente sob a forma de auto-gestão, apresentado como outro modo de produção. De outro lado, Laville (2006) compreende esses empreendimentos como uma “outra” maneira de fazer economia, onde são identificados neles à solidariedade democrática na auto-gestão. Desse modo, o que parece dicotômico entre os autores é mais a interpretação do fenômeno, menos a forma de organização e gestão dos empreendimentos.

Diante do que foi dito, faz-se necessário indicar qual a principal diferença entre a Economia Solidária que é praticada no Brasil e no exterior, principalmente nos países centrais. Sendo assim, o próximo tópico tentará explicar essa diferença para posteriormente serem apresentados os dados sobre a Economia Solidária no ano de 2007, que estão disponíveis na publicação MTE (2008). Conseqüentemente, na última parte deste capítulo a intenção é apresentar as diferenças entre os conceitos defendidos por Singer e Laville com os dados, para provar as hipóteses dessa pesquisa.

#### **4.1 A Economia Solidária no Brasil e no plano internacional**

Por causa das formações históricas e culturais diferentes, a Economia Solidária no Brasil tomou formas diferentes do que é praticado internacionalmente, principalmente nos países centrais do capitalismo. Segundo França Filho e Laville (2004) na Europa a discussão sobre o cooperativismo ganha força nos anos de 1990 por conta do que eles chamam de

“novos serviços” que começa a aparecer no cenário europeu por conta do desmonte do Estado de Bem-Estar-Social. Repetindo os autores:

Na Europa, o debate atual sobre o tema tem como marco referencial a discussão sobre os novos serviços (como alternativa à problemática da crise do desemprego), a partir de 1990, quando, em particular, os chamados serviços de proximidade aparecem como ilustração de uma perspectiva renovada de Economia Solidária (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p.97).

Então, com a intenção de preservar reservas no mercado de trabalho, o Estado na Europa fomenta “os novos serviços” (associações/cooperativas de serviços) que estão literalmente ligadas ao mercado e ao próprio Estado. Surge assim, o movimento cooperativista na década de 1980 e 1990 que posteriormente vai se materializar nos empreendimentos de Economia Solidária. Nas palavras dos autores:

A emergência de tais iniciativas na Europa a mais de uma década, serve não apenas como exemplo de uma primeira forma concreta assumida pela Economia Solidária, mas também ilustra os limites das políticas focalizadas no mercado e na intervenção estatal. *Para concretizar a ‘reserva de empregos’ que seria esse campo de atividade dos chamados novos serviços, duas vias foram amplamente exploradas na década de 80 e no início de 90: uma apostando nos serviços mercantis e outra baseada nos serviços não-mercantis[Estado].* Elas traduzem-se pelos resultados bem abaixo das expectativas suscitadas, enquanto numerosas iniciativas locais testemunham a emergência simultânea de uma Economia Solidária nos mesmos serviços (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p.97, grifo nosso).

Para os autores existem duas fases para chegarem ao que eles entendem por Economia Solidária. Primeiro o movimento associativista está ligada ao fomento do Estado e do mercado para depois surgirem os serviços solidários, a “outra” maneira de fazer economia. Desse modo, surgem os “novos serviços”, que começam a ser prestados por trabalhadores desempregados através das cooperativas de serviços. O que acabam colocando esse tipo de serviço como funcionais para o capitalismo, já que tais trabalhados gerados rompem com o trabalho assalariado, tornando a força-de-trabalho mais barata, ou seja, são processos de flexibilizações das leis trabalhistas. Segundo os autores, esse tipo de iniciativa está presente nos EUA, conforme o que está escrito abaixo:

A experiência americana fornece o modelo de referência. O impulso extraordinário dos serviços privados, com 7,6 milhões de empregos criados entre 1982 e 1986, suscitou inúmeras reflexões em outros países industrializados. A estratégia seguida é simples: a prioridade é dada a criação de empregos e o fundamento para a sua realização é a diminuição dos custos salariais (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p.97-98).

Eles ainda nos dizem que na Alemanha e Grã-Bretanha e também na França também esse movimento em torno dos “novos-serviços” foram e são muito presentes em ações do Estado, como argumentam os autores:

Essa é a razão pela qual, pressionados a reagir diante do peso do desempregado e do custo da indenização dos inativos, os países europeus dotados de um Estado-providência em busca de recomposição, também se apropriaram desse tema dos serviços ao elaborarem novas formas de redistribuição ligando atividade produtiva e inserção social [...]. Na Alemanha, os ABM (*Arbeits Beschaffungs Massnahmen*) representam as medidas de criação de empregos, que são objeto de um financiamento limitado a um ou dois anos. Elas são dirigidas aos desempregados de longa duração e para trabalhos de utilidades coletiva [...]. Mais de 300.000 pessoas foram beneficiadas anualmente. Na Grã-Bretanha, o programa comunitário (*Community program*) [...]. Os empregos aqui eram de no máximo um ano, pagos de acordo com as taxas horárias normais da profissão com um reembolso das cotizações sociais da parte patronal e custos salariais na altura do mínimo garantido. Até 250.000 postos foram oferecidos [...]. Na França, os TUC (*Travaux d'utilité collective*) destinados aos jovens, os PLIF (*Programmes d'insertion locale*) dirigidos aos que procuravam empregos com mais de 25 anos, foram agrupados em 1989 num dispositivo único: o contrato emprego-solidariedade (CES). Seus benefícios, jovens ou adultos, perto de 400.000 em 1993, obtêm um estatuto de assalariado para um período, podendo ir até 24 meses, e são remunerados com base no mínimo garantido para um emprego de tempo parcial (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p.99-100).

Dentro desse contexto, no segundo momento, sobretudo na França e não no resto da Europa, os “novos serviços” irão se transformar no que eles entendem por Economia Solidária, isso se deve porque nos empreendimentos formados na França é identificado a solidariedade democrática o que não acontece nos outros países europeus, sobretudo na Grã-Bretanha, como mostram os autores:

Na Inglaterra, afirma-se a solidariedade que os mais ricos deveriam ter em relação aos mais pobres, como condição para sua cidadania. Solidariedade neste caso, assume a forma de filantropia, revelando a importância do setor privado na distribuição (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p.23).

Percebe-se que na Inglaterra a solidariedade tem o sentido de caridade (“esmola” que os mais ricos distribuem para os excluídos), ou seja, o sentido de uma solidariedade filantrópica (LAVILLE, 2006), apenas um processo para manter a dominação. O que não é característica da Economia Solidária, conforme Laville (2006), pois os empreendimentos solidários praticam a solidariedade democrática<sup>64</sup>. Na França:

---

<sup>64</sup> Mais detalhe, item 3.1 dessa pesquisa, página 50.

a ênfase será sobre as formas de auto-organização, operárias por exemplo. A caridade, neste caso, deveria ser substituída pela solidariedade [democrática] entre cidadãos considerados livres e iguais. A solidariedade é definida, neste momento, como o laço social voluntário que une cidadãos livres e iguais no direito. Em torno desse ideário, muitos grupos vão se organizar, sobretudo por profissões, e as formas assumidas serão as associações, cooperativas ou organizações mutualistas. É assim que se esboça, na França, um projeto de economia a partir da solidariedade [democrática] (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p.23-24).

Percebe-se que na Inglaterra, como no resto da Europa, a solidariedade tem o sentido de caridade (“esmola” que os mais ricos distribuem para os excluídos), enquanto que na França a solidariedade significa relações sociais e “democráticas” de auto-organização entre os cidadãos contra a exclusão.

Desse modo, pode-se intuir porque é na França que a Economia Solidária ganha mais fôlego, a partir de um movimento com alto grau de articulação, como explicam os autores:

Na França, [...] várias redes associativas se afirmam como parte integrante do processo de construção e desenvolvimento de uma economia solidária [...]. Desde então, elas se reagruparam para construir a Inter-Redes de Economia Solidária (IRES). Além de estruturado, este fenômeno conheceu ainda um reconhecimento institucional crescente no país, da parte do governo, cujo marco fora a criação da chamada Secretária de Estado para a Economia Solidária, em março de 2000, durante o governo socialista de Jospin (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p.173).

Ainda de acordo com França Filho e Laville (2004) o surgimento da Economia Solidária na França não se dá só por conta da “nova onda de desemprego-estrutural”, mas também, sobretudo pelas: “razões pessoais de buscar outras formas de troca econômica, para além do modo mercantil. Isto porque estas experiências não se restringem aos meios populares: em alguns casos, elas são iniciativas de redes sociais oriundas da classe média” (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p.151).

E se a Economia Solidária surge também das classes médias, a exclusão social se dá mais no meio urbano, isso porque segundo França Filho e Laville (2004, p.174) é resultado do fim da sociedade baseada no Estado de Bem-Estar-Social. Importa sinalizar que a França é um país onde se constituiu uma sociedade salarial, ou seja, uma sociedade em que a maioria das pessoas vive nas cidades e só resta aos trabalhadores vender sua força de trabalho para receber um salário e comprarem mercadorias e serviços e, assim poderem sobreviver. Sobre a crise da sociedade do Bem-Estar e o surgimento na França da Economia Solidária França Filho e Laville (2004, p.174-175) escrevem:

Na França, sua emergência (sic) [da Economia Solidária] aparece intimamente ligada à problemática da chamada exclusão social. [...] A realidade de uma Economia Solidária e sua problemática vem, assim, posicionar-se num contexto de falência dos mecanismos de regulação econômico e político da sociedade – que acabam por condicionar o próprio social. Tal mecanismo, baseado na sinergia entre o Estado e o mercado, encontra no trabalho, no sentido moderno do termo, isto é, na relação assalariada, seu fundamento. O questionamento suscitado, portanto, dirige-se ao próprio ideal da chamada sociedade salarial. O diagnóstico é o de uma dupla crise, do emprego e da socialização ao mesmo tempo, que interroga as possibilidades de a sociedade promover a integração ou de realizar o chamado liame social.

Conclui-se que, o participante da Economia Solidária na França é o trabalhador que viveu a “era de ouro” do capitalismo. Pois ele viveu e teve direito a seguridade social (garantida pelo Estado), redução do tempo de trabalho, a saúde pública de qualidade, educação, cultura, direitos previdenciários, entre outras satisfações garantidas no Estado de Bem-Estar.

Outra característica da Economia Solidária na França é o grau de articulação e institucionalização perante os poderes públicos que esse movimento possui. Esse auto grau de articulação que esse movimento tem na França, segundo os autores podem tirar a “autonomia” dos empreendimentos, conforme descrito por eles abaixo:

o alto grau de institucionalização das experiências, do lado francês, conflita-se com o nível de autonomia dos projetos, enfraquecendo a dimensão de espontaneidade das iniciativas, que é muito importante para a realização do seu projeto enquanto organização. [...] Ou seja, o maior reconhecimento institucional e o apoio a esses empreendimentos por parte dos poderes públicos, implicam, em muitas situações, sua instrumentalização, interferindo, desse modo, diretamente sobre o grau de autonomia da iniciativa, [...] que corre o risco de perder o sentido como ação pública (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p.181-182).

Importa assinalar que no Brasil a Economia Solidária toma outras formas, tendo em vista que a sociedade brasileira “não chegou a se constituir plenamente como uma ‘sociedade salarial’” (PINTO, 2006, p.24). Aqui no Brasil a Economia Solidária surge não como processo de exclusão social por causa do fim da sociedade baseada no Bem-Estar, ela surge como iniciativas de combate à pobreza. Nesse sentido, pode-se afirmar que a exclusão social não é novidade, pois faz parte da formação e desenvolvimento da sociedade brasileira. França Filho e Laville (2004) descrevem essa diferença entre a Economia Solidária na França e no Brasil:

No caso brasileiro, não é exatamente em termos de exclusão social que se define a problemática de uma Economia Solidária, porém muito mais

enquanto iniciativas de combate à pobreza e seu crescimento. A exclusão social não se apresenta como um fato novo. Ela faz parte, de modo intrínseco, da formação econômica e social brasileira e constitui-se como um elemento central do processo de desenvolvimento dessa sociedade. As esferas do Estado e do mercado jamais constituíram mecanismos fundamentais de regulação para o conjunto da sociedade, como ocorrera na França. Amplas camadas da população sempre estiveram privadas de acesso aos circuitos formais de emprego e sobrevivem graças às diferentes formas de solidariedade tecidas nas redes comunitárias, além das práticas informais de comércio, de produção e de prestação de serviços que compõem uma imensa economia dos setores populares (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p.175).

No Brasil o participante da Economia Solidária é o “excluído de sempre”<sup>65</sup> dessa sociedade. É uma população constituída de pessoas que nunca participaram do emprego formal, nem sequer tiveram qualquer oportunidade no capitalismo. E essa população tem crescido, pois agora se juntam aos “excluídos de sempre” os “novos desempregados”<sup>66</sup>, ou seja, trabalhadores que estavam empregados na fase anterior ao neoliberalismo e agora fazem parte do contingente de vítimas da “nova onda de desemprego-estrutural” (POCHMANN, 1998).

E, esses “novos desempregados” geram também uma “nova pobreza” (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004), que é consequência direta das políticas neoliberais implantadas no Brasil, principalmente a partir da década de 1990. Neste sentido os autores escrevem:

Estes programas ou políticas, [...] têm agravado os processos de exclusão. Além disso, o processo de globalização, materializado por meio de tais tipos de políticas na América Latina, tem reforçado os valores capitalistas de competição e individualismo, aprofundando a problemática da concentração de renda e da desigualdade social neste hemisfério. Isto implica, numa realidade como a brasileira, a necessidade de pensar, ao mesmo tempo, o quadro de pobreza endêmica que se junta ao contexto de uma nova pobreza, definida, sobretudo no campo urbano (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p.159).

Outra característica apontada por França Filho e Laville (2004, p.182) é que no Brasil existe uma unanimidade entre os principais autores do tema, em que a Economia Solidária deve possuir um alto grau de institucionalidade por parte do Estado. Mas para eles o reconhecimento institucional não é algo que represente grandes dificuldades, pois o grande desafio é não deixar os empreendimentos solidários constituírem instrumentos do Estado, ou

---

<sup>65</sup> Termo utilizado por França Filho e Laville (2004).

<sup>66</sup> Conforme definição de Pochmann (1998) no segundo capítulo dessa pesquisa, página 48.

seja, se no Brasil a Economia Solidária chegar a possuir um alto grau de institucionalização o desafio é manter a autonomia dos empreendimentos solidários.

Entretanto, numa perspectiva comparativa da França com o Brasil existem muitas diferenças, porque parece “inverter-se num movimento pendular em que um representa o simétrico do oposto do outro. Uma espécie de oposição complementar que muito reflete as próprias diferenças entre a Europa e a América Latina e, [...] a própria diferença Norte-Sul” (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p.182).

E, a mais marcante diferença entre o movimento de Economia Solidária na Europa e no Brasil é que o participante, no caso europeu, é o trabalhador que saiu da sociedade do Bem-Estar. E esse trabalhador obteve benefícios sociais, e essa exclusão se apresenta como algo “novo” na sociedade do Bem-Estar da Europa. Já no Brasil, o participante da Economia Solidária é o excluído que nunca teve nenhuma chance no capitalismo, seja como empregado formal, ou beneficiário de programas sociais.

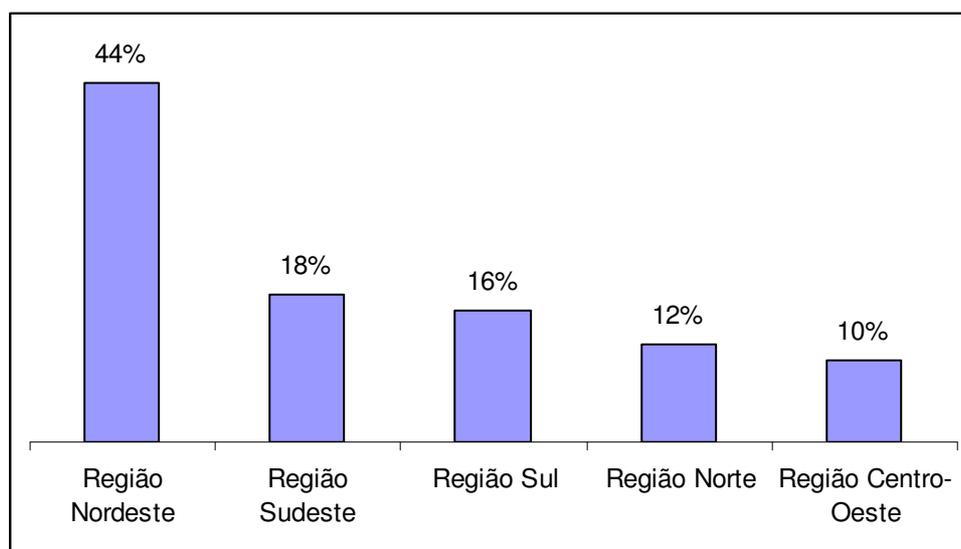
Sendo assim, feitas essas diferenças, serão apresentados a seguir os dados sobre os empreendimentos de Economia Solidária no Brasil, tema do próximo tópico.

#### **4.2 Dados da Economia Solidária no Brasil**

A análise deste item baseia-se nos dados obtidos do *Atlas da Economia Solidária no Brasil 2007*, publicado pelo MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) através da Secretária de Economia Solidária (SENAES). Esse levantamento de dados sobre a Economia Solidária no Brasil foi feito no ano de 2007 e sua publicação em 2008. Esse documento tem como objetivo:

- a) Construir uma base nacional de informações em economia solidária com identificação e caracterização de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e de Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária;
- b) Fortalecer e integrar Empreendimentos Econômicos Solidários em redes e arranjos produtivos e organizativos nacionais, estaduais e territoriais, através de catálogos de produtos e serviços a fim de facilitar processos de comercialização;
- c) Favorecer a visibilidade da economia solidária, fortalecendo processos organizativos, de apoio e adesão da sociedade;
- d) Subsidiar processos públicos de reconhecimento da economia solidária;
- e) Subsidiar a formulação de políticas públicas;
- f) Subsidiar a elaboração de marco jurídico adequado à economia solidária e;
- g) Facilitar o desenvolvimento de estudos e pesquisas em economia solidária (MTE, 2006, p.10).

Feitas essas considerações, foram identificados no Brasil 21.859 Empreendimentos de Economia Solidária (EES), sendo 2.656 no Norte, 9.498 no Nordeste, 3.912 no Sudeste, 3.583 no Sul e 2.210 no Centro-Oeste. Conseqüentemente, a maior concentração dos EES observa-se na região Nordeste, com 44%, conforme Gráfico 1.



**Gráfico 1 – Os empreendimentos econômicos solidários por regiões em 2007 (em %).**

Fonte: MTE (2008).

Entretanto, se analisarmos essas quantidades de EES per capita (conforme Tabela 1, na próxima página), ou seja, o número de EES por habitantes, essa tabela nos indica que existe 8.417 pessoas para 01 empreendimento solidário no Brasil. Isso significa que 0,92% dos habitantes brasileiros estão na Economia Solidária conforme dado da participação da população nos EES.

Também, a Tabela 1, indica que a maior concentração de EES per capita está na região Sul do país, com um contingente de 2,03% dos habitantes dessa região na Economia Solidária. Esse fato pode ser explorado, porque no “Rio Grande do Sul há uma importante tradição cooperativista e associativa que se desenvolveu desde inícios do século XX e teve um crescimento significativo nos anos de 1960, 1970 e 1990” (ICAZA, 2004, p.18). Com esse antecedente histórico, no Rio Grande do Sul, a Economia Solidária tem o apoio do poder público há vários anos. Como salienta Icaza (2004, 27-32):

A ação das Prefeituras desencadeia-se a partir de programas municipais em administrações do Partido dos Trabalhadores, iniciando em Porto Alegre (1994), posteriormente em Caxias do Sul (1997) e se expandindo, no ano de

2000, a outro conjunto da região metropolitana de Porto Alegre (Alvorada, Cachoeirinha, Gravataí, Viamão), que começaram a articula-se desde meados de 2001 no Fórum Metropolitano de apoio a economia solidária, bem como Santa Maria e Pelotas [...] Finalmente, cabe uma consideração especial sobre o papel do Estado. Na medida em que inúmeros governos (locais e estadual) vão dando prioridade à economia solidária, esta é alavancada para novos patamares, saindo da sua escala experimental.

Desse modo, percebe-se que no Rio Grande do Sul existe uma tradição histórica, sendo apoiada pelo poder público municipal e estadual desde meados da década de 1990, o que pode indicar um maior grau de articulação para o desenvolvimento de novos EES e a continuidade dos já implantados. Essa pode ser a explicação da maior relação entre população e EES, já que em alguns Estados do Brasil esses EES começam a receber apoio do poder público somente quando foi criada em 2003 a Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil.

**Tabela 1 - Brasil — Distribuição de EES per capita por região em 2007**

	Nº EES <sup>1</sup>	N.º Participantes nos EES <sup>2</sup>	População <sup>3</sup> (número de habitantes)	N.º EES per capita <sup>4</sup>	Participação da população nos EES <sup>5</sup> (%)
Região Norte	2.656	195.721	14.623.316	5.506	1,34%
Região Nordeste	9.498	645.504	51.534.406	5.426	1,25%
Região Sudeste	3.912	177.137	77.873.120	19.906	0,23%
Região Sul	3.583	542.300	26.733.595	7.461	2,03%
Região Centro-Oeste	2.210	126.934	13.222.854	5.983	0,96%
Brasil	21.859	1.687.496	183.987.291	8.417	0,92%

<sup>1</sup> Número de Empreendimentos de Economia Solidária (EES) no Brasil e por região.

<sup>2</sup> Número de participantes em EES no Brasil e por região.

<sup>3</sup> Total de habitantes no Brasil e por região.

<sup>4</sup> Número de EES por habitante no Brasil e por região.

<sup>5</sup> Participação percentual da população em EES no Brasil e por região.

Fonte: MTE (2008); IBGE (2007).

A Tabela 1 indica também que na região Sudeste encontra-se a menor relação entre população e EES, pois apenas 0,23% da população está inserida na Economia Solidária. Diferentemente do Norte com 1,34% e Nordeste com 1,25%. Esses dados refletem a formação histórica e econômica brasileira, reflexo das desigualdades regionais entre o Sudeste e o Norte-Nordeste. Como admite Singer (2006, p.01): “44% dos empreendimentos estão no Nordeste porque lá a pobreza é maior. Ou seja, há uma forte relação entre a pobreza e a economia solidária.”.

Pode-se explicar o maior contingente de pobreza na região a partir do processo de formação econômica do Brasil que foi marcado por uma forte concentração industrial no sudeste do país e conseqüentemente leva a uma diferença em nível de renda entre os Estados brasileiros, conforme Tabela 2. Diniz (1995, p.05) observa que: “em 1970, entendida como a fase final do processo de concentração, o estado de São Paulo, com 2,9% da área geográfica do país, participava com 39% da renda nacional e o Rio de Janeiro, com 0,5% da área e 16% da renda”.

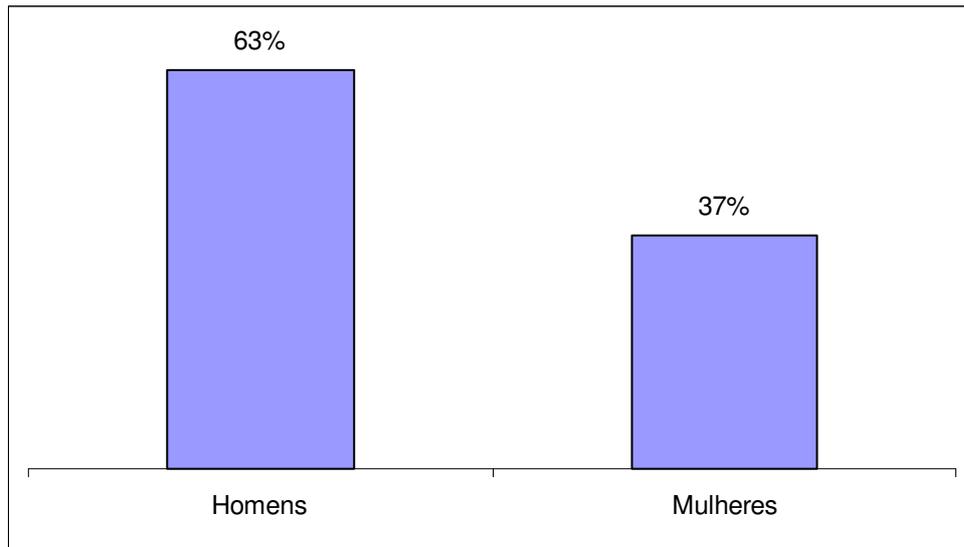
**Tabela 1 - Brasil — Distribuição Regional da Área Geográfica do PIB<sup>1</sup> e da População, 1970 - 1990**

Região	Área	PIB			População
		1970	1985	1990	1991
Norte	41,8	2,2	4,2	5,5	6,3
Nordeste	18,5	12,1	13,8	15,8	28,9
Sudeste	10,8	65,0	59,4	56,1	42,7
Sul	6,7	17,0	17,1	16,7	15,1
Centro-Oeste	22,2	3,7	5,5	5,9	7,0

<sup>1</sup> Considerado o PIB a custo de fatores, exclusive a imputação dos serviços de intermediação financeira.  
Fonte: IBGE (apud DINIZ, 1995, p.05).

Ainda percebe-se, conforme a Tabela 2, que a região sudeste foi responsável por 56,1% do PIB nacional no ano de 1990, ou seja, essa região que é o centro de produção e acumulação do Brasil, indica uma forte concentração da renda nacional nessa região em relação às demais regiões. Devido essa concentração industrial na região sudeste, há uma significativa diferença entre a renda per capita regional. Pode-se observar a existência dessa diferença de concentração da renda em alguns Estados brasileiros, como por exemplo, em São Paulo e Rio de Janeiro (DINIZ, 1995).

Outro aspecto importante nos EES no Brasil, de acordo com o MTE (2008), é que seus participantes são na maioria homens, pois existem 63% dos trabalhadores solidários do sexo masculino, 37% do sexo feminino. E esses participantes somam 1 milhão 687 mil e 496 pessoas, resultando em uma média de 77 participantes por empreendimento. Juntam-se a esse conjunto mais de 25 mil trabalhadores que embora não sejam associados a nenhum empreendimento, possuem algum vínculo direto ou indireto com os EES (MTE, 2008).

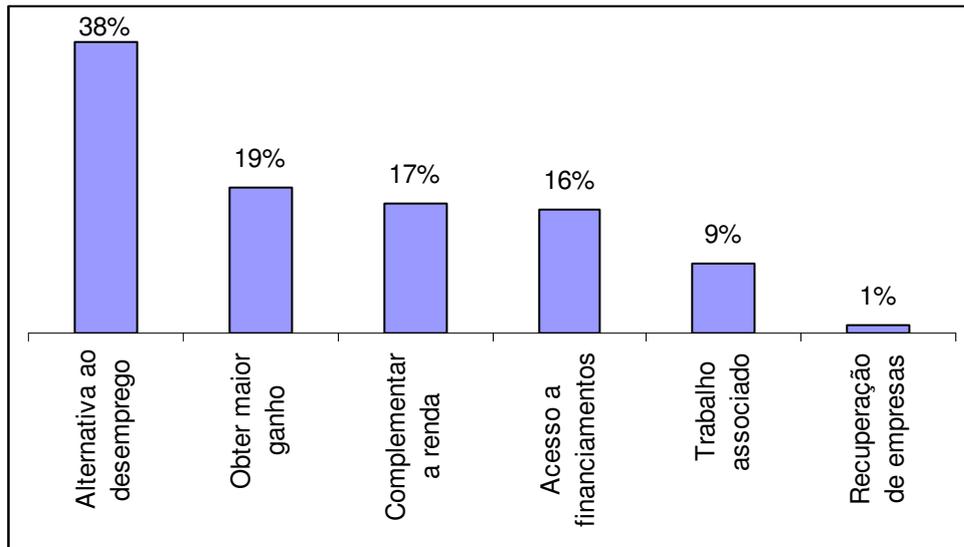


**Gráfico 2 – Participantes dos EES no Brasil em 2007 por gênero (em %).**

Fonte: MTE (2008).

Dando prosseguimento à apresentação dos dados, uma variável que explica a criação dos EES (conforme o Gráfico 3) foi a pergunta feita aos participantes e criadores dos empreendimentos, quando questionados sobre qual o motivo de criação dos empreendimentos: a resposta mais expressiva foi o desemprego da força de trabalho com 38%. Desse modo, percebe-se aqui a grande influência que o desemprego-estrutural tem na criação do EES. Por isso que seus teóricos escrevem que o movimento da Economia Solidária surgiu após a década de 1970 por conta do processo de reestruturação produtiva do capitalismo que resultou na “nova onda de desemprego estrutural” (POCHMANN, 1998).

Também no Gráfico 3, 19% disseram que a Economia Solidária representa uma forma de obterem maiores ganhos de renda, também 17% afirmaram que os EES são uma fonte complementar de renda. Portanto, esses dados refletem a renda contraída dos trabalhadores no processo de reestruturação do capitalismo.

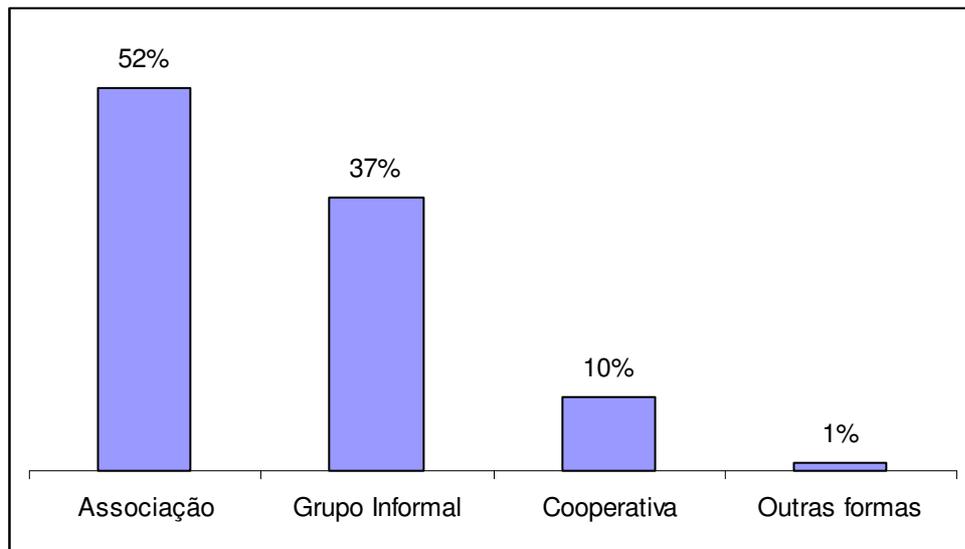


**Gráfico 3 – Motivo para criação dos EES no Brasil em 2007 (em %).**

Fonte: MTE (2008).

E de acordo com o Gráfico 4, a forma de organização dos EES mais presente no Brasil é associação, com 52%. Segundo o MTE (2008) é essa relação jurídica que é a característica dos empreendimentos no Brasil e não as cooperativas como se pensava antes da pesquisa.

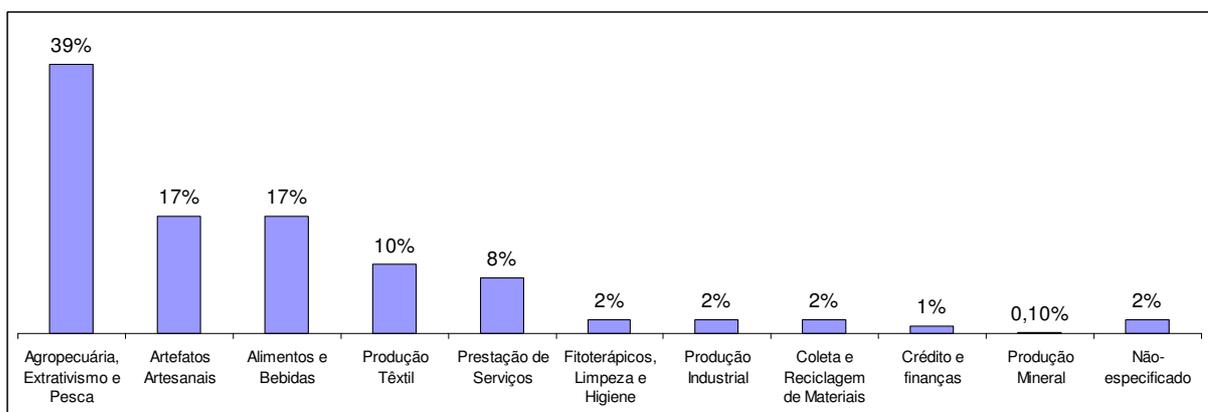
Outro dado relativo à forma de organização dos EES, conforme o Gráfico 4, é que 37% dos participantes da ES no Brasil estão em grupos informais, ou seja, não encontram formas de inserção e regularização para realizarem suas atividades e se mantêm na informalidade, o que pode indicar uma forma de precarização dos trabalhadores participantes de tais empreendimentos.



**Gráfico 4 – Formas de organização dos EES em 2007 (em %).**

Fonte: MTE (2008).

Como também, outro dado que revela às condições de informalidade que atuam os EES no Brasil, é que dos 21.859 empreendimentos, 10.902 possuem CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) segundo o MTE (2008), ou seja, aproximadamente 50% dos empreendimentos não possuem registro legal ou jurídico, o que indica formas de trabalho precário, pois tais empreendimentos não obedecem às leis trabalhistas, o que pode significar que elas se auto exploram para produzir mercadorias e prestam serviços mais baratos para venderem no mercado capitalista ao não pagarem impostos por não possuírem CNPJ.



**Gráfico 5 – Atuação em segmentos econômicos dos EES em 2007 (em %).**

Fonte: MTE (2008).

Dos 21.859 EES, aproximadamente 39% atuam exclusivamente na área rural. Aqui nota-se que no Brasil os participantes dos EES estão em considerável número no meio rural, totalmente diferente da França onde os EES são na maioria das vezes do meio urbano. Isso porque no Brasil não se formou uma sociedade do bem-estar, como descrito no item 4.1 deste capítulo.

Em relação à remuneração dos trabalhadores da Economia Solidária no Brasil, constatou-se que 50% não recebem nenhuma remuneração para trabalharem nos EES. Com base no MTE (2009, p.29):

Deve-se considerar que em uma quantidade expressiva de EES não há trabalho [remunerado] dos associados/as. É o caso de EES que são criados ou organizados para partilha de infra-estrutura, de equipamentos, de trocas de produtos e serviços etc”.

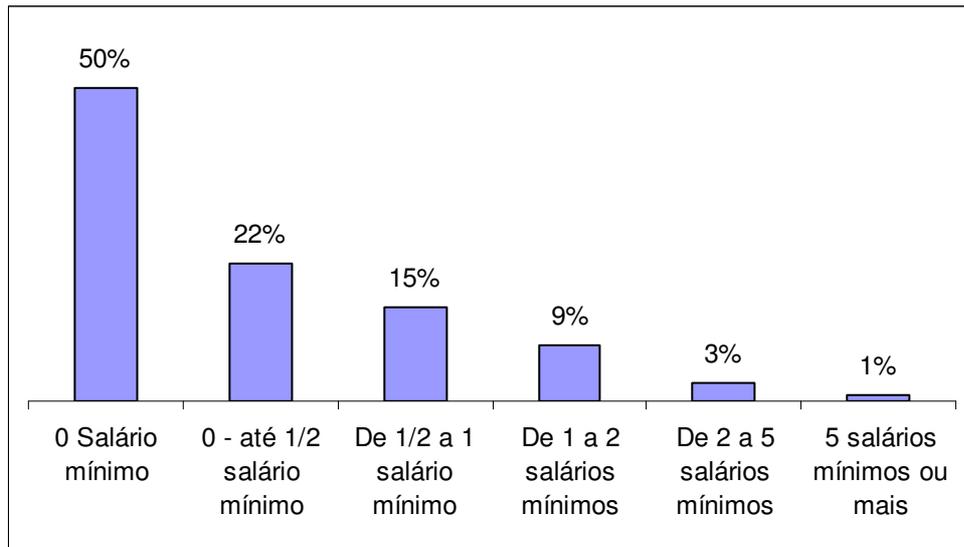
Esse fato está diretamente relacionado com o Gráfico 4, que indica que 52% dos EES são associações, o que significa que essa forma jurídica não tem a finalidade econômica como adverte o SEBRAE (2010, p.01, grifo nosso):

*A diferença essencial está na natureza dos dois processos. Enquanto as associações são organizações que tem por finalidade a promoção de assistência social, educacional, cultural, representação política, defesa de interesses de classe, filantrópicas; as cooperativas têm finalidade essencialmente econômica. Seu principal objetivo é o de viabilizar o negócio produtivo de seus associados junto ao mercado. [...] Em uma associação, os associados não são propriamente os seus “donos”. O patrimônio acumulado pela associação em caso da sua dissolução, deverá ser destinado à outra instituição semelhante conforme determina a lei e os ganhos eventualmente auferidos pertencem à sociedade e não aos associados que dela não podem dispor, pois os mesmos, também de acordo com a lei, deverão ser destinados à atividade fim da associação. Na maioria das vezes os associados não são nem mesmo os beneficiários da ação do trabalho da associação.*

Portanto, a finalidade das associações é a filantropia, defesa de interesses de classe e a assistência social, o que significa que na maioria das vezes elas não remuneram os associados.

Dentro deste contexto, conclui-se que os outros 50% tem a finalidade econômica e remuneram seus trabalhadores. E esses 50% estão distribuídos da seguinte forma, 22% recebe até meio salário mínimo, 15% recebem de meio a um salário, 9% de um a dois salários, 3% de dois a cinco salários e 1% mais de cinco salários, conforme Gráfico 6.

E, se juntarmos os valores de 0 até 1 salário veremos que 37% dos trabalhadores do EES recebem até um salário mínimo, dos 50% EES que remuneram.



**Gráfico 6 – Remuneração dos participantes dos EES em 2007 (em %).**

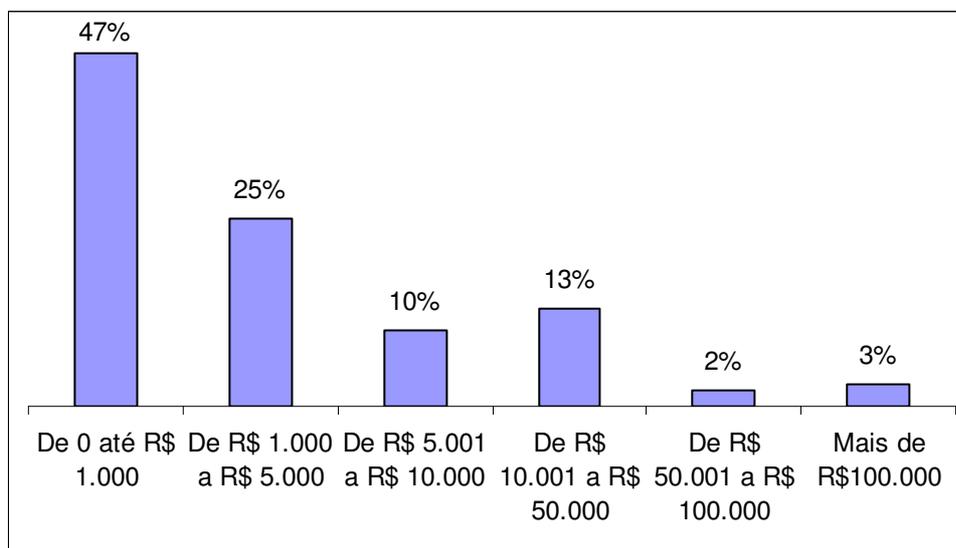
Fonte: MTE (2008).

Essa baixa remuneração dos participantes da Economia Solidária está diretamente ligada ao faturamento que os empreendimentos obtêm ao vender seus produtos e serviços no mercado, porque de acordo com o Gráfico 7 na próxima página, 47% dos EES faturam mensalmente de 0 a R\$ 1.000 (um mil reais) por mês. Pois se levarmos em conta que a média é de 77 trabalhadores por empreendimento teremos que 47% dos trabalhadores da EES recebem em média R\$ 12,98 de remuneração mensal, isso é sem contar os custos operacionais de funcionamento dos EES.

Também percebemos que se juntarmos o faturamento de 0 até R\$ 5.000 teremos o resultado de 72% dos EES. Esse dado aponta que 72% dos empreendimentos remuneraram seus trabalhadores com aproximadamente R\$ 65,00 mensal em média, esse valor só é possível se levarmos em consideração a média de 77 participantes por empreendimentos e sem levar em conta os custos operacionais das empresas.

Diante desses dados, parece indicar que os trabalhadores inseridos na Economia Solidária, por obterem remunerações extremamente baixas ou até mesmo não terem remuneração, são beneficiários também do programa de Complementação de Renda Bolsa Família do governo brasileiro, porque segundo o Ministério do Desenvolvimento Social do Brasil (MDS): “o Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 70 a R\$ 140) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 70)”

(MDS, 2010a, p.01). Desse modo, a maioria dos trabalhadores pertencentes à Economia Solidária se enquadrariam nessa faixa de renda. Entretanto, os dados disponibilizados pelo MTE (2008) não há indicativo dessa relação.



**Gráfico 7 – Faturamento mensal dos EES em 2007 (em %).**

Fonte: MTE (2008).

Contudo, essa relação entre os trabalhadores solidários e o programa Bolsa Família foi identificada na pesquisa realizada por Cruz e Santos (2008). Esses autores traçaram no ano de 2008 o perfil dos empreendimentos de Economia Solidária no município de Londrina no Estado do Paraná, entrevistando 42 trabalhadores pertencentes a 12 empreendimentos de Economia Solidária nesta cidade. Os pesquisadores identificaram que:

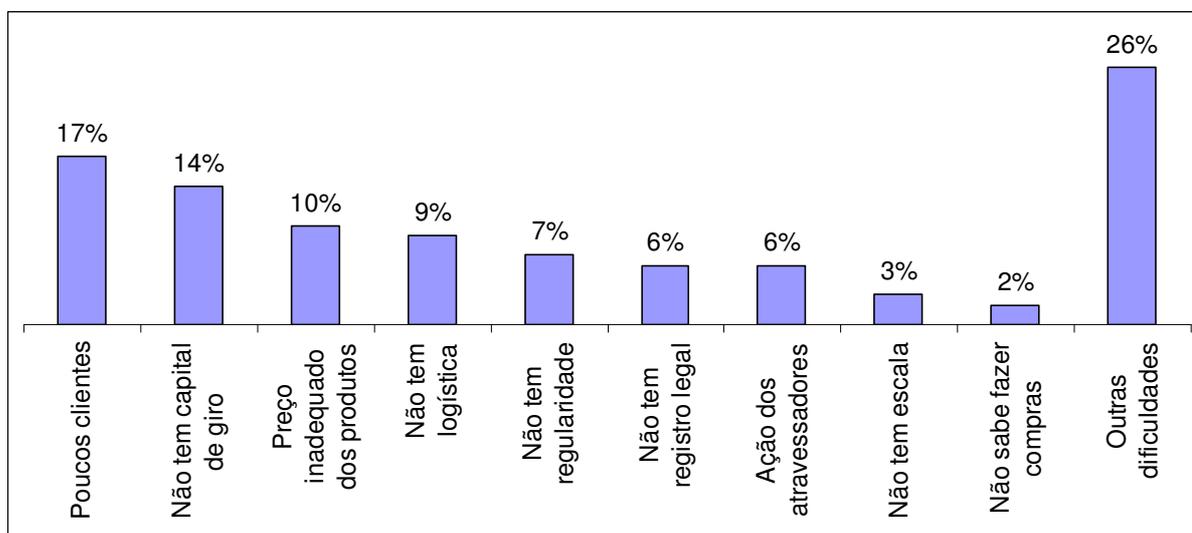
atuando nas áreas de alimentação, artesanato, reciclados (papel, tecido), confecção e prestação de serviços, os empreendimentos econômicos solidários que integram o programa de Economia Solidária de Londrina, *reúnem usuários e usuárias da assistência social, indígenas, contemplados pela bolsa família, desempregados, agricultores familiares (público alvo da assistência social etc.)* que definem a atividade a desenvolver no grupo de geração de renda por experiência, habilidades, cursos, desejos das pessoas, necessidades da comunidade etc (CRUZ, SANTOS, 2008, p.12, grifo nosso).

Cruz e Santos (2008) nos fornecem ainda outras informações que indicam a probabilidade dos trabalhadores pertencentes à Economia Solidária serem beneficiários do programa “Bolsa Família”, pois eles destacam o papel central do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) no apoio dado aos EES daquela cidade. O CRAS é um órgão

pertencente à rede de Sistema Único de Assistência Social (SUAS) do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e, o MDS é o responsável pela execução do programa Bolsa Família. Portanto, o CRAS<sup>67</sup> é um dos órgãos públicos que executam as políticas de assistência social do MDS. Nesse contexto, Cruz e Santos (2008, p.12, grifo nosso) destaca o papel do CRAS da cidade de Londrina:

os empreendimentos solidários do programa de Economia Solidária de Londrina estão espalhados por todas as regiões da cidade. Por isso os *técnicos dos centros regionais de assistência social – CRAS, assumem um papel importante junto aos grupos de geração de renda localizados em diferentes regiões*, nos quais se encontram os grupos de geração renda. Cada CRAS designa uma assistente social de referência para este trabalho apoio e acompanhamento dos grupos.

Destarte, continuando com a apresentação dos dados fornecidos pelo MTE (2008), constatou-se que todos os empreendimentos apontaram que existem dificuldades de comercialização dos seus produtos e serviços, sendo os mais expressivos: 17% para poucos clientes, 14% não possuem capital de giro, conforme o gráfico 8. Além disso, o MTE (2008) agrupou uma centena de outras dificuldades que juntas representam 26%<sup>68</sup>.



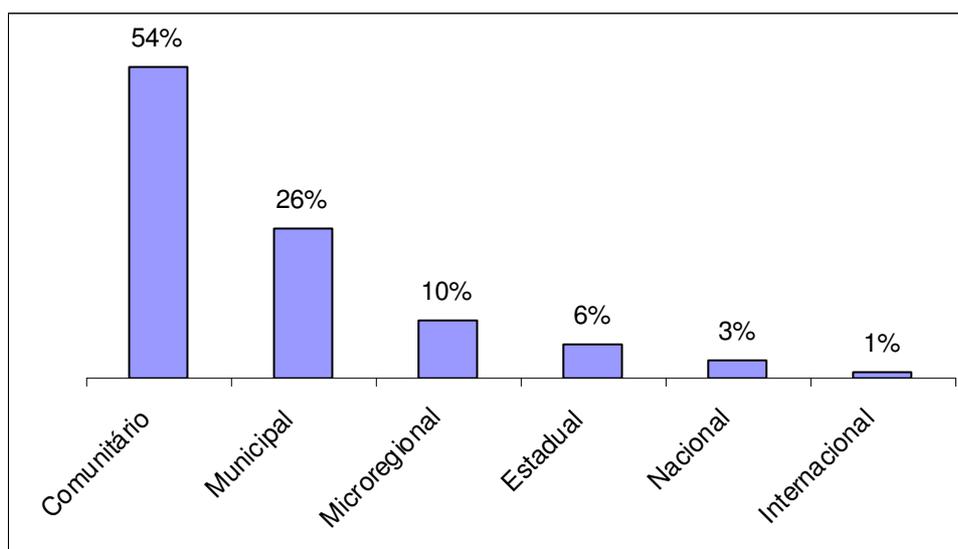
**Gráfico 8 – Dificuldades enfrentadas pelos EES em 2007 (em %).**

Fonte: MTE (2008).

<sup>67</sup> “Uma unidade pública da política de assistência social, de base municipal, integrante do SUAS, localizado em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinado à prestação de serviços e programas socioassistenciais de proteção social básica às famílias e indivíduos, e à articulação destes serviços no seu território de abrangência, e uma atuação intersetorial na perspectiva de potencializar a proteção social” (MDS, 2010, p.01).

<sup>68</sup> O MTE (2008) não revelou quais foram às dificuldades reveladas nesse dado, apenas forneceu o dado agregado (26%).

Em relação à comercialização dos produtos e serviços, mesmo com todas as dificuldades apontadas acima, os produtos e serviços dos EES destinam-se predominantemente aos mercados locais de sua atuação, pois 54% afirmaram vender ou trocar seus produtos e serviços no comércio local ou comunitário conforme Gráfico 9.



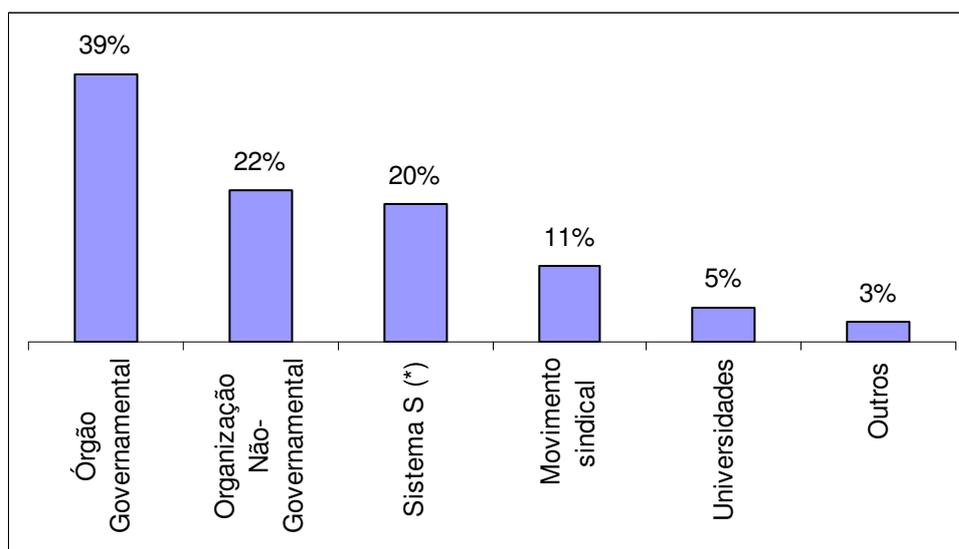
**Gráfico 9 – Abrangências das trocas de produtos e serviços dos EES em 2007 (em %).**  
Fonte: MTE (2008).

Esse gráfico 9 também revela que se juntarmos a abrangência comunitária com a municipal revela que 80% dos produtos e serviços oferecidos pelos EES não vão além dos seus municípios de origem.

Outro dado importante é participação de entidades de apoio, assessoria e fomento à Economia Solidária, que de acordo com o gráfico 10, a “ajuda” mais representativa vem do Governo com 39%, seja ele municipal, estadual ou federal. Logo depois vem as ONGs (Organizações Não-Governamentais) com 22%, seguido pelas entidades do Sistema “S” (SEBRAE, SENAC, SESI, etc.) com 20%.

Esse dado nos indica a grande dependência que os EES têm em relação aos fundos públicos, principalmente pela atuação do SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária) do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil). Isso também nos indica que uma mudança de governo ou a extinção da SENAES pode enfraquecer consideravelmente o movimento de Economia Solidária. Essa dependência também foi constatada por Cruz e Santos (2008) na cidade de Londrina-PR, eles escrevem:

é o certo comodismo que toma conta de alguns participantes do programa [da cidade de Londrina], estimulado pelo fato da implementação da perspectiva da Economia Solidária ser externa (por parte do poder público), notando-se em alguns empreendimentos fracas bases para prosseguir em uma eventual retirada do poder público (CRUZ; SANTOS, 2008, p.19).



**Gráfico 10 – Fornecedores de apoio, assessoria técnica aos EES em 2007 (em %).**

Fonte: MTE (2008).

(\*) Sistema S: Sebrae, Senac, Sesi, Senar, Secoop, etc..

Sendo assim, foram apresentados os dados identificados como os mais relevantes para a investigação proposta neste trabalho, que servirá de base para a análise posterior.

### 4.3 Análise entre o conceito e os dados da Economia Solidária no Brasil

Ao confrontar as idéias dos principais teóricos da Economia Solidária com os dados do item 4.2, descritos acima, verifica-se algumas discordâncias entre a realidade concreta e os conceitos elaborados pelos autores da Economia Solidária.

A primeira diferença entre o que se pensa sobre o tema e os dados diz respeito ao mito que no Brasil a Economia Solidária é formada em sua grande maioria por mulheres, como escreve Barbosa (2006, p.125):

[...] a movimentação em torno da economia solidária é em si mesma a de exposição da baixa virtuosidade da democracia e da justiça, e a de lentidão das mudanças sempre submetidas a coalisões de interesses que preservam a estrutura concentracionista da renda e da propriedade. Isso é bem elucidado quando se toma a feição típica de um trabalhador associado da economia solidária, marcada pela deserção dos elementos mais essenciais da névoa democrática-burguesa: [...] sem escolarização, sem poder, sem crédito, sem propriedade, sem emprego. São também em maioria mulheres, negros e índios que acumulam outras formas de subordinação social histórica.

Logo, esse mito é quebrado quanto os dados do mapeamento apontam que 63% dos participantes dos EES são compostos de homens contra 37% de mulheres, conforme foi apontado no item 4.2 deste capítulo.

Em segundo lugar, não há dúvidas que o fenômeno da Economia Solidária está diretamente relacionado com o desemprego-estrutural, consequência do processo de reestruturação capitalista, conforme descrito no capítulo anterior. E, essa relação entre o desemprego-estrutural com o surgimento da Economia Solidária é identificado nos dados sobre a criação dos EES no Brasil quando 38% dos participantes disseram que um dos motivos para entrarem no movimento de Economia Solidária foi o desemprego, como também 36% afirmam que os EES representam uma fonte complementar de renda ou uma forma de obter mais renda, tendo em vista que as rendas dos trabalhadores foram contraídas no processo de reestruturação produtiva do capitalismo na década de 1970 (HARVEY, 1992).

Conforme o capítulo anterior, França Filho e Laville (2004) como Singer (1998; 2000; 2002) estão de acordo que o surgimento da Economia Solidária se dá pelo processo de exclusão que vive a sociedade desde a década de 1970. Eles apontam o fracasso do “socialismo existente” e trazem o conceito de Economia Solidária como um “novo” modo de produção (SINGER, 2002) e “outra” forma de fazer economia (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004). Ao fazerem tal análise sobre o surgimento da Economia Solidária, eles apontam:

O pretense colapso do planejamento central, erroneamente identificado com o colapso dos países socialistas, por outro lado, levou a pensar o processo de desenvolvimento do socialismo como um fenômeno que possa se desenvolver sem o poder do Estado e a margem do poder dos grandes capitais, nutrindo-se sim dos problemas gerados pelo capitalismo: o desemprego e a exclusão social (CIPOLLA, 2005, p.02).

Logo, identificamos esse discurso quando Gaiger (2004a, p.07) escreve: “os últimos tempos marcam um período em que as formas clássicas de resistência dos trabalhadores, pela via dos afrontamentos de classe [...] mostram-se mais e mais impotentes”, assim o autor lamenta o “fracasso” da luta de classe e, ao mesmo tempo pensa o capitalismo como algo

“natural” e, também não faz qualquer questionamento sobre a exclusão social, como é característica central das obras de Laville e Singer.

Destarte, os partidários da Economia Solidária enfatizam a exclusão e o desemprego, “mas omitem deliberadamente duas coisas: que a exclusão social faz parte do mecanismo básico de funcionamento do capitalismo e que esse mecanismo básico é o aumento contínuo da taxa de exploração da força de trabalho da qual a exclusão social é sub-produto” (CIPOLLA, 2005, p.03). E ao analisar esse aspecto da Economia Solidária, Cipolla (2005, p.04-05, grifo nosso) ainda escreve:

Os dois lados do capitalismo moderno: extrema concentração da produção, distribuição e finanças por um lado e exclusão, por outro. Na verdade, o desemprego, a subocupação, o auto-emprego, a multiplicação de pequenas empresas, são apenas formas do exército industrial de reserva. No marxismo clássico esse é o próprio processo de socialização crescente das forças produtivas, processo esse que é visto como a condição para o estabelecimento do modo de produção socialista. Em outras palavras, o socialismo não é um ato de vontade ou de generosidade de uma classe de pessoas, mas o desenvolvimento de forças produtivas em estado avançado de socialização, no qual o número de empresas, o tamanho das empresas e o grau de produtividade do trabalho constituem as bases objetivas do planejamento social. Ao contrário de tudo isso, a economia solidária se nutre do lado negativo do capitalismo. Enquanto que o socialismo ganha suas bases materiais [...] na maior liberdade que o aumento da produtividade cria e na maior facilidade de planejamento que a centralização da produção permite, a economia solidária se apóia nos problemas gerados do capitalismo: o desemprego e as empresas falidas, os trabalhadores autônomos, etc. Trabalha-se com os restos do capitalismo, principalmente com os setores mais fragilizados.

Entende-se que o socialismo se apóia no desenvolvimento das forças produtivas (tecnologia) para socializar a produção, o que Singer e seus seguidores não fazem em seus textos, nem França Filho e Laville (2004) que renegam a luta de classes, pois esses autores não dão ênfase a esse aspecto para promover uma socialização dos espaços de trabalho.

Então, Cipolla (2005, p.05) afirma que “podemos entender que a Economia Solidária como uma ideologia calcada negativamente no avanço das forças produtivas”, pois tanto Singer como Laville apóiam suas análises no subproduto das contradições capitalista que é a exclusão e o desemprego.

E, essa ideologia calcada negativamente no avanço das forças produtivas é identificada tanto em França Filho e Laville (2004) quando eles afirmam que luta de classe é impotente, porque esses autores criam uma ilusão socialmente necessária ao apresentarem um futuro melhor com o desenvolvimento da Economia Solidária, como também, Singer

apresenta essa concepção ao tentar conceituar e escrever que a Economia Solidária nos levará a um processo de emancipação. Mas por que ilusão? É a ilusão no sentido de que:

[...] apresenta-se [a Economia Solidária] para a sociedade capitalista como uma alternativa de geração de ocupação e renda para excluídos, *produzindo a esperança de que há a possibilidade de, no capitalismo, se conseguir uma forma digna de assegurar a sobrevivência*, ‘libertando’ o trabalhador da condição de empregado para a condição de patrão (SOARES; COSTA, 2006, p.38, grifo nosso).

Ilusão porque o capitalismo é excludente ontologicamente, e o desenvolvimento da Economia Solidária está gerando ocupação e renda aos excluídos e mantendo o processo de dominação de classe e não levando a um processo de emancipação.

Dominação de classe porque EES produzem e concorrem com empresas capitalistas no mercado, e de acordo com Singer (2002, p.121) as empresas solidárias trabalham como um “modo de produção intersticial”, ou seja, a Economia Solidária é outro modo de produção que está dentro do modo de produção capitalista, e para superar o capitalismo a Economia Solidária precisa ser competitiva e se tornar o modo de produção dominante. E também na concepção de França Filho e Laville (2004) a Economia Solidária é para eles uma articulação inédita entre a economia mercantil, não-mercantil e não monetária, ou seja, uma hibridação de economias, pois os empreendimentos solidários vendem um produto ou prestação de um serviço (recurso mercantil); obtêm subsídios públicos (recurso não mercantil) e, existe trabalho voluntário (recurso não-monetário), portanto a intenção é tirar os empreendimentos solidários do anonimato através da concorrência no mercado.

E como se dá essa concorrência via mercado? Será que os empreendimentos solidários têm condições de possuírem altas tecnologias para concorrerem com as rivais capitalistas e superá-los?

A resposta é não, pois o conceito de Economia Solidária se apóia no lado negativo do capitalismo (a exclusão e o desemprego) e de acordo com Cipolla (2005) ela está nos círculos mínimos da economia, ou seja, sua atuação econômica é quase irrisória, ela atua “[...] onde não estão os grandes capitais, que ‘controlam’ os Estados nacionais e formulam políticas e guerras em benefício próprio [...]” (SOARES; COSTA, 2006, p.41, grifo nosso), pois como foram mostrados 39% dos EES atuam na agropecuária, extrativismo e pesca, 17% em produtos de artesanatos, 17% na produção de alimentos e bebidas e que significa que a Economia Solidária não está presente no grande círculo do capital como indústrias e finanças. Apenas 2% dos empreendimentos solidários estão inseridos no ramo industrial e 1% no

crédito e finanças. Por isso que Sampaio Júnior (2003, p.03 apud BRANDÃO, 2006, p.41, grifo nosso) escreve:

Deslocado de um forte sentimento anticapitalista, o novo cooperativismo perdeu toda perspectiva histórica para torna-se uma mera estratégia de sobrevivência de indivíduos que organizam associações para se defenderem da fúria da concorrência global. Sua importância na definição dos rumos do desenvolvimento [capitalista] é irrisória. *A economia solidária está circunscrita a grupos minúsculos, fechados em seu próprio mundo, absortos em questões administrativas, com uma capacidade de intervenção no processo político mais do que nula.* Antes de representar os sonhos ingênuos de um movimento socialista emergente, o novo cooperativismo expressa o desespero e a falta de projeto de segmentos sociais sufocados pelo ar rarefeito do neoliberalismo.

Então o que fazer para garantir a competitividade no mercado e superar o capitalismo ou se apresentar como “outra” maneira de fazer economia?

A resposta está na relação capital-trabalho, porque para serem competitivas os EES não podem investir no aumento da composição orgânica do capital, ou seja, aumentar o capital constante (investir em tecnologia), só resta a Economia Solidária a mais-valia absoluta<sup>69</sup>. Então, segundo Cipolla (2005, p.07):

[...] as empresas de auto-gestão no contexto da concorrência dentro de uma indústria não podem aumentar a composição do capital, isto é, não podem concorrer pela via da mais valia extraordinária. Só lhes resta concorrer pela via da mais valia absoluta: ganho abaixo do valor da força de trabalho para permitir vender abaixo do valor de mercado para com isso conquistar clientes. Se essas empresas produzem meios de produção auxiliam na redução do custo do capital constante contribuindo para aumentar a taxa de lucro e assim manter a saúde do sistema capitalista. Se essas empresas produzem meios de subsistência contribuem dessa forma para baratear o valor da força de trabalho através da auto-exploração. Ajudam a criar a mais valia relativa através do aumento da auto-exploração pela via absoluta. De qualquer modo, enquanto empresas de baixa composição orgânica do capital e mais altas taxas de exploração da força de trabalho, as empresas solidárias se enquadram como fatores de contra-tendências à queda da taxa de lucro.

Por isso, que os números (descritos no item 4.2) indicam que 50% dos EES não remuneraram seus participantes, dos 50% que remuneraram 22% recebem até meio salário mínimo, 15% de meio a um salário mínimo. Contando esses 50% que recebem remuneração e os que não recebem, 87% dos participantes da Economia Solidária recebem de zero até um salário mínimo. Percebe-se aqui também que a Economia Solidária é uma forma de trabalho precário, pois elas precisam ser competitivas no mercado, para isso elas trabalham na

---

<sup>69</sup> Ou seja, o aumento da jornada de trabalho ou o aumento da intensidade do trabalho.

informalidade (37% de todos os EES), os trabalhadores tem uma remuneração extremamente baixa e aproximadamente 50% trabalham sem CNPJ, o que nos leva a entender que elas se auto-exploram para conseguirem vender seus produtos e serviços no mercado. Portanto são empresas com altas taxas de exploração da força de trabalho. Isso quando não usa trabalho voluntário, ou seja, 100% de exploração como é o caso dos 50% dos EES que não remuneram seus trabalhadores.

Outro dado que corrobora essa análise, é o faturamento dos empreendimentos solidários ao venderem seus produtos e serviços no mercado, pois 47% dos EES faturam mensalmente de 0 a R\$ 1.000 (um mil reais) por mês, indicando que um empreendimento inserido nessa faixa de faturamento remunera seu trabalhador em média com R\$ 12,98 de remuneração mensal. E se observarmos também o faturamento de 0 até R\$ 5.000 teremos o resultado que 72% dos EES remuneram seus trabalhadores com aproximadamente R\$ 65,00 mensal em média.

Sem contar, que dentro do mercado capitalista os EES encontram sérias dificuldades de comercialização dos seus produtos e serviços, pois 17% apontaram que tem dificuldades por terem poucos clientes, 14% não possuem capital de giro, além de outras inúmeras dificuldades. Além de que, os dados indicam que 39% de todo apoio e fomento vêm do governo, o que indica forte dependência em relação ao poder público e, total fragilidade na autonomia (por conta própria) de tais empreendimentos se manterem, já que uma possível mudança de governo e extinção da SENAES pode enfraquecer consideravelmente tal movimento.

Mesmo considerando que a Economia Solidária tem condições de nos levar a outra sociedade, ou seja, a idéia de que a empresa solidária concorra com a capitalista até que ela se torne dominante, os dados negam que a Economia Solidária se torne o “modo de produção” hegemônico ou “outra” forma de fazer economia mais democrática. Nesse sentido, 54% dos EES disseram que a comercialização de seus produtos se dá na comunidade local/comunitária, 26% no mercado municipal, 10% na micro-região, 3% no mercado nacional e somente 1% no mundial.

Portanto, é nesse processo de exploração da força de trabalho que os EES estão inseridos no modo de produção capitalista, pois eles vendem seus produtos e serviços no mercado capitalista abaixo do seu valor<sup>70</sup>. Logo, os capitalistas apropriam<sup>71</sup> da mais-valia (do

---

<sup>70</sup> Quantidade de trabalho contida na mercadoria, que não é paga no processo de produção capitalista.

trabalho não pago aos trabalhadores), e mantém o capitalismo como forma de regulação e dominação econômica e ideológica. Por conta disto que a Economia Solidária é funcional para o capitalismo. Nesse sentido, Soares e Costa (2006, p.42) escrevem:

A ES [Economia Solidária] é, então, mais importante para os capitalistas do que para a classe dos trabalhadores, pois, se por um lado, ela serve para prolongar a existência do capitalismo e conservar as relações de produção que têm como base a exploração do trabalho alheio, por outro ela anula a luta de classes (capital versus trabalho), motor da história, e torna o horizonte revolucionário mais distante. Dessa forma, a ES [Economia Solidária] tem a função de atrasar o processo revolucionário pelo seguinte motivo: ela distorce o real, fazendo crer que a construção do socialismo vai se dar por trabalhadores autônomos, pequenos empresários solidários (patrões) e associados de cooperativas, que estão subordinados à lógica de valorização do valor e se realizam como homens burgueses.

Então, como fica a Economia Solidária ser “outro” modo de produção? Como nos diz Singer (2002), pois os EES não oferecem condições materiais e objetivas para assegurar no mínimo condições decentes de sobrevivência dos seus participantes, sendo assim, em relação à Economia Solidária ser outro modo de produção, nos moldes de Singer (2002, p.09-10), Germer (2005, p.08-09) escreve:

Na medida que não está referido a princípios teóricos fundantes, nem há referência aos elementos que o constituem e aos determinantes da sua evolução, este conceito de ‘modo de produção’ pode ser referido a qualquer diferença de maneiras ou formas de organizar a produção, por exemplo entre diferentes ramos de produção ou entre diferentes tamanhos de empresa, etc., sem referência necessária à sociedade como um todo. [...] Uma comparação com elementos do conceito de modo de produção de Marx evidencia as gritantes deficiências do de Singer. Enquanto na teoria de Marx, em cada momento histórico, a sociedade baseada na propriedade privada é uma totalidade como expressão de um modo de produção caracterizado pela existência de duas classes nucleares antagônicas em luta, na tosca representação de Singer a sociedade é uma mistura anódina de ‘modos de produção’, em que a natureza de suas relações recíprocas não é explicada. Enquanto que na teoria de Marx há uma relação definida e teoricamente significativa entre as classes. Singer não fornece qualquer elemento de caracterização dos seus ‘modos de produção’. Segundo ele, o ‘modo solidário’ terá que derrotar o ‘modo de produção’ capitalista, mas não por um processo de luta social, mas por bem comportada concorrência econômica.

Aqui nesse momento da argumentação, percebemos que a obra de Singer é uma “teórica eclética e, portanto, escorregadia, adaptável e conciliadora” (MENEZES, 2007, p.15), pois segundo Germer (2005) a obra de Marx abarca uma totalidade histórica o que não é

---

<sup>71</sup> Via mercado, via sistema financeiro, via Estado, como também pelo consumo de mercadorias produzidas pelo capitalismo e consumidas na Economia Solidária.

encontrada na de Singer, isso porque esse autor não tem preocupação com o método sendo um eclético, então Germer adverte:

Por um lado, o autor não se esforça em precisar os fundamentos teóricos das suas teses e propostas e dos conceitos que utiliza. O autor faz uso de conceitos marxistas sem se ater ao seu sentido original e sem chamar a atenção ao leitor para o sentido alterado que lhes dá. Por outro lado, Singer muda de opinião sobre pontos específicos do tema, de um escrito a outro, sem aparentemente preocupar-se em evitar afirmações contraditórias e, quando incorre nelas, não adverte para a mudança de opinião nem explica seus motivos (GERMER, 2006, p.196).

Sendo ele um eclético (MENEZES, 2007) que não apresenta fundamentos tanto metodológicos quanto empíricos para afirmar que a Economia Solidária é outro modo de produção que nos levará a uma sociedade pós-capitalista (socialista), seu conceito não passa de um idealismo, ou melhor, uma teoria anti-capitalista romântica (MENEZES, 2007), como também podemos classificar de um socialismo pequeno burguês nos termos descritos por Marx e Engels (2004), pois:

A “economia solidária”, tal como é concebida pelos seus principais teóricos carrega, através de seus princípios retirados do anticapitalismo romântico e do socialismo utópico, uma dimensão ideológica, cuja intenção é interiorizar nas classes operária e trabalhadora o ideário do capital combinando com o estilo de vida que peculiariza a cultura norte-americana, transformando-a num modelo universal de sociedade, o que transborda numa tentativa de preconizar um único sistema econômico. A retórica que alimenta as práticas sociais “alternativas” e configura a “economia solidária” é difundida com uma possibilidade de emancipação da classe operária sob o primado da auto-ajuda, da auto-gestão, da ajuda mútua, do cooperativismo e do associativismo, desembocando na “virtude” da “responsabilidade pessoal”, tão a gosto da doutrina neoliberal. Práticas essas que, por sua vez, enriqueceriam a convivência social, redefiniriam a sociabilidade e reduziriam a pobreza e o desemprego, porque desfariam os sufocantes laços tradicionais de dependência dessas classes sociais em relação à “proteção” do Estado Social e, até como possibilidade, sem lançar mão de processos sociais radicais, de atingir o socialismo pela generalização do sistema cooperativista ou de uma sociedade “alternativa” que interagiria, harmoniosamente, com a ordem do capital (MENEZES, 2007, p.16).

Então, como fica a “solidariedade democrática”<sup>72</sup>, identificado por Laville (2006) nos EES? Tornando difícil que um cidadão<sup>73</sup> que não é remunerado pelo seu trabalho (50% dos trabalhadores) e quando é remunerado recebe em sua grande maioria menos de um salário mínimo (37% dos trabalhadores dos 50% dos que tem remuneração) consiga sair ao menos da

<sup>72</sup> Conforme conceito na página 51 desta pesquisa.

<sup>73</sup> O “excluído de sempre” no Brasil, conforme item 3.1 deste capítulo.

situação de precariedade em que se encontra. Dessa forma, se os EES não permitem ao menos o “escape da pauperização<sup>74</sup>” e, como fica a “solidariedade democrática” dos indivíduos participantes dos EES perante a situação social na qual estão inseridos? Como uma pessoa que participa da Economia Solidária pode mudar as condições de vida pela reivindicação política, para então transformar a realidade? Pois as condições objetivas (materiais) são precárias até mesmo para sua reprodução. Parece aqui que a subjetividade (consciência) determina a objetividade (material), por conta disto Marx e Engels escrevem:

[...] não é possível libertar os homens enquanto estes forem incapazes de obter alimentação e bebida, habitação e vestimenta, em qualidade e quantidade adequadas. A “libertação” é um ato histórico e não um ato de pensamento, e é ocasionada por condições históricas, pelas condições da indústria, do comércio, da agricultura, do intercâmbio [...] e então, posteriormente, conforme suas diferentes fases de desenvolvimento, o absurdo da substância, do sujeito, da autoconsciência e da crítica pura, assim como o absurdo religioso e teológico, são novamente eliminado quando se encontram suficientemente desenvolvidos (MARX, ENGELS, 2007, p.29, grifo nosso).

E de acordo com pensamento de Marx e Engels, as condições materiais da Economia Solidária não permitem que os trabalhadores tenham condições objetivas de praticar uma “solidariedade democrática” para fazer uma “reivindicação política” como quer Laville (2006). Portanto, o pensamento de Laville pode ser também classificado como um socialismo burguês descrito por Marx e Engels abaixo:

Uma parte da burguesia deseja remediar os *males sociais* para garantir a existência da sociedade burguesa. Pertencem a essa categoria: economistas, filantropos, humanitários [e aqui o sociólogo Laville], os que pretendem melhorar a situação da classe operária, organizadores de beneficências, protetores dos animais, fundadores de sociedades de temperança, reformadores obscuros de toda espécie [...]. *Os burgueses socialistas querem as condições de vida da sociedade moderna sem lutas e os perigos que delas necessariamente decorrem. Querem a burguesia sem proletariado. Como é natural, a burguesia concebe o mundo em que domina como o melhor dos mundos. O socialismo burguês elabora essa representação consoladora em sistemas mais ou menos completos. Quando convida o proletariado a realizar tais sistemas para entrar na nova Jerusalém, nada mais faz, em substância, do que dele exigir que permaneça a sociedade atual, mas renuncie à odiosa representação dela [...], procura fazer a classe operária perder o gosto por todo movimento revolucionário, demonstrando-lhe que não seria essa ou aquela transformação política que poderia beneficiá-la, mas apenas uma transformação das condições materiais existência, no entanto, esse socialismo não entende, de maneira alguma, a supressão das relações burguesas de produção - possível apenas pela via revolucionária -, mas unicamente melhoramentos administrativos realizados sobre o terreno*

---

<sup>74</sup> Expressão utilizada por Gaiger (2004).

daquelas mesmas relações de produção, que portanto *não mudam em nada as relações entre capital e trabalho assalariado, mas que, no melhor dos casos, reduzem para a burguesia os custos de sua dominação* e simplificam o seu orçamento nacional (MARX, ENGELS, 2004, p.75-76).

Portanto, o conceito de Economia Solidária elaborado por Laville nada mais é do que um socialismo conservador/burguês porque ele não propõe a superação da sociedade atual, procurando de toda maneira fazer o proletário perder o gosto pelo processo revolucionário ao indicar que a Economia Solidária não é uma saída para a crise capitalista, é somente uma forma de inserir socialmente o excluído no espaço de trabalho, logo, não pretende superar as relações de dominação que gera a exclusão. E através dos dados apresentados, o conceito de Laville não muda em nada a relação capital-trabalho, ou melhor, apenas reduz os custos da dominação ao precarizar as relações de trabalho, portanto:

[...] o cerne do projeto político que consideramos ser a “economia solidária” e as instituições que o integram é uma forma de persuasão para que as classes trabalhadoras em geral e o proletariado em particular internalizem e assumam o auto-emprego e o não-assalariamento como manifestações benéficas que estimulam sua emancipação econômica (MENEZES, 2007, p.227).

Percebe-se assim, que a análise de Marx sobre o Socialismo Utópico pode-se aplicar ao fenômeno da Economia Solidária na contemporaneidade, pois esse movimento quer transformar trabalhadores excluídos em pequenos proprietários que não pretendem superar a sociedade do capital, isso por que:

se os agentes da Economia Solidária fossem revolucionários, a revolução socialista deixaria de ser uma necessidade objetiva e histórica, que deseje pôr fim a exploração dos homens pelos homens e romper com a lógica da valorização do valor, e passaria a ser apenas um plano ideal de sociabilidade a ser atingido. A classe revolucionária é classe trabalhadora. Ela, para sair da situação em que se encontra, só tem um caminho a seguir: a transformação radical da realidade que a oprime (SOARES, COSTA, 2006, p.43).

Entende-se aqui, que esses EES não apresentam ou revelam a saída para a crise sistêmica do capitalismo, mas apontam para um modo de convivência pacífica e passiva com o sistema do capital na sua fase mais cruel, que é a acumulação flexível.

Por fim, considerando o desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil (neste momento histórico), verifica-se que os conceitos adotados pelos autores se mostram muito distantes diante da complexidade que é o capitalismo e o movimento da Economia Solidária,

pois eles estão negando e absorvendo os conflitos de classes, comprometendo assim, uma possível emancipação e transformação da sociedade.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da realização da pesquisa, chega-se a determinadas considerações a partir dos conceitos trabalhados pelos principais autores da Economia Solidária. Nesse sentido, pode-se afirmar que Singer e Laville, estão muito distantes da prática efetiva da Economia Solidária na atualidade. Desse modo, verifica-se que a Economia Solidária está longe de ser uma solução para o processo de exclusão social e desemprego-estrutural vivido no mundo globalizado. Diante dos dados apresentados, na realidade material, constatou-se que os Empreendimentos de Economia Solidária apresentam altas taxas de exploração da força de trabalho, remunerações baixas e elevado grau de informalidade, indicando formas de trabalho precarizadas.

Assim sendo, no primeiro capítulo<sup>75</sup> evidencia-se que os conceitos elaborados pelos Socialistas Utópicos Saint-Simon, Fourier, Owen e o anarquista Proudhon tem relações históricas com o conceito de Economia Solidária, seja na idéia de conselhos, cooperativas, associação de trabalhadores, organização de crédito, bancos populares e, principalmente, porque essas teorias sociais desenvolvidas no curso do séc. XIX elaboraram e denunciaram as contradições produzidas pelo capitalismo, expressas na exclusão e na miséria. Entretanto, como assinalado por Marx e Engels (2004), essas teorias desenvolvidas pelos socialistas utópicos não encontraram as condições materiais para a emancipação dos excluídos ao proporem como solução “fantásticos” sistemas de reforma social. Desse modo, a análise crítica de Marx aos socialistas utópicos e a Proudhon pode ser aplicada<sup>76</sup> ao atual projeto de Economia Solidária desenvolvidos pelos autores contemporâneos. Tais conceitos não têm representatividade nas condições materiais de existência dos trabalhadores inseridos nessa “outra forma” de economia, conforme foi exposto os dados no tópico 4. Nesse sentido, o atual projeto de Economia Solidária tem o mérito de realizar denúncias contra as mazelas do capitalismo, mas estão longe de ser uma alternativa pós-capitalista como defende o principal autor brasileiro Paul Singer.

Na seqüência, no tópico 3, constata-se a existência de duas concepções conceituais distintas sobre a Economia Solidária. De um lado, a obra de Laville nos mostra que esse fenômeno social implica “outras formas” de fazer economia e, que o grande desafio é mostrar a existência de outras regulações econômicas além do mercado. De outro lado, o conceito

---

<sup>75</sup> Tópico 2.

<sup>76</sup> Isso significa dizer as categorias de análise de Marx e Engels (2004).

elaborado por Singer apresenta a Economia Solidária como os empreendimentos sociais formados por trabalhadores desempregados, que praticam a auto-gestão, existindo a propriedade coletiva dos meios de produção e distribuição sendo outro modo de produção antagônico ao capitalismo que levaria ao socialismo.

Para Singer o surgimento da Economia Solidária é por conta do desemprego em massa, e após a década de 1970, os Empreendimentos de Economia Solidária (EES) são resultado dessa crise e não de segregação do espaço de trabalho, como é apontado por Laville. A grande diferença entre esses autores é que Singer afirma que a Economia Solidária tem condições de levar a sociedade ao socialismo (pós-capitalismo), enquanto que Laville discorda dessa potencialidade, já que ele defende a Economia Solidária como uma forma “inérita” de incluir trabalhadores no espaço de trabalho capitalista.

A partir dessas duas concepções apresentadas no decorrer da exposição pode-se afirmar que Laville e Singer, caracterizam os empreendimentos econômicos auto-formados por trabalhadores desempregados e excluídos do sistema capitalista como de Economia Solidária. Tais empreendimentos possuem diferentes características em relação as suas concorrentes capitalistas. De acordo com a concepção de Laville a característica principal desses empreendimentos é a “solidariedade democrática” que é identificado por ele nas empresas solidárias. Enquanto que em Singer, a característica que distingue os EES das empresas capitalistas, refere-se à busca dos trabalhadores marginalizados do mercado de trabalho, que compartilham os meios de produção e distribuição, através da auto-gestão, sendo outro modo de produção e distribuição da riqueza produzida.

Desse modo, observa-se que a Economia Solidária no Brasil é totalmente diferente da praticada nos países centrais do capitalismo, principalmente na França onde a solidariedade democrática se desenvolve mais do que os outros países europeus do capitalismo central. Na França, a Economia Solidária é formada pelos trabalhadores que ficaram desempregados depois da reestruturação do capitalismo, esses trabalhadores, no entanto contam com o apoio de políticas públicas do Estado do Bem-Estar-Social. Diferentemente, no Brasil o participante da Economia Solidária refere-se ao trabalhador “excluído de sempre”. Desse modo, na França, trata-se de um processo de exclusão social “novo”, e a Economia Solidária praticada mais no meio urbano, enquanto que no Brasil ela tem caráter mais rural, como foi apresentado no tópico 4.2, 39% de todos os Empreendimentos de Economia Solidária e estão inseridos em atividades de agropecuária, extrativismo e pesca no Brasil.

Ao considerar o que hoje é apresentado como Empreendimentos de Economia Solidária (EES), seja por parte do governo (através do Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil), seja por parte de alguns autores que são referência no debate como, Singer e Laville, verifica-se que o processo de precarização do trabalho no Brasil se faz presente também nos EES. Pois nesses empreendimentos constata-se novas formas de trabalho alienada com indícios de auto grau de exploração do trabalho, informalidade e, rendimentos abaixo do salário mínimo estabelecido por lei.

O auto grau de exploração vai se dá em função desses EES terem que competir com as empresas capitalistas que tendem a apresentar uma elevada composição orgânica do capital e com isso menos trabalho incorporado nas mercadorias, o que permite reduzir os preços dessas. Assim sendo, os EES para competir com as empresas capitalistas precisam então, dado o baixo investimento em capital, relativamente, ser intensivos em trabalho, com isto aumenta-se o grau de exploração ou auto-exploração, pois 50% dos trabalhadores não recebem nada em troca de seus trabalhos. Sendo assim, os dados apresentados no tópico 4.2 confirmam essa análise quando indicam que dos 50% dos trabalhadores que recebem remuneração, 22% obtém remuneração com valor até meio salário mínimo e, 15% dos participantes de meio a um salário mínimo, ou seja, se juntarmos esses dois valores veremos que 37% dos trabalhadores têm remuneração até um salário mínimo, dos 50% que recebem remuneração.

Esse fato é sinalizado também, quando a pesquisa aponta que 47% dos EES faturam mensalmente de 0 a R\$ 1.000 (um mil reais) por mês, o que pode indicar em média R\$ 12,98 de remuneração mensal, isso é sem contar os custos operacionais de funcionamento dos EES. E se analisarmos o faturamento de 0 até R\$ 5.000 também pode apontar que 72% dos empreendimentos remuneraram seus trabalhadores com aproximadamente R\$ 65,00 mensal em média.

Desse modo, essa análise é apresentada como fundamental para o desenvolvimento do trabalhador, refere-se à renda assegurada pelo trabalho, que deveria permitir acesso as necessidades básicas (saúde, a educação, a habitação, a alimentação, ao vestuário) e a outras necessidades humanas de forma digna. Portanto, esses percentuais representam uma renda irrisória ao acesso a determinados bens e serviços que a sociedade oferece, caracterizando esse trabalhador como trabalhador pobre.

Outro dado revelado na pesquisa do MTE (2008) que corrobora essa análise, refere-se à informalidade, sendo que 37% dos EES atuam na informalidade, e 50% dos EES não

possuem CNPJ, o que indica um processo de precarização da força de trabalho, pois são formas de flexibilização das leis trabalhistas, sendo um desmonte coletivos de direitos adquiridos (ALVES, 2009). Assim sendo, analisando esses dados com os referentes à remuneração dos trabalhadores inseridos na Economia Solidária, outra hipótese é confirmada, pois indicam que na Economia Solidária existe trabalho precário caracterizado pela intensificação e exploração (e a espoliação) da força de trabalho.

E, se 38% dos participantes estão na Economia Solidária por causa do desemprego, 19% para obterem mais ganhos, 16% para complementarem sua renda, aponta que não há dúvidas que o fenômeno da Economia Solidária está diretamente relacionado com o desemprego-estrutural, conseqüência do processo de reestruturação capitalista da década de 1970.

Mesmo não analisando esses dados, e considerando “realmente” a Economia Solidária como modo de produção antagônico ao capitalismo, os dados estão negando que a Economia Solidária se torne o “modo de produção” hegemônico ou “outra” forma de fazer economia mais democrática. Pois, 54% dos EES atuam na comunidade local/comunitária, 26% no mercado municipal, 10% na micro-região, 3% no mercado nacional e somente 1% no mundial. Sendo que, 39% dos EES atuam na agropecuária, extrativismo e pesca, 17% em produtos de artesanatos, 17% na produção de alimentos e bebidas, significando que a Economia Solidária não está presente no grande círculo do capital como indústrias e finanças. Apenas 2% dos empreendimentos solidários estão inseridos no ramo industrial e 1% no crédito e finanças.

Destarte, na realidade nacional, a pesquisa aponta para uma relação entre os trabalhadores inseridos na Economia Solidária e o Programa de Complementação de Renda o “Bolsa Família”. A partir do que foi mostrado na pesquisa, a maioria dos participantes da Economia Solidária podem ganhar em média menos de R\$ 65 por mês como remuneração o que indica que essa remuneração é muito baixa, e permite que os trabalhadores possam se cadastrar no “Bolsa Família” para obter uma complementação de renda. Desse modo, um dos critérios para ser beneficiário do “Bolsa Família” é ter renda entre R\$ 70 e R\$ 140 (MDS, 2010a) e cabe lembrar que, essa relação já foi identificada por Cruz e Santos (2008) ao traçar o perfil dos EES em Londrina-PR, o que representa uma pequena amostra diante da magnitude da Economia Solidária no Brasil.

Outro encaminhamento da pesquisa é a realização de um estudo para comprovar a “real” dependência dos EES em relação aos fundos públicos. Como foi mostrado 39% de todo

apoio a Economia Solidária vem das esferas do governo brasileiro. Sendo assim, outras pesquisas podem indicar o possível enfraquecimento desse movimento com uma provável mudança de governo, o que levaria a extinção da Secretária de Economia Solidária (SENAES) do Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil. Assim sendo, essa política de fomento aos EES pode ser compreendida mais como uma política do governo do presidente Lula e não uma política de Estado.

Dentro deste contexto, a pesquisa aponta para a realização de estudos comparando a Economia Solidária que é praticada na Região Sul do Brasil, em relação às outras regiões brasileiras. Como foi mostrado nessa região existe uma maior correlação entre números de EES e população, pois 2,03% dos habitantes estão inseridos na Economia Solidária enquanto que na região sudeste registra somente 0,23%. Portanto, estudos comparativos entre regiões podem apresentar fundamentos teóricos e empíricos para melhor compreensão da Economia Solidária no Brasil.

A título de ilustração vale citar uma crítica de Marx (2006) ao Socialismo Utópico do séc. XIX. Como defende Marx (2006, p.22): “[...] a pretensão dos cidadãos filantropos está fundamentada na idéia de que se trata apenas de dar aos proletários um pouco de pão e de educação, [...] ao passo que para o restante da sociedade, o mundo tal como existe fosse o melhor dos mundos”.

Conseqüentemente, a crítica de Marx ainda porta uma validade na realidade histórica atual do capitalismo, quando admite que a Economia Solidária como apenas uma opção de ocupação e renda no interior da sociedade capitalista e um modo de convivência pacífica entre capital e trabalho. Mas não revela uma saída para a crise existencial do capitalismo, nem tampouco representa uma alternativa socialista.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni. Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal - precarização do trabalho e redundância salarial. **Revista Katalysi**, Florianópolis, v. 12, p. 188-197, 2009.
- AMARAL FILHO, J. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. In: IPEA, Instituto de pesquisa em economia aplicada. **Planejamento e Políticas públicas**. São Paulo: IPEA, 2001. p.261-286.
- BARBOSA, R. N. C. Economia solidária: estratégias de governo no contexto da desregulamentação social do trabalho. In: SILVA, M. O. S.; YAZBEK, M. C. (Org). **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2006.
- BERTUCCI, J. de O. Do socialismo utópico à economia solidária. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 6., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2005, p. 1-25.
- BOCAYUVA, P. C. C. **As metamorfoses do trabalho e da cooperação produtiva: a economia popular e solidária na perspectiva da nova centralidade do trabalho**. Rio de Janeiro: FASE, 2007.
- BOISIER, S. Política econômica, organização social e desenvolvimento regional. In: HADDAD, P. R. (Org.). **Economia Regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1989. p.589-687.
- BRANDÃO, Carlos. Notas sobre a dimensão urbano-regional do desenvolvimento capitalista no Brasil. In: SEI, Superintendência de estudos econômicos e sociais da Bahia. **Desenvolvimento regional: análises do Nordeste e da Bahia**. Salvador: SEI, 2006. p.37-52.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **Desenvolvimento e crise no Brasil: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula**. 5. ed. São Paulo, 2003.
- BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- CIPOLLA, F. P. Notas para uma crítica da economia solidária. In: COLOQUIO LATINO AMERICANO DE ECONOMISTAS POLÍTICOS, 5., 2005, Cidade do México. **Anais...** Cidade do México: UNAM. 2005. p.1-19.
- CRUZ, Zuleica G.; SANTOS, Luiz M. L. **Economia Solidária: potencialidades e desafios dos empreendimentos solidários em Londrina**. Londrina: UEL, 2008. Disponível em: <[www.unitrabalho.uem.br/artigos/pdf6.pdf](http://www.unitrabalho.uem.br/artigos/pdf6.pdf)>. Acesso em: 10 mar. 2010.
- DINIZ, C; C. **A Dinâmica regional recente da economia brasileira e suas Perspectivas**. Rio de Janeiro: IPEA, 1995. (Texto para Discussão Nº 375).
- ENGELS, F. Prefácio à primeira edição alemã. In: MARX, Karl. **Miséria da filosofia: resposta à filosofia da miséria do senhor Proudhon**. São Paulo: Centauro, 2001.

\_\_\_\_\_. Prefácio à edição inglesa de 1888. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

FOURIER, François M. C. O novo mundo industrial e societário. In: TEIXEIRA, A. (Org.). **Utópicos, heréticos e malditos: os precursores do pensamento social de nossa época**. Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 67-96.

FRANÇA FILHO, Genauto C. de.; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia Solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FRANÇA FILHO, Genauto C. de.; SANTANA JUNIOR, Gildásio. Economia Solidária e desenvolvimento local: reflexões à luz da experiência baiana. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 13., 2007, Recife. **Anais...** Recife: UFPE, 2007. p.1-16.

FRANCO, A. **Pobreza & desenvolvimento local = pobreza & desarrollo local**. Brasília: ARCA Sociedade do Conhecimento, 2002.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: abril cultural, 1983. (Coleção os Economistas).

GAIGER, L. I. (Org). **Sentidos e Experiências da econômica solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

\_\_\_\_\_. As emancipações no presente e no futuro. In: GAIGER, L. I. (Org). **Sentidos e Experiências da econômica solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004a.

GERMER, C. A 'economia solidária': uma crítica com base em Marx. In: COLOQUIO LATINO AMERICANO DE ECONOMISTAS POLÍTICOS, 5., 2005, Cidade do México. **Anais...** Cidade do México: UNAM, 2005. p.1-20.

\_\_\_\_\_. A "economia solidária": uma crítica marxista. **Outubro**, São Paulo, n.14, p. 193-214, 2006.

\_\_\_\_\_. O capital de Marx como expressão de um método inovador. In: ENCONTRO DE ECONOMISTAS MARXISTAS, 1., 2007, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UFPR, 2007. p. 01-18.

GOUNET, T. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo: Boitempo, 1999.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1992.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contagem da população 2007**. Brasília: IBGE, 2007. Disponível em: <[www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007)>. Acesso em: 10 mar. 2010.

ICAZA, A. M. S. Solidariedade, autogestão e cidadania: mapeando a economia solidária no Rio Grande do Sul. In: GAIGER, L. I. (Org). **Sentidos e Experiências da econômica solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p.17-54.

LAVILLE, J. Ação Pública e Economia: um quadro de análise. In: FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J.; MEDEIROS, A.; MAGNEN, J.P. **Ação pública e economia solidária**: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 21-38.

LAVILLE, J. et al. Introdução. In: LAVILLE, J.; MEDEIROS, A.; MAGNEN, J.P. **Ação pública e economia solidária**: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 11-17.

MANTEGA, G. **A economia política brasileira**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARX, Karl. **Miséria da filosofia**: resposta à filosofia da miséria do senhor Proudhon. São Paulo: Centauro, 2001.

\_\_\_\_\_. **O capital**: Crítica da Economia Política: livro I. 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 2v.

\_\_\_\_\_. **O capital**: Crítica da Economia Política: livro III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. 3v.

\_\_\_\_\_. **Sobre o suicídio**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

\_\_\_\_\_. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo, 2007.

MENEZES, Maria Thereza C. G. de. **Economia Solidária**: elementos para uma crítica marxista. Rio de Janeiro: Gramma, 2007.

MDS, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Bolsa família**: o que é. Brasília: MDS, 2010. Disponível em: <[www.mds.gov.br/bolsafamilia/o\\_programa\\_bolsa\\_familia/o-que-e/](http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/o-que-e/)>. Acesso em: 10 mar. 2010.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)**. Brasília: MDS, 2010a. Disponível em: <[www.mds.gov.br/programas/rede-suas/protecao-social-basica/paif](http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas/protecao-social-basica/paif)>. Acesso em: 10 mar. 2010.

MTE, MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005**. Brasília: MTE, 2006. 60 p.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Atlas da Economia Solidária no Brasil**: consultas gerais (2005/2007). Brasília: MTE, 2008. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/sistemas/atlases/AtlasESmenu.html>>. Acesso em: 15 jan. 2010.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Atlas da ES**: manual do usuário. Brasília: MTE, 2009.

OWEN, Robert. O livro do novo mundo moral. In: TEIXEIRA, A. (Org.). **Utópicos, heréticos e malditos**: os precursores do pensamento social de nossa época. Rio de Janeiro: Record, 2002. p.101-146.

PINTO, João R. L. **Economia Solidária**: de volta à arte da associação. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

POCHMANN, M. Velhos e novos problemas do mercado de trabalho no Brasil. **Revista IEFEE**. Campinas, v.26, n. 2, p.119-139, 1998.

\_\_\_\_\_. **O trabalho sob fogo cruzado**: exclusão, desemprego e precarização no final do século. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

\_\_\_\_\_. **O emprego no desenvolvimento da nação**. São Paulo: Boitempo, 2008.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PROUDHON, Pierre-Joseph. O que é a propriedade?. In: TEIXEIRA, A. (Org.). **Utópicos, heréticos e malditos**: os precursores do pensamento social de nossa época. Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 233-298.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. (Org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento**: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro, 2004.

SAINT-SIMON, Henri de. Um sonho. In: TEIXEIRA, A. (Org.). **Utópicos, heréticos e malditos**: os precursores do pensamento social de nossa época. Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 51-56.

\_\_\_\_\_. Parábola. In: TEIXEIRA, A. (Org.). **Utópicos, heréticos e malditos**: os precursores do pensamento social de nossa época. Rio de Janeiro: Record, 2002a. p. 57-61.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best-Seller, 1999.

SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas. **5 diferenças entre associações e cooperativas**. Belo Horizonte: SEBRAE, 2010. Disponível em: <<http://www.sebraemg.com.br/culturadacooperacao/associacoes/05.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2010.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego**: diagnósticos e alternativas. São Paulo: Contexto, 1998.

\_\_\_\_\_. **Uma utopia militante**: repensando o socialismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998a.

\_\_\_\_\_. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. (org.) **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000. p. 11-28.

\_\_\_\_\_. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

\_\_\_\_\_. Prefácio: um olhar diferente sobre a economia solidária. In: FRANÇA FILHO, Genauto C. de.; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia Solidária: uma abordagem internacional.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p.05-09.

\_\_\_\_\_. Economia Solidária no Governo Federal. **Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise,** Brasília: IPEA, 2004a, p. 3-5.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. **Estudos Avançados,** São Paulo, n.18, p.07-22, 2004b.

\_\_\_\_\_. Entrevista: Paul Singer. **Revista Brasil,** São Paulo, 26 jul. 2006. Disponível em: <<http://www.gaiabrasil.net/site/modules/news/print.php?storyid=43>>. Acesso em: 15 fev. 2010.

SOARES, Marcos A. T.; COSTA, Andréa B. Socialismo: caminhos mistificados e possibilidades concretas. **Revista Novos Rumos,** São Paulo, n.45, 2006. p. 34-44.

TEIXEIRA, Aloísio. Apresentação. In: TEIXEIRA, A. (Org.). **Utópicos, heréticos e malditos: os precursores do pensamento social de nossa época.** Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 13-45.

TIRIBA, Lia. **Economia popular e cultura do trabalho: pedagogia(s) da produção associada.** Rio Grande do Sul: Unijuí, 2001.

ZAPATA, T. Desenvolvimento econômico local: desafios, limites e possibilidades. In: IADH, Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano. **Desenvolvimento local: trajetórias e desafios.** Recife: IADH, 2006. p.15-28.